



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Faculdade de Educação
Programa de Pós Graduação em Educação

**HISTÓRIA DE ALFABETIZADORAS UBERLANDENSES:
MODOS DE FAZER NO GRUPO ESCOLAR BOM JESUS
1955 A 1971**

Michelle Castro Lima

MESTRADO

2011

Michelle Castro Lima

**HISTÓRIA DE ALFABETIZADORAS UBERLANDENSES: MODOS
DE FAZER NO GRUPO ESCOLAR BOM JESUS – 1955 A 1971**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Sônia Maria dos Santos.

Uberlândia

2011

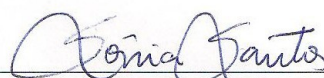
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

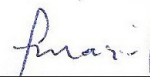
-
- L732h Lima, Michelle Castro, 1982.
 História de alfabetizadoras Uberlandenses: modos de fazer no Grupo Escolar Bom Jesus – 1955 a 1971 [manuscrito] : / Michelle Castro Lima. - 2011.
- 168 f. : il.
- Orientadora: Sônia Maria dos Santos.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Educação.**
- Inclui bibliografia.
1. Educação – História – Teses. 2. Grupo Escolar Bom Jesus – Uberlândia (MG) -1955 a 1971 - Teses. 3. Alfabetização - Uberlândia (MG) – História - Teses. 4. Ensino primário - Uberlândia (MG) - 1955 a 1971 - Teses. I. Santos, Sônia Maria dos. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

37(091)

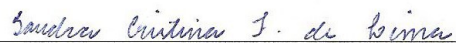
BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Sônia Maria dos Santos
Universidade Federal de Uberlândia – UFU



Profa. Dra. Francisca Izabel Pereira Maciel
Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG



Profa. Dra. Sandra Cristina Fagundes de Lima
Universidade Federal de Uberlândia – UFU

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida e pela força concedida.

À minha orientadora, professora Dr^a Sônia Maria dos Santos, que me ajudou a trilhar o caminho da pesquisa científica, sem perder o foco, pela sua dedicação, pela sua paciência nas orientações, pelas revisões, críticas e sugestões. Meu profundo reconhecimento.

Aos professores do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia que muito contribuíram, em suas disciplinas, para a efetivação desta pesquisa.

Aos profissionais administrativos do Programa de Pós-Graduação que me auxiliaram administrativamente ao longo destes dois anos.

À minha mãe, Maria Ap^a Castro Lima (in memoriam), que sempre me estimulou a estudar e a buscar mais conhecimento. Ao meu pai, Eudes Ferreira Lima, pelo seu apoio e carinho incondicional.

Aos meus irmãos Tiago e Meriele, familiares e amigos pela dedicação e compreensão durante estes dois anos de dedicação a pesquisa.

Às professoras Francisca Maciel e Sandra Fagundes Lima, pela leitura criteriosa, pelas críticas, intervenções e valiosas sugestões que enriqueceram o meu texto no momento da qualificação e pela disposição em participar e auxiliar no desenvolvimento desta pesquisa.

Aos sujeitos desta pesquisa, professoras alfabetizadoras, (Pafume, Aguiar, Zacarias, Bezerra e Mancini) que alimentaram a história advinda das fontes documentais, salvando aspectos do passado sobre a alfabetização no Grupo Escolar Bom Jesus que poderão servir o presente e o futuro.

Ao meu esposo Marco Antônio Franco do Amaral pela compreensão, atenção e dedicação dispensada durante todo o processo, deste a seleção para o mestrado até a etapa final da construção desta dissertação.

A todos que estiveram ao meu lado durante todo este tempo, muito obrigada.

RESUMO

O objetivo deste estudo foi construir, a partir das práticas vivenciadas por algumas alfabetizadoras, a História da Alfabetização no Grupo Escolar Bom Jesus, no período de 1955 a 1971. Neste estudo pudemos identificar algumas questões relevantes das práticas dessas alfabetizadoras. O processo de alfabetização infantil seguia os moldes ditados pelo *Programa de Ensino Primário Elementar* de Minas Gerais. Foram analisadas as cartilhas: *O Livro de Lili*, *As Mais Belas Histórias (Os Três Porquinhos)* e *Caminho Suave* que por todo o período deste estudo sempre foram mencionadas pelas alfabetizadoras. Porém, ao analisarmos as práticas das alfabetizadoras, a partir das entrevistas realizadas, identificamos que se pregava a utilização do método Global, mas poucas alfabetizadoras realmente conseguiam alfabetizar com esse método. A cartilha *Caminho Suave* esteve presente por todo o período em estudo, sendo utilizada para alfabetizar aqueles alunos que não conseguiam acompanhar o método Global. Segundo as alfabetizadoras entrevistadas, para trabalhar o método Global, o aluno tinha que ser dedicado, caso contrário, ele não conseguia aprender. Utilizamos como aporte teórico a Nova História Cultural, que traz novas possibilidades de pesquisa e de fontes. Desse modo, a história oral é fundamental para a realização deste estudo, pois é a partir das vozes das próprias alfabetizadoras que construímos a história da alfabetização no Grupo Escolar Bom Jesus. Buscamos identificar quem foram essas alfabetizadoras para entender quais as representações e apropriações realizadas por elas, naquele período, e tentamos construir uma parte da história da alfabetização em Uberlândia. Após a pesquisa, compreendemos que as professoras, ao longo de suas vidas, foram se constituindo como alfabetizadoras. Os resultados revelam que as práticas são carregadas de valores e representações que essas profissionais construíram e constroem ao longo do exercício do magistério primário. Assim, suas práticas vão além das normas determinadas pela direção da escola e pelos órgãos responsáveis pela educação em Minas Gerais.

Palavras-chave: alfabetizadoras, cartilhas, método Global.

ABSTRACT

The aim of this study was to construct, from the practices experienced by some literacy teachers, the History of Literacy in the primary school Bom Jesus, in the period 1955 to 1971. In this study, we could identify some relevant issues of the practices of these literacy teachers. The process of child literacy followed the patterns dictated by the Teaching Program for Primary Elementary of Minas Gerais. We analyzed the booklets: *O Livro de Lili*, *As Mais Belas Histórias* (Os Três Porquinhos) and *Caminho Suave*, that were always mentioned by literacy teachers during the entire study period. However, in analyzing the practices of literacy teachers, from the interviews, we identified what was preached, the use of the Global method, but few could really alphabetize with this method. The booklet *Smooth Path* (Caminho Suave) was present throughout the study period, being used to educate those students who could not keep up with the Global method. According to the literacy teachers interviewed, to work with the Global method, students had to be dedicated, otherwise they could not learn. We used the New Cultural History as the theoretical support, which brings new research possibilities and sources. Thus, oral history is crucial to the achievement of this study because it is from the voices of the own literacy teachers that build the history of literacy in the primary school Bom Jesus. We sought to identify those who have been the literacy teachers to understand which representations and appropriations made by them during that period and we tried to build a part of the history of literacy in Uberlandia. After the research we understood that the teachers, throughout their lives, were formed as literacy teachers. The results show that the practices are laden with value and representations that these professionals have built and build throughout the practice of primary teaching. Thus, their practices go beyond the rules laid down by school and bodies responsible for education in Minas Gerais.

Keywords: literacy teachers, booklets, Global method.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Evolução do Crescimento Populacional e da Escolarização; População de 5 a 19 Anos, 1920/1950.....	34
Quadro 02 – Evolução do Crescimento Populacional e Escolarização no Brasil, da População de 5 a 19 Anos, de 1920 a 1970.....	35

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Foto do Desfile do 79º Aniversário de Uberlândia.....	48
Figura 2 – Foto dos Alunos no Desfile de Aniversário de Uberlândia.....	48
Figura 3 – Fotos dos Alunos na Aula de Educação Física.....	50
Figura 4 – Foto dos Alunos na Aula de Educação Física	50
Figura 5 – Imagem da Capa do Livro De Lili de Anita Fonseca – Edição de 1961.....	65
Figura 6 – 1ª Lição do Livro de Lili – Cartilha de Anita Fonseca	66
Figura 7 – Imagem da Cartilha Livro de Lili, de Anita da Fonseca.....	68
Figura 8 – Imagem do Pré-Livro Livro de Lili, de Anita Fonseca	69
Figura 9 – Foto do Cartaz que Acompanhava a Cartilha de Lili.....	70
Figura 10 – Imagem do Pré-Livro As Mais Belas Histórias.....	73
Figura 11 – 1ª Lição do Pré-Livro As Mais Belas Histórias: Pré-Livro.....	75
Figura 12 –. Lista de Frases Para Serem Recortadas.....	76
Figura 13 –Lista de Palavras e as Listas de Sílabas para Serem Recortadas.....	76
Figura 14 – Imagem do Cartaz do Pré-Livro As Mais Belas Histórias.....	78
Figura 15 – Imagem do I Capítulo da Parte do Mestre As Mais Belas Histórias.....	79
Figura 16 – Imagem do Pré-Livro Parte do Mestre.....	80
Figura 17 – Imagem da Cartilha Caminho Suave – 68ª Edição – São Paulo, 1965.....	82
Figura 18 – Imagem da Cartilha Caminho Suave – ano 1970.....	83
Figura 19 – Imagem da página 14 da Cartilha Caminho Suave.....	84
Figura 20 – Imagens do Manual do Alfabetizador da Cartilha Caminho Suave.....	86
Figura 21 – Foto das Alfabetizadoras no Grupo Escolar Bom Jesus.....	88
Figura 22 – Imagem do Livro Programa (Ensino Primário Elementar).....	106
Figura 23 – Imagem do Índice do Livro Programa (Ensino Primário Elementar).....	107

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	03
RESUMO.....	04
LISTA DE IMAGENS	06
INTRODUÇÃO	09

CAPÍTULO I

Escolhas e Caminhos Metodológicos	14
1. Desvendando o Caminho e os Achados	14
2. A Nova História Cultural e as Possibilidades Metodológicas.....	18
2.1- A História Oral: A Metodologia Escolhida.....	23

CAPÍTULO II

A constituição dos Grupos Escolares 1946 a 1971.....	31
2.1 - O Grupo Escolar no Brasil: modelo de civilidade.....	41
2.2 - O Contexto Local: O Grupo Escolar no Município.....	44

CAPÍTULO III

Interfaces da História dos Livros: As Cartilhas.....	53
3.1- Métodos de Ensino da Leitura e Escrita	60
3.1.1 – Sintético.....	61
3.1.2 – Eclético	62
3.1.3 – Analítico	62
3.2 - O Método Global em Minas Gerais	63
3.3 - O Livro De Lili	65
3.4 - As Mais Belas Histórias: O pré-livro “Os Três Porquinhos”.....	73
3.5 - Cartilha Caminho Suave	82

CAPÍTULO IV

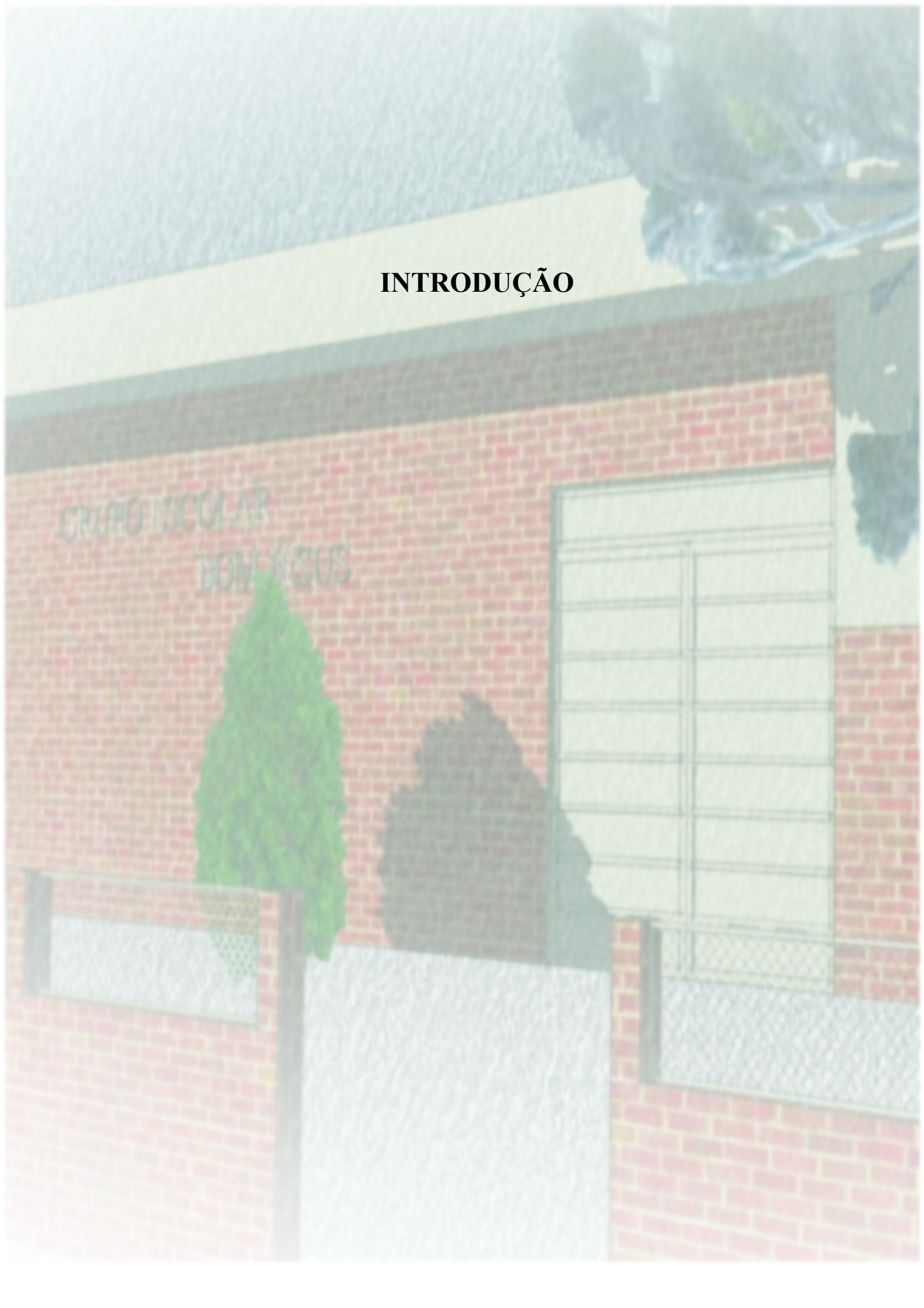
Alfabetizadoras: Modos de Aprender e Ensinar.....	88
4.1- Modos de saber e fazer das alfabetizadoras	89
4.2- Os Percursos das Entrevistas	89
4.3- Quem são as Alfabetizadoras	92
4.4 – Pafume	92
4.5 – Aguiar	95
4.6 – Zacarias	97
4.7 – Bezerra	100
4.8 – Mancini	103
4.9 – As Práticas e o Programa do Ensino Primário Elementar.....	106

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	114
---------------------------	-----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	119
---------------------------------	-----

ANEXOS	126
--------------	-----

INTRODUÇÃO



INTRODUÇÃO

MOTIVAÇÃO DO PESQUISADOR

Este estudo foi uma tentativa de construir a História da Alfabetização no período de 1955 a 1971, focando as práticas vivenciadas no Grupo Escolar Bom Jesus, da cidade de Uberlândia, localizada na parte norte da região do Triângulo Mineiro, a 556 km da capital mineira. O interesse em investigar a História das Práticas de alfabetização surgiu por ocasião da experiência como aluna pesquisadora de iniciação científica do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), cujo projeto tinha como tema: História e Memória das Cartilhas de Alfabetização utilizadas no município de Uberlândia no período de 1960 a 2000¹.

Com esta pesquisa de iniciação científica, foi possível analisar a abrangência da cartilha *Caminho Suave*², que foi muito utilizada na nossa região durante o período estudado. Assim, após repensar as várias opções de pesquisa, almejei investigar acerca do campo da História e Historiografia da Alfabetização, no Grupo Escolar Bom Jesus, localizado em Uberlândia, tendo como objeto específico as práticas das alfabetizadoras, pois, é uma área extremamente interessante e carece ainda de muita pesquisa, além de complementar meus estudos anteriores.

Apesar de o número de pesquisas relacionadas à alfabetização terem aumentado, os estudos realizados apontam uma pequena produção acadêmica nessa área. As questões que tangem à análise da história da alfabetização ainda são pouco contempladas. Contudo, encontramos alguns estudos em Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul e Mato Grosso sobre história alfabetização em seus diferentes enfoques.

Desse modo, esta pesquisa consiste no estudo referente ao percurso correspondente aos anos de 1955 a 1971, analisando a partir da implementação de políticas educativas relativas à organização do Ensino Primário, as propostas do ensino da língua materna

¹ Pesquisa de iniciação científica realizada durante o curso de Pedagogia na Universidade Federal de Uberlândia. Trabalho completo publicado na Revista Novo Horizonte – UFU, endereço eletrônico: <http://www.seer.ufu.br/index.php/horizontecientifico/article/viewFile/4189/3135>

² LIMA, Branca Alves de. Cartilha Caminho Suave. São Paulo: Editora Caminho Suave limitada. Encontramos alguns estudos sobre esta cartilha que informam que suas primeiras edições são da década de 40. Essa cartilha foi reeditada e publicada até 2010.

determinadas no Programa de Ensino de Minas Gerais e a apropriação dessas propostas pelas alfabetizadoras entrevistadas.

O objetivo geral deste estudo foi contribuir para a construção da história da alfabetização na cidade de Uberlândia, mediante a compreensão dos processos de alfabetização no Grupo Escolar Bom Jesus. Dessa forma, o tema foi problematizado a partir de questões como: quais as normas e orientações para as turmas de alfabetização do Grupo Escolar Bom Jesus? Quais as apropriações dessas normas e orientações por parte das alfabetizadoras? Quais as cartilhas utilizadas? Como as normas e orientações influenciaram na escolha e utilização das cartilhas?

A delimitação do tema e do período analisado resulta da experiência da pesquisa de iniciação científica em que pude compreender a necessidade de delimitar um período de estudo para que, de forma mais rigorosa, possa elucidar as questões históricas. Além disso, a fala de algumas alfabetizadoras entrevistadas no estudo anterior deixou-me instigada com relação ao conteúdo e aos modos de trabalho com as cartilhas. A fim de compreender as práticas das alfabetizadoras, escolhemos um grupo escolar da cidade de Uberlândia, local em que resido, para analisar e compreender com se deram essas práticas naquele período.

Ao definir o tema de estudo, ele nos remeteu à escolha de um grupo, pois era nele que se materializavam as práticas das alfabetizadoras e, porque também, não encontramos nenhum registro de trabalhos científicos sobre o referido grupo escolar.

Nesse contexto, delimitamos o período em aproximadamente duas décadas, que vai de 1955 - ano de criação do Grupo Escolar Bom Jesus, locus das práticas das alfabetizadoras sujeitos desta pesquisa e encerra-se em 1971, com a publicação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº. 5.692 que extingue os grupos escolares. Com a promulgação dessa lei, são modificadas várias diretrizes da Educação e, entre estas, a extinção dos grupos escolares que passam a ser chamados de escolas estaduais, municipais ou federais, de acordo com a instituição mantenedora. Apesar de Minas Gerais ter instituído a nova denominação e tipologia das unidades de ensino por meio do Decreto 16.244 de 08 de maio de 1974, iremos considerar a lei maior, a LDB 5.692 de 1971, pois a mesma faz alterações consideráveis ao sistema nacional de educação.

O objetivo e o desafio a que nos propusemos aqui foram, pois, desvelar parte da História da Alfabetização em Uberlândia, por meio da utilização das práticas das alfabetizadoras. Trata-se de entender o que era feito, como e o por que. Por isso, reafirmamos a importância de investigar essa temática no sentido de compreender a história por meio de

narrativas de sujeitos que a fizeram, construindo e reconstruindo seus saberes e práticas no cotidiano da sala de aula.

A questão central desta pesquisa, portanto, consiste em desvendar as circunstâncias históricas regionais e locais sobre as práticas de alfabetização em Uberlândia, no Grupo Escolar Bom Jesus, no período de 1955 a 1971. Ela também se relaciona com o interesse em investigar como se deu a história da alfabetização, bem como quais foram os materiais e métodos utilizados no ofício de alfabetizar nesse período.

Assim, com este estudo buscou-se analisar quais foram as práticas das alfabetizadoras no período de 1955 a 1971, como também que método de ensino utilizaram e quais foram as representações construídas sobre o processo de ensino-aprendizagem da leitura e da escrita.

Uma reflexão histórica sobre os modos como as alfabetizadoras atuaram foi realizada, tendo como auxílio a análise das práticas das alfabetizadoras, principalmente, no que se refere aos modos e usos das cartilhas e métodos para alfabetizar, sendo possível identificar a concepção histórica, ideológica e cultural impregnada nos fazeres cotidianos das alfabetizadoras.

A dissertação foi dividida em Introdução e quatro capítulos. Apresentamos inicialmente como surgiu o interesse por pesquisar a temática desse estudo, reorganizando os demais textos da seguinte forma: Capítulo I, Capítulo II, Capítulo III, Capítulo IV, as Considerações Finais, as Referências Bibliográficas e os Anexos.

No Primeiro Capítulo, apresentamos os pressupostos teóricos e a metodologia adotada para o desenvolvimento deste trabalho. A história oral aqui foi escolhida como método de pesquisa, uma vez que as narrativas sustentam as análises do estudo realizado. Como aporte teórico, utilizaremos a Nova História Cultural, pois esta linha historiográfica nos direciona a novas possibilidades de pesquisa.

No Segundo Capítulo, reescrevemos, com nosso olhar, a parte da história da educação nos âmbitos nacional, estadual e municipal. Posteriormente, analisamos a criação e difusão dos grupos escolares no âmbito nacional, como também a estrutura e o funcionamento do Grupo Escolar Bom Jesus.

No Terceiro Capítulo, realizamos uma breve contextualização dos usos e da importância do livro didático no Brasil e mais especificamente das cartilhas. Além disso, identificamos os métodos de alfabetização sintético, analítico e eclético, bem como analisamos três cartilhas utilizadas no Grupo Escolar Bom Jesus, no período de 1955 a 1971. Esse material foi escolhido a partir das narrativas das alfabetizadoras que identificaram como

as cartilhas mais utilizadas: *O livro de Lili*, *Os Três Porquinhos (As mais Belas Histórias)* e *Caminho Suave*.

No Quarto Capítulo, dedicamos a desvendar quem foram as narradoras entrevistadas e como os métodos de alfabetização influenciaram suas práticas. Assim, a partir das trajetórias de vida dessas alfabetizadoras identificamos as representações que elas apresentam sobre o ato de alfabetizar. Dessa forma, analisamos a práticas das alfabetizadoras e sua relação com os manuais das cartilhas e com o Programa de Ensino Primário Elementar.

Finalizando este estudo, apresentamos as descobertas, os desafios encontrados e as possibilidades de novas pesquisas sobre a temática. Em anexo, apresentamos o roteiro de entrevista, as cinco transcrições, as cartas de cessão e os documentos que consideramos importantes para o todo desta pesquisa.

CAPÍTULO I

GRUPO ESCOLAR
BOM JESUS

CAPÍTULO I

ESCOLHAS E CAMINHOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo iremos discorrer sobre as opções metodológicas adotadas neste estudo. Utilizaremos, como baliza teórica, a História Cultural, a qual “tem como principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade é dada a ler” (CHARTIER, 2002, p.61). De acordo com este autor, na História Cultural, é importante considerar “o consumo cultural ou intelectual como uma produção, que constitui representações nunca idênticas às que o produtor, o autor, ou o artista investiram na sua obra” (Ibid. p. 61). Destarte, não existem os objetos históricos fora de suas práticas e nem discursos e realidades definidas, fixas em cada situação histórica. Assim, a relação do texto com o real é construída segundo modelos discursivos e delimitações intelectuais próprios de cada situação escrita. Para desenvolver esta pesquisa, utilizaremos a história oral como metodologia.

1 - DESVENDANDO O CAMINHO E SEUS ACHADOS

O presente estudo buscou analisar, do ponto de vista da História, Memória e Representação da Educação, os sentidos inscritos nas práticas das alfabetizadoras. Para tanto, buscou-se respaldo teórico das tendências que classificam as diferentes abordagens da pesquisa, sendo que esta proposta apresenta-se no campo das pesquisas qualitativas. Considerando a multiplicidade de elementos integradores de nosso objeto de estudo e que garantem sua identidade, é permitida a classificação da estrutura de estudo elaborada sob a ótica qualitativa.

Nessa perspectiva, julgamos ser de caráter elucidatório conhecer quais foram as práticas das alfabetizadoras no período de 1955 a 1971, focalizando em suas narrativas quais foram os modos de conceber, ensinar e aprender a leitura e a escrita, como também quais as razões de suas escolhas.

Uma proposta de investigação dessa natureza foi possível em virtude de vários cruzamentos com base em textos impressos, arquivados ao longo dos anos e na memória daqueles personagens que participaram da História da Alfabetização em Uberlândia. Para

Chartier (2002), nas representações, a percepção do social não é um discurso neutro. Nela está embutida a vivência dos indivíduos, suas escolhas e condutas, suas práticas, concepção de mundo, valores, motivos, significados, atitudes, suas representações sobre determinada realidade, seja ela política, escolar, econômica, religiosa, social, entre outras.

Tendo em vista que a prática escolar é influenciada por fatores externos como, por exemplo, políticas educacionais e diretrizes pedagógicas e internos, expressos nas representações veiculadas pelos valores, motivos, comportamentos entre outros. Podemos afirmar que quem fazia as escolhas sobre como alfabetizar tinha concepções claras sobre os desdobramentos que essas opções acarretariam nas práticas das alfabetizadoras.

Nesse contexto, buscamos compreender quais foram os saberes e as práticas das alfabetizadoras vivenciadas no grupo escolar. Para isso, utilizamos as fontes orais, iconográficas e bibliográficas, já que a Nova História³ privilegia a documentação massiva e involuntária em relação aos documentos voluntários e oficiais: arqueológicos, pictográficos, iconográficos, fotográficos, cinematográficos, numéricos e orais. Todos os meios são tentados para vencer as lacunas e silêncios das fontes, mesmo, e não sem risco, os considerados como antiobjetivos. Nessa perspectiva, trabalhamos com o cruzamento de diferentes. Buscamos na narrativas das alfabetizadoras a História da Alfabetização no Grupo Escolar Bom Jesus, já que esta é uma importante forma de caracterizar e perpetuar as tradições culturais.

Diante do exposto, para a realização deste estudo, o procedimento mais adequado foi adotar o cruzamento de fontes impressas, bibliográficas, folhas mimeografadas e fontes orais, de forma que os documentos encontrados e os sujeitos foram abordados não só como parte de um sistema social que, até certo ponto, o determina, mas através das experiências subjetivas e individuais narradas pelas alfabetizadoras que vivenciaram o processo de utilização da cartilha.

Para a coleta de dados, foram realizadas entrevistas orais temáticas, cujas narrativas alargaram de forma significativa a perspectiva desta pesquisa, contribuindo para a construção da História da Alfabetização em Uberlândia. Nesse sentido, reafirmamos que uma das grandes vantagens da utilização de depoimentos orais neste estudo está na possibilidade de também poder proporcionar à escrita da história a incorporação de atores e vozes que possivelmente seriam esquecidos, perdendo-se para sempre.

³ Segundo Burke: “A Nova História é a história escrita como uma reação deliberada contra o ‘paradigma’ tradicional, aquele termo útil, embora impreciso, posto em circulação pelo historiador de ciência americano Thomas Kuhn”. (1992, p.10).

É preciso considerar que a metodologia escolhida para coletar os depoimentos e as narrativas, por meio de entrevistas orais, poderá documentar uma versão do passado.

A subjetividade é imperiosa: de quem fala, de quem pergunta e registra e de quem interpreta, mas indissociável da cultura, uma vez que os indivíduos interpretam o passado a partir do presente, ancorando-se na experiência cultural coletiva de um determinado tempo e de um determinado lugar (SANTOS, 2001, p. 10).

Neste estudo, as narrativas foram importantes bem como as possibilidades de cruzamento e análise com os achados do Arquivo Público Municipal de Uberlândia e do Arquivo Público Mineiro, como também da Escola Estadual Bom Jesus. Nesse sentido, a história tem se apresentado como um campo de possibilidades singulares e uma diversidade de abordagens metodológicas disponíveis para as pesquisas historiográficas. As fontes iconográficas, também foram utilizadas, uma vez que elas se inserem no paradigma indiciário⁴. Destarte, a metodologia perpassa a pesquisa histórica e compreende a leitura e análise de fontes bibliográficas, matérias jornalísticas, análise de revistas da época e das entrevistas com alfabetizadoras. Enfim, não há uma única metodologia, pois o tratamento das fontes pode ser definido também pela sua própria característica. A metodologia foi aplicada com base nos teóricos: Burke (1992), Chartier (1990), François (1998), Julia (2001), Pesavento (2004), Thompson (1992), Frade e Maciel (2006).

As entrevistas foram transcritas e analisadas pela pesquisadora dentro de uma perspectiva qualitativa e histórica com base nos referenciais teóricos apresentados. Foi de caráter elucidatório conhecer as narrativas produzidas pelas alfabetizadoras, bem como suas representações e experiências. Quais foram suas indagações, observações e as lembranças sobre os modos de utilização da cartilha na sala de aula.

As histórias de vida são fontes primorosas na reconstituição de ambientes, mentalidade de época, modos de vida e costumes de diferentes naturezas. Enfim, podem captar com detalhamento o que pode ser denominado como “substrato de um tempo” (DELGADO, 2006, p. 22).

No Arquivo Público de Uberlândia realizamos várias pesquisas nos Jornais “O REPÓRTER”⁵ e “JORNAL CORREIO”⁶ dos anos de 1949 a 1971. Buscamos nesses periódicos, reportagens sobre o Grupo Escolar Bom Jesus e também a respeito da Educação no Brasil, em Minas Gerais e Uberlândia. Além dos jornais, realizamos uma pesquisa no

⁴ Ginzburg (1986/2004) investiga sobre o paradigma indiciário; para mais informações consultar *O queijo e os vermes*.

⁵ O Repórter era um jornal que circulava em Goiás e na Região do Triângulo Mineiro.

⁶ Jornal de circulação regional: Uberlândia e cidades vizinhas.

acervo Jerônimo Arantes⁷. Tiramos fotos de todos os documentos que julgamos importantes para o trabalho e, posteriormente, passamos a imagem para um editor de texto.

No Arquivo Público Mineiro, buscamos nos Anuários e no acervo da extinta Secretaria de Interior, na pasta de Instrução Pública, dados estatísticos e pedidos realizados pelos diretores e inspetores escolares, à Secretaria de Interior, que elucidassem a Educação no período em estudo. Ainda realizamos uma pesquisa na *Revista de Ensino*, do período de 1930 a 1955, a fim de encontrar dados que levassem a compreender a formação das alfabetizadoras. O material pesquisado estava encadernado em forma de livros, exceto a *Revista de Ensino* que estava micro-filmada. O Arquivo Público Mineiro não permite fotografar os documentos, por isso transcrevemos todos os documentos que achamos importantes para o desenvolvimento desta pesquisa.

Na Escola Estadual Bom Jesus, foi necessário realizar diversas visitas a fim de pesquisar todo e qualquer material encontrado do período, porém só encontramos um histórico e algumas fotos do período estudado. De acordo com a secretaria escolar, os diários e materiais daquele período molharam durante uma forte chuva e, com isso, os funcionários tiveram que jogar fora todo esse acervo.

A pesquisa documental foi muito intensa e exaustiva, pois encontramos pouco material sobre o período. Apesar da disposição apresentada pela secretária escolar da Escola Estadual Bom Jesus, não foram encontrados os documentos escolares relatados pelas alfabetizadoras. Porém, encontramos no arquivo pessoal de uma professora universitária a obra *Programas (Ensino Primário Elementar)*. Este livro era o programa de ensino do governo mineiro distribuído às escolas do Estado. Esse programa foi descrito por todas as alfabetizadoras entrevistadas. Segundo Zacarias,

Nós não tínhamos o manual, o manual era da direção tinha o programa de ensino o qual trazia todos os objetivos, mas os manuais eram na direção. A própria diretora ou a vice que entregava. Eu que ia à direção e dizia olha o meu já acabou quero mais. Abasteça-me, eu que cobrava (2010).

A história oral está presente em nosso cotidiano e tem grande importância para a pesquisa à medida que revela os fatos pessoais que, em sua maioria, não foram documentados.

Estudar as práticas oriundas da utilização de qualquer cartilha nesse período é, antes de tudo, buscar sua inserção num quadro de representações que se interligam e são percebidas no aprofundamento do estudo das fontes, como afirma François: “(...) a história oral não

⁷ O memorialista Jerônimo Arantes foi promotor público, professor proprietário do Colégio Amor às Letras e Inspetor do Ensino Municipal. Colecionou e arquivou documentos que hoje integram o acervo do Arquivo Público Municipal com o nome Acervo Jerônimo Arantes.

somente suscita novos objetos e uma nova documentação (os “arquivos orais, tão caros a D. Schnapper), como também estabelece uma relação original entre o historiador e os sujeitos da história” (1998, p. 9).

Sendo assim, a História abre-se para várias e diferentes vertentes, abordagens de estudos e interpretações, sendo necessário estruturar esses elementos no bojo de suas representações. Para Souza, “(...) o amálgama de todos esses elementos era sedimentado por meio de práticas ritualizadas e simbólicas” (2004, p. 117). Assim, buscamos identificar quais práticas e símbolos as cartilhas apresentavam, como estes eram apropriados e trabalhados pelas alfabetizadoras. Assim, denominamos de cartilhas, os livros voltados exclusivamente para a aprendizagem da leitura e da escrita.

Um dos principais aspectos da cultura que se constituiu objeto de ensino na escola é precisamente a linguagem/língua, que nos precede, ultrapassa, institui e constitui como seres humanos e sujeitos sócio-históricos. Daí decorre a relevância social deste estudo ao analisar e investigar as cartilhas e métodos de alfabetização utilizados, bem como as práticas de leitura e escrita.

2 - A NOVA HISTÓRIA CULTURAL E AS POSSIBILIDADES METODOLÓGICAS

A publicação da revista *Annales d'histoire économique et sociale*, em outubro de 1929, exprimiu uma nova tendência da historiografia francesa, erguendo-se contra a dominação da “escola positivista”. Essa nova corrente divulgou outras formas de pesquisa que considerava diferentes fontes aproximando, assim, a História das outras ciências humanas.

Ao propor que o homem fosse apreendido em sua totalidade, a *Escola dos Annales* abriu aos historiadores novas possibilidades para o desenvolvimento das pesquisas, ampliando o campo de trabalho do historiador em relação aos atores e aos temas ou objetivos. Assim, é necessária uma História aberta às ciências humanas, conforme afirmou Bourdieu e Martin:

Erguendo-se contra a dominação da Escola Positivista, uma nova tendência da historiografia francesa exprime-se bastante discretamente em ‘A Revista de Síntese’ durante os anos 1920, mais francamente na ‘Revista Les Annales’ durante os anos 1930. A corrente inovadora (Annales) despreza o acontecimento e insiste na “longa duração”; deriva a sua atenção da vida política para a atividade econômica, a organização social e a psicologia coletiva (2000, p. 119).

Segundo um de seus idealizadores, Lucien Febvre, a História não deve ser um registro de uma sequência de acontecimentos que parte apenas dos documentos escritos, mas devem-se utilizar documentos não escritos e fazer apelo a outras ciências. Ela deve abordar todos os aspectos da atividade humana. Segundo Marc Bloch, “o *stock* de documentos de que a história dispõe não é limitado; sugere não utilizar exclusivamente documentos escritos e recorrer a outros materiais (...)” (1997, p.27).

Até por volta de 1968, Fernand Braudel dirigiu a *Revista dos Annales* de forma incontestável e a partir daquele ano, ele formou um comitê para auxiliar na publicação e direção da revista. Esse comitê era formado por intelectuais como Jacques Le Goff, E. Le Roy Ladurie e M. Ferro e com essa nova direção, novos problemas e novos objetos começaram a emergir, e esboçavam-se novas abordagens que foram explicitadas na enciclopédia intitulada *A Nova História*, dirigida por Le Goff, em 1978.

E assim, a partir da publicação da coleção de ensaios editada por Le Goff que a expressão “Nova História” ficou conhecida.

Dessa forma, enquanto a *Escola dos Annales* interessava-se pela Europa Ocidental e pelas suas dependências, a Nova História procurou compreender os grandes espaços e as grandes massas históricas. Ao contrário do Positivismo, a Nova História revela as variedades de fontes para as pesquisas.

A Nova História tem como um de seus pressupostos a compreensão de que a realidade é social ou culturalmente construída e, por isso, deve preocupar-se com a análise das estruturas, abrindo-se para novos objetos de pesquisa e, por consequência, buscar novos tipos de fontes para suplementar os documentos tidos como oficiais. Novas fontes como a história oral, as evidências das imagens, as estatísticas.

A história deixa de ser historicizante para se tornar uma história problematizadora do social, preocupada com as massas anônimas, seus modos de viver, sentir e pensar. Assim, foram excluídas as concepções de viés marxista, que entendiam a Cultura como integrante da superestrutura, como mero fluxo da infraestrutura, ou mesmo da Cultura como manifestação superior do espírito humano e, portanto, como domínio das elites. A Nova História Cultural propõe um olhar cuidadoso sobre a Cultura. Segundo Pesavento:

Não mais como uma mera história do pensamento, onde estudavam-se os grandes nomes de uma dada corrente ou escola. Mas, enxergar a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo (2004, p.15).

Dentro dessa nova ótica historiográfica, inicio meu trabalho pesquisando as práticas e métodos pedagógicos das alfabetizadoras do Grupo Escolar Bom Jesus, mais especificamente as práticas de leitura e escrita oriundas dos impressos escolares⁸ utilizados no período de 1961 a 1971. Pensando sempre que a História é a “Ciência dos Homens” “dos Homens, no tempo”, como afirma Bloch (2001, p. 55), o que coloca o aspecto social no centro da História. Não devemos transportar ingenuamente o presente para o passado, muito menos procurar um trajeto linear que seria tão ilusório como o sentido contrário.

Portanto, com o desenvolvimento da escolarização das práticas de leitura e escrita, a cartilha consolida-se como um imprescindível instrumento de concretização dos métodos propostos. Nesse sentido utilizamos como aporte teórico a Nova História Cultural⁹, a qual propõe uma nova forma de interrogar a realidade tomando como base temas do domínio da Cultura e salienta o papel das representações.

E dado que uma cultura se define tanto pelo que rejeita como pelo que venera, como o fascínio e as adesões, devem observar-se os bloqueios, as exclusões, as recusas, para chegar, como Alphonse Dupront convida a fazer, às pulsões iniciais que regem em profundidade o psiquismo de uma sociedade (DUBY, 1998, p.405- 406).

Para realização desta pesquisa, fez-se necessário marcar cronologicamente as flexões que pontuam a vida de uma cultura buscando a herança que cada alfabetizadora recolheu do passado, já que “representar é, pois, fundamental, estar no lugar de, é presentificação de um ausente; é um apresentar de novo, que dá a ver uma ausência. A idéia central é, pois, a da substituição, que recoloca uma ausência e torna sensível uma presença” (PESAVENTO, 2004, p.40).

Assim, o objetivo central da representação é trazer para o presente o ausente vivido e, dessa forma, poder interpretá-lo e o da apropriação, segundo Chartier, é “construir uma história social das interpretações, remetidas para suas determinações fundamentais” (1990, p.26) que são o social, o institucional e, sobretudo, o cultural. Dessa forma, o passado só chega aos dias atuais por meio das representações, dos mitos, emblemas e sinais. “A rigor, o historiador [da cultura] lida com uma temporalidade escoada, com o não visto, o não vivido,

⁸ Considerando apenas as cartilhas dentre todos os impressos escolares possíveis de serem encontrados.

⁹ De acordo com Peter Burke (2005), a expressão “Nova História Cultural” entrou em uso no final da década de noventa do século XX, a partir da publicação de um livro da historiadora Lynn Hunt. “A ênfase na história cultural incide sobre o exame minucioso – de textos, imagens e ações – e sobre a abertura de espírito diante daquilo que será revelado por esses exames” (HUNT, 2001, p. 28).

que só se torna possível acessar através de registros e sinais do passado que chegam até ele” (PESAVENTO, 2004, p.42).

Destarte, as alfabetizadoras brasileiras tomaram, ao longo dos anos, como base, uma imagem idealizada de linguagem e da língua. A cartilha e o plano de ensino distribuídos pelo governo mineiro foram aos poucos substituindo o processo de estudos e planejamento das alfabetizadoras, na medida em que trazem no seu bojo métodos e conteúdos de ensino previamente estabelecidos pelos autores.

A cartilha, como instrumento de alfabetização, instituiu e perpetuou as crenças das elites mineiras que, embora aparentemente restrito aos limites da sala de aula, tendia silenciosamente acompanhar esses sujeitos em outras esferas de sua vida pessoal e social, uma vez que:

se o imperativo da "transposição didática" impõe a emergência de configurações cognitivas específicas (os saberes e os modos de pensamento tipicamente escolares), estas configurações tendem a escapar de seu estatuto puramente funcional de instrumentos pedagógicos e de auxiliares das aprendizagens, para se constituir numa espécie de "cultura escolar", dotada de dinâmica própria e capaz de sair dos limites da escola para imprimir sua marca "didática" e "acadêmica" a toda espécie de outras atividades (...), sustentando assim, com as outras dinâmicas culturais, relações complexas e sempre sobre determinadas, de nenhum modo redutíveis, em todo caso, aos processos de simples reflexo ou de "repartição de tarefas" (...) (FORQUIN, 1993, p.17-18).

No que se refere à História da Alfabetização no Brasil, as cartilhas são ícones importantes. E, mesmo tendo passado por variações, certos aspectos tidos como universais e constitutivos da cultura escolar brasileira prevaleceram, para cujo engendramento, transmissão e perpetuação, tem-se aliado o conservadorismo cultural da escola às práticas das alfabetizadoras, que apoiaram seus trabalhos fundamentalmente nas cartilhas, nos seus métodos de alfabetização e no plano de ensino do governo mineiro. Como afirma Chartier:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza (1990, p.17).

Dessa forma, um dos principais aspectos da cultura que se constitui objeto de ensino na escola é precisamente a linguagem/língua, que nos precede, ultrapassa, institui e constitui como seres humanos e sujeitos sócio-históricos.

Os primeiros livros de alfabetização, sobretudo as cartilhas, são representativos das práticas e ideários pedagógicos, assim como das práticas editoriais e, historicamente, vêm se constituindo como primeira via de acesso à cultura do impresso, uma vez que, em nossa sociedade, grandes parcelas da população vieram constituindo suas “bibliotecas” e seus modos de ler a partir da escola.

De modo geral, a cartilha apresenta os conhecimentos obedecendo a diversas motivações e, principalmente, o modo como aqueles que a conceberam acreditam que deve ser apresentado. Nessa perspectiva, buscamos identificar a estrutura das cartilhas utilizadas no período, sua organização interna, suas variações, distribuição e a disposição espacial dos diversos elementos textuais ou icônicos no interior de suas páginas, além do método por ela desenvolvido, auxiliando assim a construir a História da Alfabetização no período de 1955 a 1971 e desvendando o que este impresso representou para as alfabetizadoras e quais as concepções, método, leitura e escrita que a autora da cartilha concebeu. É necessário verificar quais foram os usos, os manuseios e as formas de apropriação e de leitura dessas cartilhas pelas alfabetizadoras e pelos alfabetizados.

Assim, podemos considerar que a publicação da revista *Annales d'histoire économique et sociale* descerrou a possibilidade para esta pesquisa, já que a mesma proporciona diferentes visões para a pesquisa historiográfica.

Mediante as novas possibilidades de pesquisa advindas da *Escola dos Annales* e por se tratar de uma análise qualitativa de um período relativamente recente (1955-1971), utilizaremos, como fonte, as entrevistas com alfabetizadoras que trabalharam no Grupo Escolar Bom Jesus e utilizaram cartilhas durante o período em análise, juntamente com a história desse Grupo Escolar.

Nesse contexto, abordaremos a cultura escolar como uma dimensão da história cultural, pensando a Cultura como um modo de vida. Tendo como parâmetro o conceito de cultura escolar elaborado por Julia:

É necessário, justamente, que eu me esforce em definir o que entendo aqui por cultura escolar; tanto isso é verdade que esta cultura escolar não pode ser estudada sem a análise precisa das relações conflituosas ou pacíficas que ela mantém, a cada período de sua história, com o conjunto das culturas que lhes são contemporâneas: cultura religiosa, cultura política ou cultura popular. Para ser breve, poder-se-ia descrever a cultura escolar como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidade que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). Normas e práticas não

podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação, a saber, os professores primários e os demais professores (2001, p.10-11).

A investigação buscou, na prática das alfabetizadoras, os indícios para compreender o que ocorreu no espaço escolar. Assim, ainda que a documentação estivesse escassa ou danificada, foi possível reconstruir as representações culturais, a partir de sinais oferecidos por essas fontes, indicadores da relação da entidade escolar com a sociedade, do professor com o aluno e suas contribuições para a formação da cultura escolar.

Nessa perspectiva, o método do paradigma indiciário¹⁰ pode contribuir com o presente trabalho sobremaneira, uma vez que seu apego ao detalhe revelador não deixa de estabelecer o diálogo entre a parte e o todo, salvaguarda o pesquisador de cair na armadilha da descrição positivista.

2.1 - HISTÓRIA ORAL: A METODOLOGIA ESCOLHIDA

No contexto atual deste estudo, foi considerado como fundamental conhecer a importância de estudos relacionados às tradições culturais, sendo que a oralidade é o elemento essencial para a caracterização e consolidação da história oral. Dessa forma, a história oral está presente em nossas vidas e tem grande importância para a pesquisa. Thompson (1992) enumera diversos exemplos de história oral que caracterizam as comunidades, os indivíduos e demonstra como a história oral é utilizada para transmitir suas atitudes e concepções.

A História Oral valoriza a memória do homem, mas ela não pode ser definida cronologicamente. No momento da entrevista, o pesquisador/entrevistador deve estar atento às repostas, pois as lembranças não são cronológicas. Elas vão e vêm, por isso devemos estar atentos aos relatos.

A memória é essencial para o desenvolvimento de uma pesquisa que tenha como método a história oral. Como afirma Delgado “Finalmente, recorre à memória como fonte principal que a subsidia e alimenta as narrativas que constituirão o documento final, a fonte histórica produzida” (2006, p.16). Por isso é imprescindível estudar sobre a memória lembrando-se que para conceber o problema da recordação e da localização das lembranças é

¹⁰ Ginzburg (1986/2004) investiga sobre o paradigma indiciário; para mais informações consultar *O queijo e os vermes*.

importante tomar como ponto de referência os contextos sociais reais que serviram de baliza para reconstrução da memória.

As cenas podem ou não deixar um traço em nossa memória. E para Halbwachs (2006), temos duas memórias: a individual e a coletiva. Sendo que a memória individual está interligada à memória coletiva, já que em sua maioria, a memória individual, foi vivenciada em um grupo que pode auxiliar na reconstrução dessa memória. Porém, para que nossa memória se aproveite dos testemunhos dos outros, é necessário que estes não tenham deixado de concordar com os pontos de contato de nossas memórias.

Podemos dizer que a memória individual não é intrínseca (interna) à memória coletiva. Nossa memória individual é a lembrança dos nossos sentimentos no momento da cena. Assim todos podem lembrar-se da cena, porém somente quem vivenciou poderá dizer o que sentiu naquele momento. Contudo, para relembrar esse sentimento, muitas das vezes é necessário que alguém do grupo fale, relembre a cena para que o sentimento retorne. Assim a memória individual é um ponto de vista da memória coletiva.

Assim, na base de qualquer lembrança haveria o chamamento a um estado de consciência puramente individual que chamamos de intuição sensível – para distingui-lo das percepções em que entram alguns elementos do pensamento social (HALBWACHS, 2006, p. 42).

Nossas lembranças estão sempre ligadas a uma base social, misturadas a imagens, pensamentos ligados a outras pessoas e aos grupos que nos rodeiam, por isso não nos lembramos da nossa primeira infância, porque nossas impressões não se ligam a nenhuma base social. Sendo assim, nossa memória não se apóia na história aprendida, mas sim na história vivida. E dessa maneira iniciamos nossos estudos com a história do Grupo Escolar Bom Jesus que é o lócus desta pesquisa e assim integra a lembrança coletiva de todas as alfabetizadoras entrevistadas.

A lembrança corresponde a um acontecimento distante no tempo, a um momento de nosso passado. “É o que Bergson chama de reconhecimento em imagem, ou a sensação do *déjà vu*” (HALBWACHS, 2006, p. 55).

Quando dizemos que a recordação de certas lembranças não depende da nossa vontade, é porque a nossa vontade não é forte o suficiente. A lembrança está ali, fora de nós, talvez dispersa entre muitos ambientes. Se a reconhecemos são as forças que a fizeram reaparecer e com as quais sempre mantivemos contato (HALBWACHS, 2006, p. 59).

Nesse sentido, pode-se recorrer às lembranças de outros e se transportar a referências externas determinadas pela sociedade. Assim é importante para o funcionamento da memória individual a utilização de instrumentos tomados do ambiente, já que nossa memória está interligada ao grupo social ao qual pertencemos. A memória está ligada ao tempo e ao espaço do grupo social.

Assim, não há memória coletiva que não aconteça em um contexto espacial. Ora, o espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem umas às outras, nada permanece em nosso espírito e não compreenderíamos que seja possível retomar o passado se ele não estivesse conservado no ambiente material que nos circunda (HALBWACHS, 2006, p.170).

“A memória é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado”, como afirma Rousso (1998, p. 94). Assim como nossa memória sempre está interligada à memória do grupo, esse passado nunca é individual, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional. Diante dessas colocações, verificamos que a memória é de suma importância para se desvelar a História das Práticas de Alfabetização no Grupo Escolar Bom Jesus, no período de 1955 a 1971.

As representações das alfabetizadoras estão dispostas nas entrevistas com elas realizadas. São elucidações nas quais as alfabetizadoras que atuaram no Grupo Escolar Bom Jesus, no período de 1955 a 1971, revelaram como foi o processo de alfabetização, a formação delas como alfabetizadoras, os alunos que frequentaram suas turmas e a estrutura física e política do grupo escolar em questão.

Essas narrativas trazem as marcas do coletivo social que envolve as narradoras. Sendo assim, todo relato está impregnado de vivências sociais, o que nos leva a melhor compreender o processo de alfabetização no período estudado. Já que,

Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência de que tudo opõe uma à outra. A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a construção sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna sempre prosaica (NORA, 1981, p. 9).

Para a construção da História das Práticas das Alfabetizadoras, foi utilizada a memória como fonte resgatada a partir das entrevistas. Ela trouxe contribuições significativas à pesquisa à medida que revelou fatos pessoais que, em sua maioria, não foram documentados. O historiador deve estar atento às fontes documentais (cartas, jornais, relatórios etc.), questionar para quem foi escrito, por quem, por que, pois a história escrita pode ter sido adulterada. Pois, como afirma Le Goff:

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento¹¹ permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa (1996, p.545).

E, apesar de a história oral ser uma representação das pessoas entrevistadas que viveram o momento pesquisado e, por vezes ser adulterada, ainda assim, essa história torna-se um relevante instrumento para análise histórica.

Nesse contexto historiográfico, inaugurado com a publicação da revista *Annales d'histoire économique et sociale*, em 1929, houve grandes questionamentos sobre a fidedignidade da evidência da história oral, porém devemos pensar e questionar se realmente apenas o que está escrito (documentos) seja verdadeiro. Como explica Thompson (1992), a ata de uma reunião descreve apenas aquilo que querem que seja divulgado; a autobiografia é uma reprodução daquilo que o autor deseja que seja evidenciado e está impregnada de concepções e valores.

Os documentos escritos (história documentada) ocupam um status nas pesquisas científicas porque foi difundida entre os pesquisadores uma concepção apoiada no pensamento positivista, o qual buscava a neutralidade e imparcialidade nas pesquisas.

Porém, a história oral tem um valor extraordinário e por isso não deve ser reduzida a um mero documento adicional, já que toda história depende basicamente de sua finalidade social. Assim, os fatos coletivos ficam mais evidentes com a história oral, pois através dela podemos cruzar os depoimentos de várias pessoas de diversas camadas sociais, envolvidas nos fatos, bem como cruzar os depoimentos com a fonte documental.

É a partir do início do século XX que os relatos orais vão gradativamente assumindo o patamar de fontes, contando com a contribuição das concepções advindas da Nova História. Segundo Thompson (1992), muitas vezes, quando uma pessoa é entrevistada sente-se de tal

¹¹ “O monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos” (LE GOFF, 1996, p. 535).

modo importante que é capaz de despertar forças em seu ser e a recuperação de lembranças acaba promovendo sentimentos que renovam suas vidas.

A história oral é uma das formas de valorizar quem viveu em determinados contextos e pode nos relatar detalhes que provavelmente nunca seriam escritos nos documentos “oficiais”. Thompson expõe, em seu livro *a Voz do Passado* (1992), o quanto pecamos ao achar que apenas o que está escrito é verdade; pois toda história depende basicamente de sua finalidade social e os fatos coletivos ficam mais evidentes com a história oral. Através dela, podemos cruzar depoimentos de várias pessoas de diversas camadas sociais envolvidas nos fatos e preencher lacunas existentes. Sendo assim, a escolha das fontes também é uma seleção que o pesquisador faz e, dessa forma, as entrevistas são transcritas e aprovadas pelos seus autores.

Na nova perspectiva historiográfica, a história oral é concebida como um método e, nessa condição, as entrevistas são consideradas como fundamento da investigação. Elas são um instrumento que recorre à vida das pessoas. A história oral oferece recursos para que o objetivo de uma dada pesquisa possa ser alcançado, envolvendo um conjunto de procedimentos que se iniciam na seleção das pessoas a serem entrevistadas e segue-se com a elaboração das perguntas a serem feitas, realização de entrevistas, transcrição dos depoimentos e, por último, a sua análise de acordo com o objetivo do estudo. É válido ressaltar ainda uma última característica do entrevistador que nem sempre é mencionada em meio aos demais critérios e requer atenção. Trata-se da aquisição de sensibilidade para as palavras, o que pode resultar num encontro precioso.

Portanto, a história oral tem a função de registrar as experiências humanas, pois é uma história que se constrói em torno das pessoas, de modo que tanto o pesquisador como o narrador constrói sabedoria ao ouvir e ao narrar as histórias. Nesse sentido, a história oral é temática ao preocupar-se com temas específicos e busca na versão do narrador/entrevistado rememorar sua vivência, possibilitando analisar as experiências e trajetórias. Com isso, utilizaremos história assim definida para construir a História das Práticas de Alfabetizadoras em Uberlândia.

Os depoimentos colhidos não são considerados dados complementares de outras fontes de informação, mas possuem valores próprios; são fontes fidedignas de testemunhos subjetivos, falados. Portanto o gravador é essencial para a realização das entrevistas, já que as gravações não editadas possuem linearmente toda a história como realmente foi dita. É a história contada por quem a vivenciou.

Antecedendo as entrevistas, foi realizada uma conversa, antes de gravar, com o entrevistado para que este se sentisse mais à vontade. Além disso, o lugar onde foram coletados os depoimentos foi escolhido com cuidado, pois deveria ser calmo, aconchegante e iluminado, ou seja, um lugar onde se possa conversar com tranquilidade. O dia e o horário também foram importantes, pois as entrevistadas deveriam sentir-se acolhidas, desejar ser entrevistadas e terem tempo para poder lembrar de detalhes que, na pressa, podem ser ignorados. Pensando nisso, as entrevistas foram realizadas no dia mais apropriado para a coleta de depoimentos, sem a preocupação inconveniente do tempo.

Como pesquisadora, levei um caderno de anotações para “colaborar com a hipótese do levantamento, preencher as lacunas do formulário” (TOMPSON, 1992, p.148). Além disso, houve um respeito mútuo (entrevistador/entrevistado) e um cuidado com a quantidade de perguntas, lembrando sempre que existe diferença entre entrevistas realizadas com jovens e idosos. Essa discrepância deve ser minimizada através da paciência, já que a pessoa mais velha está interessada em passar para frente (divulgar) toda sua experiência não documentada, de maneira que ela quer servir de exemplo.

Com este estudo descubro que o saber docente é histórico e precisa ser registrado. Nesse sentido, as histórias narradas pelas alfabetizadoras que atuaram no Grupo Escolar Bom Jesus revelaram processos por meio dos quais, ao longo dos anos, construíram seus conhecimentos e suas práticas.

Até o final do século XIX, os historiadores davam prioridade aos registros escritos, especialmente os considerados oficiais e as informações orais não eram consideradas como fontes históricas. De acordo com Meihy:

O domínio da palavra escrita sobre a oral sempre existiu e desde o princípio impôs uma guerra entre os dois códigos. Já nos registros das sociedades antigas, começando pelos egípcios com os chamados escribas, a palavra escrita passou a ganhar valor em detrimento da oral, que passava a ser recurso vulgar e território da comunicação comum e da transmissão da memória (2000, p. 42).

Assim, não se questionava a oficialidade dos documentos, porém criticava-se a fidedignidade da história oral, o que só começou a se modificar com a criação da *Escola dos Anales*, em 1929, a qual buscava uma ruptura com a História Tradicional. Sendo Bloch e Febvre seus principais idealizadores.

A proposta inicial desta pesquisa era utilizar os cadernos de plano de aula das alfabetizadoras que atuaram no período da pesquisa. Porém, após iniciarmos as entrevistas

descobrimos que as alfabetizadoras não guardaram os materiais que utilizaram para preparar suas aulas de alfabetização. Dessa forma, além dos depoimentos das alfabetizadoras, utilizamos o *Programa Ensino Primário Elementar*¹² como acervo documental para esta investigação, “pois os cadernos de preparações dos educadores, não são escassos e, na falta destes, pode-se tentar reconstruir, indiretamente, as práticas escolares a partir das normas ditadas nos programas oficiais ou nos artigos das revistas pedagógicas” (JULIA, 2001, p.17). No próximo capítulo iremos identificar a História do Grupo Escolar Bom Jesus que é o lócus desta pesquisa.

¹² O Programa do Ensino Primário foi um material distribuído pela Secretaria de Educação de Minas Gerais para todas as escolas mantidas pelo Estado. MINAS GERAIS, Secretaria de Educação do Estado de. Programa (Ensino Primário Elementar). 3ªed. Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1961.

CAPÍTULO II

GRUPO ESCOLAR
BOM JESUS

CAPÍTULO II

A HISTÓRIA DOS GRUPOS ESCOLARES - 1946 A 1971

No intuito de abranger a História da Alfabetização no Grupo Escolar Bom Jesus, iniciamos este capítulo elucidando alguns fatos históricos relevantes para a compreensão deste trabalho. O período em estudo foi imensamente influenciado por um intervalo histórico que se estende de 1946, ano de promulgação da Lei Orgânica do Ensino Primário – Decreto-Lei nº 8.529, que estabeleceu diretrizes para o Ensino Primário, à 1971 ano da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº.5.692, que extingue a denominação “grupos escolares”. E como nossa pesquisa se passa no período de 1955 a 1971, o Ensino Primário foi regido pelo Decreto-Lei nº 8.529 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 4.024 de 1961, iremos identificar a importância dessas leis para a Educação uberlandense. Além disso, buscamos compreender como se deu a criação dos grupos escolares no Brasil, especificamente do Grupo Escolar Bom Jesus em Uberlândia (MG), locus de nossa pesquisa.

La razón es obvia. Ni el espacio ni el tiempo son estructuras neutras em las que se vacian los procesos educativos. Siempre se aprende y se enseña em lugares y em tiempos concretos. Y estos lugares y tiempos son determinados y determinan unos u otros modos de enseñanza: no sólo promueven e inculcan unas determinadas concepciones de ambos, sino que, al mismo tiempo, constituyen elementos fundamentales de la organización escolar, condicionan la enseñanza de las diferentes disciplinas, y permiten o impiden la realización de unas u otras actividades. En síntesis, el espacio y el tiempo escolares no sólo conforman el clima y cultura de las instituciones educativas, sino que también educan (FRAGO, 2000, p.99).

Contudo é preciso contextualizar tal pesquisa também dentro de um cenário global, repleto de inovações e contradições. O século XX foi um período revolucionário, com diversas transformações em vários aspectos sociais como na economia, na política, nos costumes, na cultura e na religião. A Revolução Russa de 1917, por exemplo, deflagrou uma onda de revoluções comunistas por toda a Europa, alertando muitos de que uma revolução mundial socialista poderia ser realizada em um futuro próximo. A economia presenciou a afirmação do capitalismo monopolista e das suas tensões imperialistas. Os Estados Unidos tiveram grandes ganhos econômicos e políticos. No início do século, eles já eram a potência industrial líder no mundo em termos de produção e direcionavam seus esforços para a corrida

imperialista. A política também não foi menos dramática e contraditória. Democracia e totalitarismo confrontaram-se durante todo o século.

O Fascismo apareceu pela primeira vez na Itália, com a ascensão ao poder de Benito Mussolini em 1922. Em 1933, Adolf Hitler chegou ao poder na Alemanha, encerrando a experiência alemã com a democracia. O totalitarismo foi uma presença constante e um atalho para a solução de problemas em tempo de crise, enfrentando-os por meio do controle, da repressão e da criação de canais de conformação forçada, a começar pela escola, tornando-a um lugar de reprodução de ideologia. A medicina sofreu transformações espantosas. A gripe espanhola matou entre 1918 e 1919 vinte e cinco milhões de pessoas, fazendo com que novos procedimentos fossem testados. Vários avanços foram percebidos, como a criação dos antibióticos. Evoluções tecnológicas permitiram também a produção em massa de veículos motorizados e outros bens permitiram aos fabricantes produzir mais produtos por um custo muito menor. O automóvel tornou-se o meio de transporte mais importante, encurtando distâncias e possibilitando um aceleração no tráfico de mercadorias e pessoas. Tecnologias de mídia de massa como filme, rádio e televisão surgiram para permitir a comunicação de mensagens políticas e entretenimento com impacto sem precedentes. A disseminação do telefone e posteriormente da internet forneceram às pessoas novas oportunidades de comunicação em tempo real.

A década de 1920, marcada pelo confronto de ideias entre correntes divergentes, influenciadas pelos movimentos europeus, culminou com a crise econômica mundial de 1929. Essa crise repercutiu diretamente sobre as forças produtoras rurais que perderam do governo os subsídios que garantiam a produção. O movimento de 30 foi o marco referencial para a entrada do Brasil no mundo capitalista de produção. A acumulação de capital, do período anterior, permitiu que o Brasil pudesse investir no mercado interno e na produção industrial.

Em meio às necessidades das indústrias, as dificuldades econômicas externas e a crise na aliança entre os partidos Republicanos de São Paulo e Minas Gerais, tivemos a Revolução de 1930 em que Getúlio Vargas assumiu o Governo Provisório do Brasil, sendo eleito presidente da República em 1934 pela Assembleia Constituinte.

A nova realidade brasileira passou a exigir uma mão-de-obra especializada e, para tal, era preciso investir na Educação. Sendo assim, em 1930, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública com diversos desafios e metas a cumprir. Foi nomeado, para esta pasta, Francisco Campos, que era considerado um defensor das ideias da Escola Nova¹³.

¹³ A Escola Nova foi um movimento de renovação do ensino que foi especialmente forte na Europa, na América e no Brasil, na primeira metade do século XX. O Escolanovismo desenvolveu-se no Brasil sob importantes

Em 1931, o governo provisório sanciona decretos, organizando o ensino secundário e as universidades brasileiras. Tais decretos ficaram conhecidos como "Reforma Francisco Campos" e, apesar de não contemplarem o Ensino Primário, foram os primeiros passos para a regulamentação do ensino em âmbito nacional. Através da Reforma Francisco Campos, foi criado o Conselho Nacional de Educação (CNE), organizando o Ensino Superior na universidade do Rio de Janeiro e o Ensino Secundário, além de restabelecer o Ensino Comercial e consolidar as disposições sobre a organização do Ensino Secundário.

A Reforma Francisco Campos foi criticada pelos defensores da Escola Nova, já que ao restabelecer o Ensino Religioso ele contraria um dos princípios da Escola Nova: a laicidade do ensino. Nesse período há uma efervescência das discussões sobre a Escola Nova. Os escolanovistas buscavam mudanças no ensino brasileiro, transformações como a laicidade, obrigatoriedade e Educação para todos. Contrariamente aos pressupostos escolanovistas, os ideais católicos pregavam a obrigatoriedade do Ensino Religioso no país.

Nesse contexto, o governo mostrou-se a favor da escola tradicional e da Escola Nova. Também nesse momento efervescente, o Manifesto dos Pioneiros da Escola foi publicado em 1932. Tal Manifesto tinha como objetivo a reconstrução da Educação no Brasil e divulgava as concepções da Escola Nova. A Educação deveria ser laica, obrigatória, gratuita e universalizada. Além disso, defendiam a co-educação: misturar alunos de sexos diferentes nas salas de aula. Propunha também a criação de um sistema de ensino orgânico, sendo a Educação função estatal. O manifesto apoiava a escola pública e divulgou em seu texto o princípio da autonomia da função educacional. A Educação não poderia estar ligada aos interesses da Igreja nem da política, pois se estivesse, ela não iria buscar resolver os problemas da sociedade, mas sim os interesses particulares. O docente deveria ter formação em nível superior e ser remunerado, assim como qualquer outro profissional com graduação. Essas discussões acarretaram a saída dos educadores católicos da Associação Brasileira de Educação, os quais criaram a Confederação Católica Brasileira de Educação.

Em meio a esses debates, em 1934, Getúlio Vargas nomeou Gustavo Capanema para o cargo de Ministro da Educação e Saúde Pública. Ele permaneceu neste cargo por 11 anos, ou seja, até o final do Estado Novo, em 1945. Nesse período, Capanema instituiu, por meio de oito Decretos-Leis, a chamada Reforma Capanema. Essa reforma criou o Senai – Serviço Nacional da Indústria, instituiu a Lei Orgânica do Ensino Industrial, Secundário, Comercial, Primário, Normal e Agrícola, além de criar o Senac – Serviço Nacional do Comércio.

Na Reforma Capanema, o Ensino Primário e o Fundamental, destinados às crianças entre 7 e 12 anos, foram divididos em Primário Elementar, com duração de quatro anos, e o Ensino Primário Complementar, com apenas um ano de duração. Assim, em 1946 com a promulgação da “Lei Orgânica do Ensino Primário” (Decreto-Lei nº 8.529), verificou-se o primeiro passo para a regulamentação do ensino primário brasileiro.

A promulgação desse Decreto-Lei e, posteriormente, a LDB nº 4024, em 1961, são utilizados como aportes legais para esta pesquisa, pois regiam o Ensino Primário no período em estudo. Eles pretendiam também aumentar o índice de escolarização da população brasileira. Conforme era esperado, houve um crescimento das matrículas no Ensino Primário e no Ensino Médio, no período de 1940 a 1950 que, em porcentagem, significou um aumento de 42,32% e 83,48%¹⁴, respectivamente, como podemos verificar no quadro abaixo.

Quadro 01 – EVOLUÇÃO DO CRESCIMENTO POPULACIONAL E DA ESCOLARIZAÇÃO; POPULAÇÃO DE 5 A 19 ANOS, 1920/1950

Ano	População de 5 a 19 anos	Matrícula no ensino primário	Matrícula no ensino Médio	Total de matrícula	Taxa de escolarização	Creascimento Populacional	Creascimento da matrícula
1920	12.703.077	1.033.421(*)	109.281(*)	1.142.281(*)	8,99	100	100
1940	15.530.819	3.068.269	260.202	3.328.471	21,43	122,26	291,28
1950	18.826.409	4.366.792	477.434	4.924.226	26,15	148,20	430,92

Fontes: Fundação IBGE, Séries Estatísticas Retrospectivas, 1970; INEP/MEC; Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, n. 101. Nota: (*) Dados estimados.

De acordo com esses dados, a Reforma Capanema, que buscava reorganizar a estrutura educacional do país, conseguiu atingir parte de seus objetivos já que aumentou o número de alunos matriculados e a taxa de escolarização no país. Contudo, é preciso levar em consideração que a população de 5 a 19 anos cresceu 21,21% na década de 50. A reforma em questão também tinha um forte caráter centralista, muito burocratizado e dualista, separando o Ensino Secundário, destinado às elites condutoras, do Ensino Profissional, destinado a população de baixa renda.

Até a promulgação do Decreto-Lei nº 8.529, o Ensino Primário estava ligado à administração estadual e não possuía uma diretriz nacional, o que levava a aumentar a discrepância entre os estados brasileiros. Cada estado, de acordo com sua própria política, reformou o ensino, as conhecidas reformas estaduais da década de 1920. Essas reformas contribuíram para acentuar ainda mais as diferenças regionais em matéria de Educação.

¹⁴ Valores obtidos a partir do cálculo do crescimento de matrículas no Ensino Primário e Ensino Secundário apresentados no Quadro 1.

Agora, pois, enfim, o Governo Central cuidava de traçar diretrizes para o ensino primário, para todo o país. Como as leis anteriores, esse decreto-lei também foi chamado de Lei Orgânica do Ensino Primário. Ele aparecia num momento de crise política, gerada pela substituição do regime que implantara o Estado Novo por um regime de volta à normalidade democrática. Talvez fosse por isso que o espírito desse decreto-lei se revelou algo diferente daquele que promulgou a Lei Orgânica do Ensino Secundário (ROMANELLI, 1978, p. 160).

O período de 1945 a 1955 foi conturbado e culminou com a posse de Juscelino Kubistchek para presidente do país, em 31 de janeiro de 1956. Assim, as décadas de 50 e 60 foram caracterizadas pela democratização político-social e pelo crescimento nacional, o que proporcionou a ampliação e diversificação do parque industrial nacional e um aumento das desigualdades sociais nas diversas regiões do país. Isso aconteceu graças à crise do modelo econômico nacional-desenvolvimentista, baseado na industrialização.

Desta forma, os anos de 1956 a 1961, constituíram o período “áureo” do desenvolvimento econômico, aumentando as possibilidades de emprego, mas concentrando os lucros marcadamente em setores minoritários internos e, mais que tudo, externos (RIBEIRO, 2003, p. 154).

Nesse contexto, o Brasil observou a transição de uma sociedade rural agrária comercial para uma de base urbano-industrial. Essa nova realidade brasileira exigia cada vez mais um avanço significativo na escolarização de sua população. Ler e escrever deixavam de ser luxo e passavam a ser necessidade, como afirma Xavier: “(...) vão se complexificando, a educação escolar vai se fazendo necessária a uma quantidade maior de pessoas” (1994, p.127). Diante dessa realidade, a população escolarizada, de 5 a 19 anos, aumentou de 8,99% para 53,72%, como pode ser verificado no quadro abaixo:

Quadro 02 – EVOLUÇÃO DO CRESCIMENTO POPULACIONAL E ESCOLARIZAÇÃO NO BRASIL, DA POPULAÇÃO DE 5 A 19 ANOS, DE 1920 A 1970

Ano	População de 5 a 19 anos	Matrícula no primário	Matrícula no Médio	Total de matrícula	Taxa de escolarização	Crescimento da População	Crescimento da matrícula
1920	12.703.077	1.033.421 ^(*)	109.281 ^(*)	1.142.281 ^(*)	8,99	100	100
1940	15.530.819	3.068.269	260.202	3.328.471	21,43	122,26	291,28
1950	18.826.409	4.366.792	477.434	4.924.226	26,15	148,20	430,92
1960	25.877.611	7.458.002	1.177.427	8.635.429	33,37	203,71	755,70
1970	35.170.643	13.906.484	4.989.776	18.896.260	53,72	276,86	1.653,64

Fonte: Lourenço Filho, evolução da Taxa de Analfabetismo de 1900 a 1960. R.B.E.P., nº100. Fundação IBGE Brasil: Séries Estatísticas Retrospectivas, 1970. IN ROMANELLI, 1978, p. 64.

A tabela exemplifica o quanto os governos trabalharam para aumentar a taxa de escolarização no país, no período de 1920 a 1970. Essa taxa aumentou significativamente, bem como as oportunidades de acesso à escola. Observamos também, no período em questão, um avanço considerável dos transportes e dos meios de comunicação de massa, diminuindo as distâncias e facilitando o acesso da criança e do adolescente às escolas.

A exigência das mudanças educacionais para atender interesses econômicos conduziu a uma discussão sobre a Educação para a sua adequação ao contexto político-econômico-social. A partir das Reformas Francisco Campos e Capanema iniciaram-se as discussões para elaboração de uma lei nacional da Educação. Na Constituição Federal de 1946, foi definida como privativa da União a competência para fixar as diretrizes de base da Educação nacional. As exigências educacionais ficaram explícitas na declaração do presidente Café Filho, apresentadas no Jornal Correio de Uberlândia.

Diz o jornal: “Falando à Nação, abordou o presidente Café Filho a situação do ensino, no país, dizendo, inicialmente, que o problema da educação era o mais grave problema nacional, e que a solução dos demais dependia dessa pedra angular. A certa altura disse o presidente: “Urge remover toda uma montanha de erros que se acumularam através dos anos. O ato do pistolão com que são satisfeitos os desejos ilícitos nascera dos bancos escolares. Depois de acentuar que se as classes dirigentes querem fazer algo pelo Brasil, devem concentrar todas as suas atenções na infância, o chefe da Nação recordou que dois e meio por cento da renda nacional são empregados na educação do povo, o que coloca o Brasil entre as nações que mais dispendem recursos nesse setor. Mesmo assim, disse o presidente da República: não temos projetado uma organização escolar que traduza o estritamente necessário”. Adiante, o Sr. João Café Filho declarou não ser possível ao governo promover a redenção nacional, enquanto permanecerem mais de 50 por cento dos brasileiros no cativeiro do analfabetismo (Arquivo público – Jornal Correio de Uberlândia nº 31 data 16/10/1954 sem página).

Em 26 de novembro de 1958 foi apresentado, no Congresso Nacional, pelo deputado Carlos Lacerda, um novo substitutivo que ficou conhecido como Substitutivo Lacerda. Ele foi criado a partir das conclusões do Terceiro Congresso Nacional dos Estabelecimentos Particulares de Ensino, realizado em São Paulo de 17 a 25 de janeiro de 1948. O substitutivo beneficiava claramente as escolas particulares. “O Substitutivo Lacerda provoca uma intensa e extensa mobilização dos defensores da escola pública que o veem como o risco de um enorme retrocesso diante do pouco que se tinha realizado no âmbito da educação pública. Inversamente, os privatistas colocam-se a favor do Substitutivo” (SAVIANI, 2007, p. 288)

Nesse contexto político, econômico e social, em 1959, foi lançado o “Manifesto de 59”, que se preocupou com as questões da política educacional do país, principalmente, com o

acirramento das discussões entre a escola pública e a privada. Como afirma Ghiraldelli Junior, “Diferentemente de 1932, o “Manifesto de 59” não se preocupou com questões didático-pedagógicas. Admitindo válidas as diretrizes escolanovistas de 32, esse documento tratou de questões gerais de política educacional” (2001, p. 114).

O Manifesto de 59 é favorável à existência da rede pública e particular de ensino, porém defendia que as verbas públicas deveriam servir apenas à rede pública e que a rede particular deveria submeter-se a uma fiscalização oficial. Houve um aumento nas tensões entre a escola particular e a pública, com o medo da implantação e consolidação de uma escola verdadeiramente pública, universal e gratuita. Esse modelo atingia fortemente os interesses da Igreja Católica, pois ela interpretava que, universalizando-se a escola pública e gratuita, ela poderia se estender a toda a população e atenderia a todas as necessidades educacionais do povo.

Diante de todas as discussões e dilemas da Educação brasileira, em 1961, foi promulgada a LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 4024/61, que flexibilizou a Reforma Capanema, porém no Ensino Fundamental manteve a estrutura em vigor, decorrente dessa reforma. Essa Lei foi discutida durante um longo período¹⁵, por uma comissão formada em 1947, pelo ministro da Educação e Saúde Pública e era composta por vários grupos como os representantes da Escola Nova, da Igreja Católica e privatistas laicos, o que fez com que a mesma contemplasse a vários interesses que por vezes divergiam entre si.

Essa lei tentou acalmar os ânimos e amenizar os conflitos entre os grupos que a discutiam com pensamentos muito diferentes, por isso a normatização trouxe algumas questões contraditórias. Além disso, a Lei não mudou muito a legislação que já existia. Sua vantagem talvez seja o fato de não prescrever um currículo fixo para todo o território nacional e por representar um passo para a unificação do sistema escolar brasileiro.

Os fins por ela propostos são os fins genéricos da educação universalmente adotados. Aplicam-se a qualquer realidade, porque, na verdade, embora sejam incontestáveis em termos axiológicos, em termos práticos tem pouca objetividade (ROMANELLI, 1978, p.180)

Assim, a estrutura do ensino continuou a mesma. O Ensino Pré-Primário, composto de Escolas Maternais e Jardins de Infância; o Ensino Primário de quatro anos, podendo ser

¹⁵ Em 1947 o então ministro da Educação e Saúde Pública, Clemente Mariani, instalou uma comissão para elaborar o projeto de Lei das Diretrizes e Bases da Educação Brasileira. O projeto tramitou durante 13 anos, devido as divergências dos grupos que compunham esta comissão.

acrescido de dois anos com o Programa de Artes Aplicadas; o Ensino Médio, subdividido em dois ciclos: o Ginásio de quatro anos e o Colegial de três anos; e o Ensino Superior.

Em 1962, foi instalado o Conselho Federal de Educação, que aprovou no mesmo ano o Plano Nacional de Educação para o período de 1962 a 1970. Esse plano propunha metas a serem alcançadas. A meta do Ensino primário era de 100% de matrículas da população escolar de 7 a 11 anos, até a quarta série. Essa meta, porém, não foi alcançada, conforme afirma Romanelli,

Esses dados retirados de Estatísticas da Educação Nacional 1960/70, do Ministério da Educação e Cultura, revelam claramente que das metas estabelecidas, apenas as referentes ao ensino foram alcançadas. Se fizermos um reagrupamento dos dados, contando apenas com a variável escolarização, chegaremos à conclusão seguinte: A escolarização estendeu-se a 73,61% da população de 7 a 11 anos (1978, p. 186).

A distância entre o modelo político e a expansão econômica do país, trouxe à sociedade alguns problemas como a questão educacional. Ainda se buscava no ramo educacional atender as demandas da sociedade oligárquica e aristocrática enquanto a expansão econômica caminhava para o capitalismo industrial. Este é um dos motivos que levam o país a ter um abismo social, em que o modelo econômico não conseguiu corresponder às necessidades da população.

O governo Kubitschek aprofundou bastante a distância entre o modelo político e a expansão econômica, já que continuava adotando a política de massas, mas acelerava a expansão industrial, abrindo mais as portas da economia nacional ao capital estrangeiro (ROMANELLI, 1978, p. 193).

A fim de resolver parte dos problemas educacionais do país nos anos de 1960, iniciam-se heterogêneos movimentos de educação popular. Eles eram observados como uma via educativa veiculada e incentivada, principalmente, pela sociedade civil, sindicatos, partidos políticos, organizações não-governamentais, igrejas e outras instituições. A partir do início do século XX, foram utilizados como uma ferramenta de luta na organização e manutenção das classes trabalhadoras. Esteve presente no bojo das práticas políticas anarquistas, sobretudo nas duas primeiras décadas desse século, estando presente na legislação ou até mesmo em projetos da política governamental voltados à Educação do povo como as campanhas do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) e no Movimento de Educação de Base (MEB).

A partir da década de 50, com ênfase, no início da década de 60, teve início a formatação desse campo de Educação, com o trabalho de Paulo Freire, no âmbito da alfabetização.. No entanto, pesquisas, análises, tentativas e definições de políticas públicas direcionadas a esse campo da Educação continuavam visualizando novas possibilidades e outros ambientes de aplicação desse tipo de ensino. Imerso em um cenário de efervescência cultural, política e social, o Brasil da primeira metade da década de 1960 convivía com uma ideologia nacional-desenvolvimentista, disseminada por órgãos como o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Nesse contexto, educação popular, cultura popular, população, alfabetização, cultura e arte assumem os novos contornos da luta política-ideológica pela transformação da sociedade como uma forma de contestação e resgate dos valores da cultura popular.

Diante da discrepância entre o modelo político e a expansão econômica instalou-se uma crise social que precisava ser resolvida. E, para levar a política e a economia para o mesmo rumo, de forma a eliminar os obstáculos que interpunham à inserção do capitalismo industrial, foi instaurado o “Golpe Militar de 64”, que desencadeou um processo de reorientação geral do ensino no país. Com o golpe, extinguiu-se o debate educacional através de cassações, exílios, perseguições, torturas e destruição da literatura marxista. Além disso, nesse período o mundo vivia sob a égide da Guerra Fria e presenciou a Revolução Socialista Cubana, na qual a população oprimida via a solução para seus problemas (acabar com o abismo social existente no país). O Brasil buscava uma equidade social e uma redistribuição de renda, enquanto a sociedade lutava pela Reforma Agrária. No intuito de evitar novas revoluções socialistas, como a que aconteceu em Cuba, os Estados Unidos fizeram alianças e até mesmo intervieram em alguns países da América Latina, mostrando-se favorável aos regimes antidemocráticos. Nesse período é criada a Aliança para o Progresso, um programa de cooperação econômica. Assim, o Golpe de 64, de acordo com seus idealizadores, foi uma intenção de salvar o país do Comunismo, que se difundia nos países da Europa e da Ásia. Pautados na ideologia da Segurança Nacional, observou-se o Estado muito violento e centralizador, conforme afirma Germano:

No Brasil, a partir de 1964, o Estado caracteriza-se pelo elevado grau de autoritarismo e violência. Além disso, pela manutenção de uma aparência democrático-representativa, uma vez que o Congresso não foi fechado definitivamente (embora tenha sido mutilado) e o Judiciário continuou a funcionar, ainda que como apêndice do Executivo. O autoritarismo traduz-se, igualmente, pela tentativa de controlar e sufocar amplos setores da sociedade civil, intervindo em sindicatos, reprimindo e fechando instituições representativas de trabalhadores e estudantes, extinguindo partidos políticos,

bem como pela exclusão do setor popular e dos seus aliados da arena política (2000, p. 55).

Consumado o golpe, o poder fica concentrado nas mãos de uma junta militar composta pelo General Arthur da Costa e Silva, o almirante Augusto Rademaker e o brigadeiro Correia de Mello. Apesar de declararem que o golpe foi uma ação para restaurar a legalidade e reforçar as instituições democráticas, o que aconteceu foi contrário a estas declarações. Em 09 de abril de 1964, é assinado o Ato Institucional nº 1 (AI-1), que avocou para si os poderes constituintes.

A internacionalização acelerada da economia contribuiu para que o modelo de dominação vigente até então se tornasse frágil e levasse a uma reorientação do papel do Estado na economia. As contradições geradas pela ruptura entre modelo político e aceleração do projeto de expansão econômica foram se aprofundando e conduzindo a certos impasses de ordem política expressos, como na radicalização entre direita e esquerda. Neste contexto, a Educação passou a ser priorizada como elemento-chave no projeto de desenvolvimento nacional.

No Brasil, em especial, o processo histórico que é dado observar, e que vem do reformismo desenvolvimentista e populista dos anos 50, pouco apto a enfrentar politicamente o militarismo dos anos 60, desembocou nos anos 70 num sofisticado modelo de exclusão cultural montado “lenta e gradualmente”. Nessa fase, iniciativas educacionais tipo MEC/USAID, por exemplo, entraram portas adentro, destruindo as incipientes linhas de trabalho que vinham se estruturando: a Universidade de Brasília, a experiência de alfabetização de Paulo Freire e os ensaios de ação cultural, as facilidades de filosofia como núcleo de organização cultural, etc. (MOTA, 1978, p.37).

Assim, por volta de 1965, o Brasil buscou expandir as exportações de seus produtos manufaturados, mas é preciso notar que essa nova estratégia de industrialização, voltada para o mercado mundial, coincidiu com a redivisão internacional do trabalho, que as multinacionais estavam levando a cabo em todo o mundo capitalista.

Dentro dessa política de expansão e internacionalização da economia brasileira em termos políticos, vivenciamos a ditadura militar, que permaneceu no poder desde o Golpe de 1964 até a década de 80. Esse período foi marcado pelo enfraquecimento dos poderes Legislativo e Judiciário e o fortalecimento do Executivo e, através dessa situação, houve, por várias vezes, dias de fechamento do Congresso Nacional, além da promulgação de vários Decretos-Leis e Atos Institucionais (AI). Tais atos davam ao governante do país poderes ilimitados que culminaram com a extinção de partidos políticos, a perseguição e condenação

ao exílio de várias pessoas, especialmente intelectuais que não concordavam com o governo em vigor.

Assim, parte desta pesquisa se dá em um período contraditório, no qual a democracia foi suprimida e apesar dos movimentos de contestação ao regime, a ditadura militar reinou no país. Esse período conturbado se deu entre 1964 e 1971 (parte do período deste estudo), no qual o governo foi dirigido por militares e a sociedade sofreu com o controle e sanções impostas pelo mesmo. Esse controle se estendeu por toda a sociedade, inclusive nas escolas. Dentro desse contexto, iremos abordar a história da criação dos Grupos Escolares no Brasil.

2.1 - O GRUPO ESCOLAR NO BRASIL: MODELO DE CIVILIDADE

No bojo das discussões em prol de um sistema nacional de ensino, o estado de São Paulo foi o que chegou mais perto deste sistema ao implantar os grupos escolares em 1893. A Reforma da Instrução Paulista começou pelas Escolas Normais. Nestas, deveriam ser implantadas as escolas modelos - escolas de Segundo e Terceiro graus que serviram de laboratório para os alunos das Escolas Normais. Essa reforma tinha como objetivo abranger o Ensino Primário nos grupos escolares que eram a reunião de quatro a dez escolas em um prédio. Essa reforma, assim como outras, também não foi implementada totalmente.

Nesse contexto, a Reforma Paulistana serviu de modelo para vários estados como Maranhão, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Mato Grosso, Espírito Santo, Paraíba, Santa Catarina, Sergipe e Goiás. Nestes estados também foram implantados os grupos escolares.

Dessa maneira, no âmbito educacional, pode-se dizer que somente com o advento da República, a escola pública fez-se presente na história da Educação brasileira e que, a partir de 1893, com a reunião de escolas isoladas agrupadas pela proximidade, em São Paulo, o ensino público irradiou-se para todo o país. Como afirma Souza,

Foi somente com o advento da República, ainda que sob a égide dos estados federados, que a escola pública, entendida em sentido próprio, fez-se presente na história da educação brasileira. Com efeito, é a partir daí que o poder público assume a tarefa de organizar e manter integralmente escolas, tendo como objetivo a difusão do ensino a toda a população. Essa tarefa materializou-se na instituição da escola graduada a partir de 1890 no Estado de São Paulo, de onde se irradiou para todo o país (1998, p.17).

Os grupos escolares se expandiram rapidamente por todo o país como representativos da República, sendo um instrumento para difundir os ideais republicanos de higiene, moral e

civismo. De tal modo, o Grupo Escolar Bom Jesus é parte dessa difusão e desses ideais. Contudo, para entender a sua criação, precisamos elencar alguns pontos da história da Educação brasileira. No Brasil, os grupos escolares foram criados na última década do século XIX com o surgimento das Escolas Modelo, anexas às Escolas Normais, apresentando novas técnicas administrativo-pedagógicas, além de uma nova metodologia de ensino¹⁶. Caracterizados pela sua organização de escolas graduadas, eles se apresentaram como padrão de ensino organizado.

A criação dos grupos escolares foi uma tentativa de acabar com as escolas isoladas, as quais eram “duramente criticadas pelos intelectuais e políticos republicanos, pela sua inoperância e precariedade, pela ignorância dos (as) professores (as) e pela falta de controle do Estado sobre elas” (FARIA FILHO, 2000, p. 35).

Diante desse contexto, os grupos escolares emergiram ao longo das duas primeiras décadas republicanas, sendo institucionalizados em 1894 no estado de São Paulo; 1903 no Maranhão; 1906 em Minas Gerais; 1908 no Espírito Santo; 1911 na Paraíba; 1911 em Santa Catarina; 1916 em Sergipe e 1918 em Goiás. São Paulo foi o primeiro Estado a instaurar os grupos escolares. Devido ao desempenho e sucesso alcançados, eles eram tidos como modelo para implementação de grupos escolares nos diversos Estados brasileiros.

Trata-se, pois, de um modelo que se foi disseminando por todo o país, tendo conformado a organização pedagógica da escola elementar que se encontra em vigência, atualmente, nas quatro primeiras séries do nosso ensino fundamental (SAVIANI, 2004, p.29).

Em Minas Gerais, como também nos demais Estados brasileiros, o marco para instauração dos grupos escolares foi a política educacional, que esteve associada aos ideais republicanos. Em 1906, o industrial e político João Pinheiro, então presidente do Estado de Minas Gerais, sugeriu um maior controle dos professores pelos inspetores escolares; a introdução de disciplinas ligadas à agricultura; modificações na formação dos professores e a construção de espaços próprios para a educação escolar. Em 28 de setembro de 1906, João Pinheiro sancionou a Lei nº 439 que regularizava a criação dos grupos escolares. Além dessa lei, houve também o Decreto nº 1960, de 16 de dezembro de 1906, que regulamentou a Instrução Primária e Normal no Estado de Minas Gerais.

¹⁶ A adoção do método intuitivo estreitamente ligado à formação do professor era a renovação almejada pelos reformadores da instrução pública. Acreditava-se que “o método era um guia, o caminho seguro para alcançar objetivos e metas estabelecidas” (SOUZA, 1998, p. 159).

João Pinheiro afirmava que a instrução primária era essencial ao regime republicano, logo os grupos escolares constituíram-se em uma das etapas do projeto republicano formulado para a educação escolar. As políticas estaduais configuravam traços comuns às políticas federais que orientavam à construção de uma identidade nacional. Como afirma Vidal,

Os Grupos Escolares fundaram uma representação de ensino primário que não apenas regulou o comportamento, reencenado cotidianamente, de professores e alunos no interior das instituições escolares, como disseminou valores e normas sociais (e educacionais) (2006, p. 9).

Os grupos escolares elucidavam uma nova reorganização administrativa e pedagógica da escola elementar, o que proporcionou a reorganização dos espaços e tempos escolares e também a ampliação do currículo. A mudança de lugar, físico e simbólico, permitiu a construção de uma outra cultura escolar entre nós e, no interior desta, uma discussão específica sobre o conhecimento escolarizado. A escola era, naquele período, uma instituição em construção, mas nem por isso, ausente de representações que a sociedade construía sobre a escolarização. Assim, as escolas deixavam as casas e as igrejas para ocupar as praças e as avenidas da cidade.

Com esse entendimento, Araújo, afirma que,

[...] para a disseminação de escolas isoladas e de grupos escolares, serão de preferência atendidas as localidades que corresponderem aos intuitos do governo, oferecendo ao Estado prédio onde o ensino se possa exercer de modo conveniente e eficaz (2006, p. 248).

Assim, os grupos escolares, como representantes dos ideais republicanos, ideais baseados na ordem e no progresso, instauraram ritos, espetáculos, celebrações, divulgaram a ação republicana, corporificaram os símbolos, os valores e a pedagogia moral e cívica que eram próprias da República. Apesar das políticas educacionais vigentes, os grupos escolares criados e instalados não eram suficientes para atender toda a população mineira em idade escolar, como pode-se perceber em um artigo de um jornal da região que falava sobre as escolas em Minas Gerais:

O que se observa, entretanto, é desanimador com respeito às escolas que nos faltam. Na zona rural onde é maior a porcentagem de analfabetos, deve o problema ser trágico se compararmos com a situação que não é menos trágica da capital do país e mesmo de São Paulo. Cerca de 30.000 crianças em São Paulo e mais de 60.000 no Distrito Federal ficaram sem matrículas nas escolas (Arquivo Público Municipal – Jornal Correio de Uberlândia nº30 de 24 de abril de 1954, p. 3).

O Estado mineiro avançou significativamente em seu projeto urbanístico a partir da primeira metade do século XX. Ele possui uma extensa área territorial e neste período a maioria da sua população ainda vivia na zona rural e os grupos escolares se localizavam nas cidades. Isso dificultava o acesso da população rural, dada a dificuldade de locomoção enfrentada por essas pessoas.

A reorganização administrativa e pedagógica da escola elementar por eles propiciada incidiu na reordenação dos tempos e espaços escolares, na ampliação do currículo, contemplando disciplinas de caráter enciclopédico, e nas redefinições do lugar ocupado pela escola no traçado das cidades, posto que os Grupos Escolares se constituíram como uma realidade essencialmente urbana (VIDAL, 2006, p. 10).

Além disso, pode-se perceber no texto de Araújo (2007), que muitos grupos escolares foram criados, porém só foram instalados meses ou até mesmos anos depois. Como exemplo, podemos citar o Grupo Escolar de Carmo do Paranaíba criado em 16/12/1913 e instalado quinze anos depois. Isso se deu em 01/08/1929. É importante darmos destaque para o fato de que a criação ser um ato do Poder Executivo e a instalação um ato do Poder Legislativo. Após entendermos como se deu a criação dos grupos escolares, vamos analisar a criação e funcionamento do Grupo Escolar Bom Jesus.

2.2 - O CONTEXTO LOCAL: O GRUPO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA

Criada em 21 de maio de 1852 pela Lei nº 602, Uberlândia foi elevada à categoria de município em 31 de agosto de 1888. Desde sua fundação, a sociedade intelectual da cidade, prezava pela instrução de seus cidadãos, acreditava que o futuro do município dependeria do sucesso das crianças e jovens daquela época. E, para tal, deveriam possuir uma ótima educação.

A criação dos primeiros grupos escolares em Minas Gerais se deu a partir de 1906, sendo o Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão, conhecido apenas como “Bueno Brandão”, o primeiro a ser criado e instalado em Uberlândia. Sua criação se deu em 1911 e instalação em 1915. De acordo com Carvalho (2003), Honório Guimarães afirmava que o grupo deveria promover os valores da sociedade republicana da época, sendo que todos os atos privados, diretamente ou indiretamente, possuíam uma ressonância social, na medida de sua extensão, que poderia provocar consequências sobre o corpo social.

Além do Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão, havia ainda mais três grupos escolares mantidos pelo Estado na cidade de Uberlândia, quando em 21 de março de 1955 foi criado, sob o Decreto nº. 4483, o Grupo Escolar Bom Jesus, o quinto grupo escolar da cidade, o que só veio a acontecer muitos anos depois da criação do primeiro. Na época, Juscelino Kubitschek de Oliveira era o governador do Estado de Minas Gerais e Tubal Vilela da Silva o prefeito de Uberlândia.

Assim como aconteceu com os outros grupos escolares, o “Bom Jesus” foi criado em 1955, mas só foi instalado em 01 de fevereiro de 1956, já nos mandatos de José Francisco Bias Fortes como governador de Minas Gerais e Afrânio Rodrigues da Cunha, prefeito de Uberlândia. A instalação do Grupo Bom Jesus se deu devido à pressão insistente do prefeito junto ao governo do Estado, no intuito de ampliar o número de escolas, já que as quatro até então existentes não eram suficientes para atender a quantidade de crianças fora da escola.

De acordo com o regimento escolar encontrado no estabelecimento de ensino, a inspetora da época da instalação do “Bom Jesus”, Elza Kriemilda Abranches, afirmou não ser possível instalá-lo, pois não havia na cidade um prédio adequado, que satisfizesse as exigências legais. Porém, por determinação do Chefe do Departamento do Ensino Primário, Luiz Viana, foi instalado o Grupo Escolar Bom Jesus e nomeada para o cargo de diretora uma professora formada em Administração – conforme recomendação de Viana. A professora Nilza Guimarães Cunha assumiu, portanto, a direção do grupo escolar em 1956, com vários desafios a enfrentar.

Segundo a narrativa da alfabetizadora Pafume, no seu primeiro ano, o Grupo Escolar esteve instalado em cinco prédios nos quais já funcionavam classes isoladas do ensino municipal, sendo que as alfabetizadoras, normalistas do município, foram encampadas pelo Estado. Esses prédios se localizavam de um extremo a outro da cidade.

Conforme consta no histórico registrado no Regimento Escolar da Escola Estadual Bom Jesus, antigo Grupo Escolar, o “Bom Jesus” funcionava da seguinte forma: duas classes nas salas que funcionavam na Antiga Capela, localizada no Bairro Patrimônio; quatro classes nas salas do antigo prédio da Praça Nossa Senhora do Carmo nº 1; quatro classes nas salas da Rua Francisco Sales, junto ao Asilo; duas classes nas salas situadas na Rua Professor João Basílio e quatro classes nas salas de um imóvel na Rua Buriti Alegre.

No dia 13 de maio de 1957, o “Bom Jesus” passou a funcionar no prédio situado à Avenida Paranaíba, 425 – Bairro Tabocas. O prédio, pessimamente adaptado, não possuía as mínimas condições de higiene e arejamento e era assim constituído: nove salas de aulas, uma

sala para biblioteca, uma salinha para diretoria, um cômodo para o almoxarifado, um cômodo bem pequeno para depósito de material, quatro instalações sanitárias e um galpão coberto, sendo que apenas oito salas eram forradas. Naquele ano foram realizadas 859 matrículas de alunos.

O Grupo Escolar Bom Jesus trabalhava em três turnos: manhã, tarde e noite. Nele funcionavam o Clube Agrícola, a Biblioteca, o Clube de Leitura e Clube de Saúde, o Jornal Escolar, mural manuscrito e mimeografado, alfabetização de adultos e a Caixa Escolar, registrada no “Serviço Social”.

Não encontramos registros sobre a mudança do espaço físico da Escola da Av. Paranaíba, Bairro Tabocas, para o atual endereço, Praça Nossa Senhora do Carmo n°. 250, Bairro Centro. Mas segundo a alfabetizadora Pafume, que atuou na escola desde a época em que as salas isoladas eram de responsabilidade do município, o prédio onde a instituição funciona atualmente foi construído pelo Estado com o apoio da população uberlandense e da prefeitura municipal de Uberlândia, que doou o terreno.

Foi construído pelo governo do Estado, ele construiu a parte de cá, entrando pelo lado direito ele construiu oito salas de aula e a diretoria e a sala da diretora e os banheiros funcionavam ali, tinha um pátio todo cimentado, porque antigamente não tinha quadra, quadra coberta, a gente trabalhava de maneira bem grosseiramente. Depois a diretora conseguiu com que o governo fizesse aquelas salas de lá, porque foi entrando aluno, fez uma sala do lado de trás, fez a biblioteca lá porque a biblioteca ainda funcionava numa dessas oito salas (PAFUME, 2010).

Apesar da precariedade das instalações do “Bom Jesus”, os primeiros grupos escolares tinham uma estrutura especial para sua instalação e uma arquitetura muito característica. Em sua maioria eram prédios imponentes, com mobiliário escolar moderno e materiais didáticos. Quanto à arquitetura dos prédios, Souza diz que os grupos escolares foram instalados em prédios especialmente construídos para tal finalidade. Sua arquitetura compreendia belíssimas construções, “... uma arquitetura monumental e edificante que colocava a escola primária à altura das suas finalidades políticas e sociais e servia para propagar e divulgar a ação do Governo” (SOUZA, 1998, p. 48).

Apesar de os grupos escolares serem, em sua maioria, grandes obras arquitetônicas, como afirma Bencostta:

A construção de edifícios para os grupos escolares foi uma preocupação das administrações dos Estados, que tinham no urbano o espaço privilegiado para sua edificação, em especial, nas capitais e cidades economicamente prósperas. Em regra geral, a localização dos edifícios escolares deveria

funcionar como ponto de destaque na cena urbana, de modo que se tornassem visíveis, enquanto signos de um ideal republicano, uma gramática discursiva arquitetônica que enaltecia o novo regime (2009, p.70).

Assim, o Grupo Escolar Bom Jesus fica localizado em uma praça no centro da cidade com bastante destaque. Porém, por ter sido criado já em 1955, não possuía na época, e não possui hoje, uma arquitetura imponente como era característica dos outros grupos. No período de criação desse grupo escolar, o governo não destinou verbas suficientes para investir em construções imponentes.

Após a criação e instalação dos grupos escolares, muitos deles sofreram com a falta de verbas, com más condições físicas, falta de manutenção dos prédios, falta de recursos materiais, má formação e baixos salários do corpo docente. Para superar essas dificuldades, a solução foi a criação de caixas escolares. E era através da Caixa Escolar que, no intuito de manter e suprir necessidades emergenciais da escola, o “Bom Jesus” recebia doações da sociedade uberlandense.

Essa prática ainda é comum em praticamente todas as escolas públicas, apesar de os governos estadual e municipal, hoje, darem suporte necessário ao funcionamento dessas escolas. Encontramos em um jornal da cidade, dois artigos de agradecimento a doadores, feito pelo Grupo Escolar Bom Jesus. Nos artigos vêm especificados o nome do doador e o valor doado para implementação e manutenção da escola.

Para respectiva divulgação recebemos da diretoria do “Grupo Escolar Bom Jesus”, nova relação de doadores de importâncias para seu funcionamento. Com 20 mil cruzeiros: Zilda Celeste Queiroz e Mariza de Melo. Com 12 mil cruzeiros: A Princesinha, Geraldo Migliorini, Farmácia S. João, Hélio Stefani, Produtos MORSI, Antonio Zacarias e sra, Nilberto Guerreiro e sra. Daniel Bueno e sra., Ivete Carrijo e Dyla Gréco. Com seis mil cruzeiros: Cerealista Velasco, Sandoval Guimarães, Joaquim C. Macedo, Nidia Vilela Santos, Urquiza A. F. Alvim, Arédio Guimarães, Izabel Maria Cunha, Ilza Maria Cunha, Dalva Mauel, Sebastiana Dias, Mariana Fenelon e Sônia V. Silva. (Jornal Correio de Uberlândia nº.54 de 07/12/65 - Arquivo Municipal de Uberlândia).

De acordo com as notas encontradas nos jornais da região, fica evidente que o “Bom Jesus” tinha uma grande participação social. Além das doações que recebia, funcionava em suas dependências o Clube Agrícola e o Clube de Saúde. Os alunos, alfabetizadoras e direção participavam efetivamente dos desfiles de aniversário da cidade, da Independência do Brasil, Homenagem aos Radialistas, dentre outros. Encontramos diversas fotos desses desfiles.



Figura 1 – Foto dos alunos do Grupo Escolar Bom Jesus desfilando no 79º aniversário de Uberlândia
Fonte: Arquivo da Escola Estadual Bom Jesus.



Figura 2 – Foto dos alunos do Grupo Escolar Bom Jesus desfilando no aniversário de Uberlândia
Fonte: Arquivo da Escola Estadual Bom Jesus.

As fotos acima são dos alunos do Grupo Escolar Bom Jesus no desfile do 79º aniversário da cidade, em 1967. Conforme as narrativas das alfabetizadoras entrevistadas, a escola participava ativamente e com muito empenho nos desfiles cívicos que aconteciam na cidade naquele período. Sendo que essas participações são indicadas pelo Programa de Ensino de Minas Gerais.

Uma das alfabetizadoras entrevistadas, que trabalhou 25 anos no grupo escolar, afirmou que a escola caminhava bem e tinha sucesso no processo de ensino-aprendizagem graças à sua direção. “A Nilza era muito dinâmica, tinha uma grande capacidade para gerir a

escola”, Pafume (2010). Assim o Grupo Escolar Bom Jesus conseguiu vencer todas as dificuldades e proporcionar aos seus alunos um ensino de qualidade.

As alfabetizadoras entrevistadas afirmaram que a maior parte dos alunos que frequentava a escola eram de famílias abastadas. O Grupo Escolar Bom Jesus tinha uma boa reputação na sociedade uberlandense e até hoje, agora como Escola Estadual, o Bom Jesus está entre as melhores escolas públicas de Ensino Fundamental de Uberlândia.

Olha como eu te falei era mais filhos de gente rica, tinham os pobres também e todo aquele pessoal que morava em volta da escola estudava lá. Às vezes eu vejo Nozela eu sei que é ele porque agente não lembra do primeiro nome só lembra do sobrenome. Eu sei que Nozela estudou no Bom Jesus, eu sei que... deixa eu lembrar era muito gente este médico que eu consultei com ele foi meu aluno ainda no tempo que era do município, tem um professor do estado que dá aula de física que também foi meu aluno, o Luis Carlos, as vezes eu lembro o nome às vezes lembro o sobrenome. Tem a menina do Jornal que foi minha aluna também, tem muita gente aqui em Uberlândia (PAFUME, 2010).

Esta escola, criada em 1955, oferece atendimento de boa qualidade às crianças de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental, desde sua criação. Produzia-se internamente um jornal, em que alunos e professores podiam expressar suas opiniões.

A professora Petronilha Borges, diretora do Grupo Escolar Padre Mário Foretan, destacou que o “Grupo Escolar Bom Jesus, em sua expansão para melhor desenvolvimento e dinamização do ensino, criou seu jornal interno “A Voz do Estudante”, que estimula, não só os seus alunos, mas ainda focaliza a comunidade uberlandense”. A educadora disse que “procurando, descobrindo e estimulando figuras e estabelecimentos, homenageou por várias vezes o Grupo Escolar Padre Mário Foretan e este, conhecendo o valor do jornal para a comunidade se rejubila em divulgar para toda a Uberlândia os valores que se destacaram dentro daquele estabelecimento de ensino” (Arquivo Público Municipal – Jornal Correio nº 45 de 29 de agosto de 1961).

O Grupo Escolar Bom Jesus tinha um currículo dinâmico, o qual visava à formação integral do aluno. E, apesar da falta de estrutura do seu prédio, a direção da escola conseguiu trabalhar bem o processo ensino-aprendizagem, além de ter conseguido construir mais salas após a entrega do prédio. Enquanto não tinha quadra de esportes, os alunos faziam suas aulas de Educação Física em uma praça próxima, afirmaram as alfabetizadoras entrevistadas. Conforme mostram as fotos abaixo, observamos uma turma de alunos, no ano de 1961, na praça onde realizavam atividades físicas e, como vemos na segunda foto, além dos alunos, a presença do prefeito da época, Geraldo Mota Batista, que participava de um dia de atividades na praça. Essa praça ficava onde hoje está localizada a Escola Estadual Enéas Guimarães.



Figura 3 – Fotos dos alunos na aula de Educação Física
Fonte: Arquivo da Escola Estadual Bom Jesus



Figura 4 – Foto dos alunos na aula de Educação Física com a presença do ilustríssimo prefeito de Uberlândia
Fonte: Arquivo da Escola Estadual Bom Jesus

Apesar de a escola ser mista, com meninos e meninas estudando juntos, pode-se perceber, nas fotos, que os meninos faziam atividades físicas separados das meninas e todos estavam bem uniformizados. Tal fato pode ter sido influenciado pela presença do prefeito, mas segundo algumas alfabetizadoras os alunos sempre estavam limpos e bem arrumados.

Pode ver que os meninos estavam todos limpinhos, porque a gente prezava muito isto na escola, se o menino fosse sujo agente dava banho, tinha roupa na escola eu mesma costurei muito uniforme para os meninos pobres da escola agente dava o banho e colocava o uniforme e dizia pode ficar com este uniforme, mas não vem mais sujo para escola não. Eram os meninos mais pobres que vinham assim mais sujos (PAFUME, 2009).

De acordo com dados encontrados no arquivo da escola e com relatos das alfabetizadoras entrevistadas, Nilza Guimarães atuou como diretora durante todo o período de estudo. Nesse contexto, percebemos que o “Bom Jesus” era considerado uma escola de ótima qualidade perante a sociedade uberlandense.

Após elucidarmos parte da história do Grupo Escolar Bom Jesus, poderemos compreender melhor como se deu o processo de ensino da leitura e da escrita nas salas de alfabetização e a utilização das cartilhas nesse processo. A fim de complementar nossos estudos, no próximo capítulo iremos explicar os métodos de alfabetização e apresentar e analisar as três cartilhas que foram utilizadas no grupo escolar no período de 1955 a 1961. As cartilhas foram descobertas por meio de entrevistas realizadas com algumas alfabetizadoras que atuaram na escola nesse período.

CAPÍTULO III

GRUPO ESCOLAR
BOM JESUS

CAPÍTULO III

INTERFACES DA HISTÓRIA DOS LIVROS: AS CARTILHAS

Este capítulo foi escrito com o propósito de explicitar as principais características da cartilha, já que esta era o instrumento mais utilizado naquele momento nas salas de alfabetização. Para complementar este estudo, iremos caracterizar o método sintético, o método analítico e o método eclético.

O olhar histórico sobre as cartilhas e seus respectivos métodos vem responder também a uma necessidade de contribuir com a construção da história do livro, da leitura e das práticas editoriais em Uberlândia e também na capital mineira; uma vez que se tratava de impressos que passavam por um ciclo de produção, circulação e divulgação dependentes de necessidades pedagógicas e também comerciais/culturais e, além disso, partilham de similitudes com outros impressos ou oferecem-se como contraponto a outros impressos que circularam ou circulam em um determinado período devido a algumas especificidades de uso. Para desvelar essa realidade, escrevemos sobre a utilização e história das cartilhas.

Durante o Estado Novo foram dados os primeiros passos a fim de delimitar uma política do livro Didático. Em 1937, por meio do Decreto-Lei nº 93 de 21 de setembro, por iniciativa do ministro Gustavo Capanema, são definidas as atribuições do Instituto Nacional do Livro (INL), criado em 1929 pelo Estado como órgão específico para legislar sobre políticas do livro didático. Criação esta que se deu apenas no papel. Com o Decreto-Lei nº 93, o Instituto tinha como funções a edição de obras literárias julgadas de interesse para a formação cultural da população, a elaboração de uma enciclopédia e um dicionário, ambos nacionais, e a expansão, por todo o território nacional, do número de bibliotecas públicas.

Em 1922, aconteceu em São Paulo, a Semana da Arte Moderna, que serviu de referência para o início do movimento nacionalista. Os intelectuais criticavam o governo pela falta de uma política cultural no país. Em resposta às exigências desses intelectuais, o Instituto Nacional do Livro (INL) passou a exercer o seu papel. Além disso, com a crise de 1929, o Brasil sofreu a desvalorização de sua moeda o que gerou a necessidade da substituição da importação por produtos nacionais. Como a maioria dos

livros didáticos utilizados no país eram importados, tornaram-se caros para a sociedade e, por isso, era importante a sua produção nacional.

Os formuladores da política cultural da década de 1930 acreditavam que a elaboração de uma enciclopédia e um dicionário em âmbito nacional seria fundamental para alcançar esta desejada unidade brasileira. Além disso, Capanema afirmava que as bibliotecas são centros de cultura e contribuíam significativamente para a formação de uma cultura nacional. Mário de Andrade, um dos organizadores da semana de Arte Moderna, bem como Capanema, observava a mesma função nas bibliotecas públicas.

A criação de bibliotecas populares me parece uma das atividades mais atualmente necessárias para o desenvolvimento da cultura brasileira. Não que essas bibliotecas venham resolver qualquer dos dolorosos problemas da nossa cultura, o da alfabetização, o da criação de alfabetizadores do ensino secundário, por exemplo... Mas a disseminação, no povo, do hábito de ler, se bem orientada, criará fatalmente uma população urbana mais esclarecida, mais capaz de vontade própria, menos indiferente à vida nacional (ANDRADE apud SUAIDEN, 2000 p. 53).

Assim, em 1938 o livro didático entrou na pauta de discussão do governo quando ele institui a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), por meio do Decreto-Lei nº 1006, de 30 de dezembro do referido ano. A comissão estabeleceu a primeira política de legislação para tratar da produção, do controle e da circulação dessas obras. Como afirma Freitag et al:

Através deste mesmo decreto, é criada uma Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), composta inicialmente por 7 membros, designados pela Presidência. Cabia a essa comissão examinar e julgar os livros didáticos, indicar livros de valor para tradução e sugerir abertura de concurso para produção de determinadas espécies de livros didáticos ainda não existentes no país (1987, p.6).

Em 1945, por meio do Decreto-Lei nº 8.460, de 26 de dezembro de 1945, o Estado consolidou a legislação sobre as condições de produção, importação e utilização do livro didático, restringindo ao alfabetizador a escolha do livro a ser utilizado pelos alunos, conforme definido no artigo 5º. Nesse período, após oito anos da promulgação do Decreto-Lei nº 93, ainda não havia sido concluída a elaboração da enciclopédia nem do dicionário brasileiro, porém o número de bibliotecas públicas cresceu em virtude do apoio do INL que as auxiliava na dispendiosa tarefa de constituição de acervo e capacitação técnica.

Dessa forma, a revolução de 30 foi importante para o processo de nacionalização do livro didático, inclusive das cartilhas, como afirma Guy de Holanda

Com efeito, a queda da nossa moeda, conjugada com o encarecimento do livro estrangeiro, provocado pela crise econômica mundial, permitiu ao compêndio brasileiro — antes mais caro do que o francês — competir comercialmente com este. (apud FREITAG et al 1987, p. 5).

Durante o Estado Novo¹⁷ o governo destinou à Educação a função ideológica, a fim de criar um pensamento nacional, uma identidade brasileira. Nesse sentido, segundo Peixoto, em Minas Gerais, a escola é tomada como:

elemento de fortalecimento dos laços de união nacional. Além do cuidado em impedir que nelas divulguem idéias que se desenvolvam em práticas alienígenas, capazes de colocar em risco nossas tradições — e neste sentido se justificam a censura aos livros, o rígido controle sobre os programas etc., desenvolve-se nas escolas um intenso programa de mobilização da juventude (2000, p.100).

No período de 1946 a 1965 não foi encontrada legislação pertinente ao livro (didático ou não). Somente em 1966 houve nova intervenção com a criação da Comissão Nacional do Livro Técnico e Didático (Colted), a partir do acordo MEC-Usaid (Ministério da Educação - Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional). Nesse período, o governo implantou no Brasil a política de financiamento do livro didático fazendo com que a cartilha ganhasse um destaque nacional. A comissão tinha como objetivo coordenar as ações referentes à produção, edição e distribuição do livro didático e pretendia distribuir gratuitamente 51 milhões de livros no período de três anos. Em relação a esse acordo, houve diversas críticas por parte de educadores brasileiros, pois ao MEC e ao SNEL (Sindicato Nacional de Editores de Livros) caberiam apenas responsabilidades de execução e aos órgãos técnicos da Usaid todo o controle do sistema educacional brasileiro.

Ao MEC e ao SNEL caberiam apenas responsabilidades de execução, mas aos órgãos técnicos da USAID todo o controle, desde os detalhes técnicos de fabricação do livro até os detalhes de maior importância como: elaboração, ilustração, editoração e distribuição de livros, além da orientação das editoras brasileiras no processo de compra de direitos autorais de editores não brasileiros, vale dizer, americanos (ROMANELLI, 1978, p. 213).

¹⁷ Estado Novo é o período de 1937 a 1945 da República Brasileira.

No início da década de 70, o Colted foi absorvido pela Fundação de Assistência ao Estudante – FAE e INL passando a desenvolver o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (Plidef), assumindo as atribuições administrativas e de gerenciamento dos recursos financeiros, conforme o decreto 68.728, de 08/06/71. De acordo com os dados do MEC¹⁸ a partir de 1970, por meio da Portaria nº 35, de 11 de março do referido ano, o Ministério da Educação implementou o sistema de co-edição de livros com as editoras nacionais, utilizando recursos do Instituto Nacional do Livro.

Em meio a estes incentivos verificou-se o aumento das editoras que observavam na publicação de livros didáticos um meio de enriquecimento, um mercado promissor, e, conseqüentemente, um aumento dos autores, foi notório.

Uma das razões essenciais é a onipresença – real ou bastante desejável – de livros didáticos pelo mundo e, portanto, o peso considerável que o setor escolar assume na economia editorial nesses dois últimos séculos. É impossível para o historiador do livro tratar da atividade editorial da maior parte dos países sem levar isso em conta: em um país como o Brasil, por exemplo, os livros didáticos correspondiam, no início do século XX, a dois terços dos livros publicados e representavam, ainda em 1996, aproximadamente a 61% da produção nacional (CHOPPIN, 2004, p.551).

O livro didático assumiu todas as características dos produtos da indústria cultural, já que se tornou uma mercadoria produzida por ela. E por se tratar de uma produção em grande quantidade destinada às grandes massas, o livro didático tem o caráter ideológico do produto da indústria cultural.

Na segunda metade do século XX, expandiu extraordinariamente o número de escolas e alunos, como consequência da democratização do ensino, sendo este outro motivo para o crescimento editorial da cartilha.

Portanto, vamos buscar identificar o surgimento das cartilhas de alfabetização. A palavra cartilha derivou do diminutivo da palavra carta. Nos séculos XVI a XVIII surgiram as primeiras cartilhas que usavam o método das cartas para alfabetizar. Este método era utilizado basicamente para o catecismo, já que nesse período a alfabetização não era para todos. O importante era apenas a garantia de que todos fossem catequizados. Dessa forma, a alfabetização se tornou uma questão de escolaridade a partir do século XVI.

¹⁸ Dados retirados do site <http://www.fnde.gov.br/index.php/pnld-historico>, acessado em 23 de março de 2010.

Esse tipo de material surgiu na Europa, sendo que Portugal as utilizou em suas colônias para catequizar os nativos. Por isso, os textos das cartilhas mais antigas eram rezas e ensinamentos religiosos. Eram textos que os alunos decoravam. Logo, quando surgiram as primeiras cartilhas com textos não-religiosos, elas possuíam conteúdo simples e sem contextualidade, assim como as que possuíam textos religiosos. Os textos eram apenas memorizados. No Brasil, a primeira cartilha a chegar à população foi a *Cartinha de João de Barros*. Essa cartilha foi publicada em 1540 junto com a gramática portuguesa elaborada por João de Barros.

A *Cartinha de João de Barros* foi produzida para alfabetizar crianças e adultos; não era para ser utilizada na escola, já que naquele período a instituição de ensino não era responsável pela alfabetização. Esse livro trazia o alfabeto e depois tabelas com todas as combinações de sílabas para escrever as palavras portuguesas.

De acordo com Choppin, “os livros didáticos exercem quatro funções essenciais, que podem variar consideravelmente segundo o ambiente sociocultural, a época, as disciplinas, os níveis de ensino, os métodos e formas de utilização” (2004, p.553). Assim, as primeiras cartilhas visavam catequizar, logo exerciam uma função ideológica.

Dessa forma, a função ideológica e cultural assumia uma posição de destaque entre as demais funções, já que, além de ser a mais antiga, servia de estrutura para o livro didático que se afirmou como um dos vetores das classes dirigentes. Um mecanismo privilegiado de construção de identidade, símbolo da soberania nacional e, nesse sentido, assumiu um importante papel político.

Os primeiros livros de alfabetização, sobretudo as cartilhas, são representativas das práticas e ideários pedagógicos, assim como das práticas editoriais e, historicamente, vêm se constituindo como a primeira via de acesso à cultura do impresso, uma vez que em nossa sociedade grandes parcelas da população vieram constituindo suas “bibliotecas” e seus modos de ler a partir da escola. (...) trata-se de impressos que passam por um ciclo de produção, circulação e divulgação dependente de necessidades pedagógicas, mas também comerciais e culturais, além disso, partilham de similitudes com outros impressos ou oferecem-se como contraponto a outros que circularam ou circulam em determinado período, devido a algumas especificidades de uso (FRADE e MACIEL, 2006, p.14).

Ao longo dos anos, as cartilhas sofreram alterações relativas ao método e tiveram aprimoramentos e atualizações em vários de seus aspectos, especialmente quanto à concepção de alfabetização e temas abordados nos textos. Apesar das

modificações externas e gráfica/ didática e de sua essência, conservou-se intocada sua condição de

imprescindível instrumento de concretização dos métodos propostos e, em decorrência, da configuração de determinado conteúdo de ensino, assim como de certas práticas silenciosas, mas operantes, concepções de alfabetização, leitura, escrita, cuja finalidade e utilidade se encerram nos limites do significado de leitura e escrita construindo pela e na escola e cuja permanência se pode observar até os dias atuais (MORTATTI, 2000, p. 41).

Destarte, no período em estudo, a alfabetização empregada nas escolas era realizada pelo método Tradicional¹⁹. Assim as primeiras cartilhas publicadas no Brasil baseavam-se nos métodos de Marcha Sintético²⁰ conforme afirma Mortatti:

Dever-se-ia, assim, iniciar o ensino da leitura com a apresentação das letras e seus nomes, de acordo com certa ordem crescente de dificuldade. Posteriormente, reunidas as letras em sílabas e conhecendo-se as famílias silábicas, ensinava-se frases isoladas ou agrupadas. Quanto à escrita, esta restringia-se à caligrafia e seu ensino, à cópia, ditados e formação de frases, enfatizando-se a ortografia e o desenho correto das letras (2000, p. 42-43).

O método Tradicional de alfabetização definia a escrita como mera transcrição grafo-fonética. O ensino da escrita e da leitura era centrado no uso da cartilha, num processo controlado pelo alfabetizador, que se preocupava com o aspecto formal da escrita. A consequência desta concepção de escrita, conforme observa Cagliari (1991) resultou em dificuldades das pessoas para escrever textos coesos e coerentes. Para ele, a cartilha apresentava textos pobres ou completamente desprovidos de coerência e coesão, refletindo nas dificuldades que os alfabetizados possuíam para escrever.

A coerência é estabelecida na interação, na interlocução, numa situação comunicativa entre dois usuários da língua... (...) e, o conceito de coesão textual, diz respeito a todos os processos de seqüencialização que asseguram uma ligação lingüística significativa (CAGLIARI, 1991, p.1).

A maioria das cartilhas iniciava o aprendizado partindo do pressuposto de que o

¹⁹ No método Tradicional a aprendizagem da leitura e escrita é vista de forma mecânica; trata-se de adquirir uma técnica para decifrar o texto, porque se concebe a escrita como a transcrição gráfica da linguagem oral e ler equivale a decodificar o escrito em som.

²⁰ O método Sintético “partia das partes para o todo”, isto é, da síntese para a análise e implicava em memorização e repetição do exercício. O objetivo deste método era que a leitura fosse ensinada, baseado na associação de letras aos seus nomes. Após reunir as letras em sílabas e conhecendo suas famílias silábicas, ensinava a ler palavras formadas com as mesmas sílabas e letras e, por fim, ensinavam-se frases isoladas ou agrupadas sem sentido.

sistema de escrita dependia do sistema oral. Assim, alguns alfabetizadores trabalhavam com as crianças o processo de leitura transformando o signo escrito em signo oral para depois chegar à compreensão. Além disso, as cartilhas apresentavam frases curtas na tentativa de simplificar, o que levava a redução dos elementos constituintes das unidades lingüísticas: oração, período, parágrafo e texto. Nesse contexto, as orações formavam período simples e normalmente eram coordenadas por E ou MAS. Assim, pode-se perceber que a linguagem utilizada na maioria das cartilhas não é a que se fala, nem se escreve no dia a dia da sociedade brasileira, mas sim uma linguagem representativa de quem a escreveu.

No intuito de facilitar o processo de ensino-aprendizagem da leitura e escrita, os textos eram reduzidos, repetitivos e sem sentido comunicativo, o que para sua compreensão exigia pouco da criança. Por isso, torna-se necessária uma ação competente dos alfabetizadores que utilizam as cartilhas. Segundo Zacarias, “Alcançávamos os objetivos que ela propunha, mas tínhamos que trabalhar. Assim a cartilha valia mais pelo esforço do alfabetizador do que por ela mesma” (2010).

As cartilhas, de acordo com alguns teóricos como Cagliari (2007), tinham grandes problemas lingüísticos. Além disso, o fato de elas serem utilizadas, por vários alfabetizadores, como único recurso para o processo de ensino da leitura e escrita delimitava o aprendizado tornando-o pobre na questão lingüística. Para Cagliari, o “método é ferramenta e um bom artista com uma ferramenta inadequada não consegue obter os resultados desejados. Um bom resultado é sempre fruto de uma ação competente do alfabetizador” (2007, p.65).

Cagliari (2007) propõe que o alfabetizadores devessem ser conhecedores dos problemas lingüísticos relacionados com a própria atividade em sala de aula e que os livros (cartilhas) devessem ser apenas um material de apoio, apenas um referencial com o qual a criança precisasse se familiarizar. Diante das ideias de Cagliari, tivemos uma alfabetizadora que afirmou:

Olha eu nunca liguei muito para cartilha não. Eu acho que a cartilha não é o principal, mas é sim o conhecimento do alfabetizador mesmo, porque a gente pode dar aula sem cartilha. A cartilha é uma ajuda para a criança para ela ter uma referência em casa, para ela recordar aquilo que ela aprendeu em sala de aula, mas eu acho que não tem necessidade em uma sala de aula porque você pode passar um texto no quadro, você pode chamar a criança e trabalhar com ela aquelas que têm mais dificuldades, para tirar aquela dificuldade mesmo, então a cartilha é mais para o aluno do que para o alfabetizador (PAFUME, 2009).

Para ela, a cartilha era apenas um material de apoio. Pafume diz que utilizava o método Global e fazia muito material em casa, porém estes materiais que ela relatou são muito parecidos com as lições de uma cartilha do método Global.

As alfabetizadoras entrevistadas esclareceram que no período de 1955 a 1971 elas não escolhiam as cartilhas a serem utilizadas. Disseram também que as cartilhas vinham da diretoria e, por isso, acreditam que quem as escolhia era a diretora da escola. Diante das entrevistas descobrimos algumas cartilhas utilizadas ao longo do período em estudo – 1955 a 1971. Porém, para esta pesquisa iremos analisar as cartilhas *O Livro de LILI*, *Os Três Porquinhos*²¹ e a *Caminho Suave* que foram utilizadas por um longo período e também devido a grande divulgação e utilização das mesmas em diversas regiões do Brasil. Antes de analisarmos as cartilhas iremos falar sobre os métodos Sintético, Analítico e Eclético para uma melhor compreensão dos métodos utilizados pelas cartilhas.

3.1 - MÉTODOS DE ENSINO DA LEITURA E DA ESCRITA

A etimologia da palavra métodos é de origem grega (*methodos*) que designa o mesmo que caminho. O modo sistemático de aplicar o método constitui o processo. De forma mais didática, método é um caminho a ser seguido, porém método não se reduz a um livro didático, muitas vezes entendido e usado como o único caminho possível. Não podemos, portanto, confundir métodos com técnicas, isto é, ferramentas utilizadas para alcançar o caminho. Em termos pedagógicos, definiremos método como um conjunto de princípios pedagógicos, psicológicos e linguísticos que definem os objetivos e meios adequados para se atingir algo.

O método é um conjunto relativo a determinados princípios diretivos provenientes de uma das ciências fundamentais da educação. Os métodos no Brasil foram, infelizmente, durante muitos anos, atrelados à produção dos livros didáticos (cartilhas, pré-livros). Dessa forma, a concepção de método ficou restrita às orientações metodológicas, melhor dizendo, às técnicas de aplicação, descritas no manual do alfabetizador, em geral restritas e diretivas para o alfabetizador na execução das lições e atividades previstas pelo autor da cartilha, reduzindo a função do alfabetizador a mero executor do que o autor propunha para ser feito no livro do aluno (MACIEL, 2010, p 49).

²¹ De acordo com os relatos das alfabetizadoras a cartilha que elas se referem como *Os Três Porquinhos* é o pré-livro da coleção *As Mais Belas Histórias*, de Lúcia Casasanta.

Dessa maneira, o ensino da leitura e da escrita pode utilizar diversos métodos. Sendo que estes foram divididos em dois grandes grupos em função das bases psicológicas envolvidas no processo de aprendizagem. Os grupos são o Sintético, que tem como base o processo mental de síntese, e o Analítico, que tem com base o processo mental de análise. O primeiro grupo se originou na Antiguidade e prevaleceu até os primórdios do século XIX. Sua utilização é quase universal e o segundo, a partir do século XVIII, iniciou-se um processo de oposição teórica ao método Sintético pelos precursores do chamado método Global, oposição esta que se efetivou realmente no início do século XX. Na literatura encontramos apenas dois métodos de alfabetização o método sintético e o método analítico, porém, alguns autores, como Branca Alves de Lima, identificaram um terceiro grupo conhecido como método Eclético, o qual contemplava o método Sintético e Analítico.

3.1.1 – SINTÉTICO

Este método segue a marcha que vai das partes para o todo, ou seja, primeiro a criança internaliza as unidades menores (fonemas) para depois gradativamente chegar às unidades maiores. O método Sintético foi dividido em três processos: o Alfabético, Fônico e o Silábico.

O processo Alfabético parte da decoreação oral das letras do alfabeto, de suas combinações silábicas e depois do texto. No processo Fônico o alfabetizador inicia ensinando a forma e o som das vogais, depois as consoantes e suas relações - cada vez mais complexas. O processo Silábico tem como principal unidade a ser analisada pelos alunos a sílaba.

Dever-se-ia, assim, iniciar o ensino da leitura com a apresentação das letras e seus nomes (método da soletração / alfabético), ou de seus sons (método fônico), ou das famílias silábicas (método da silabação), sempre de acordo com certa ordem crescente de dificuldades. Posteriormente, reunidas as letras ou os sons em sílabas, ou conhecidas as famílias silábicas, ensinava-se a ler palavras formadas com essas letras e/ou sons e/ou sílabas e, por fim, ensinavam-se frases isoladas ou agrupadas. Quanto à escrita, esta se restringia à caligrafia, e seu ensino, à cópia ditado e formação de frases enfatizando-se o desenho correto das letras (MORTATTI, 2006, p.5).

De acordo com a afirmativa de Mortatti (2006), o método de marcha Sintética prezava a caligrafia e o ensino a partir de cópias e ditados, o que poderá ser identificado logo a seguir quando se fala da *Cartilha Caminho Suave*, que é identificada como pertencente a um método Eclético e apresenta todas as características do método Sintético.

As desvantagens deste método encontram-se na imposição, à criança, do conhecimento e reconhecimento de signos isolados ou agrupados em sílabas que carecem de sentido que são incompreensíveis para sua aprendizagem. Além disso, usam-se as palavras e frases que não pertencem ao vocabulário da criança, ensinando a leitura de forma mecânica e sem compreensão.

3.1.2 - ECLÉTICO

O método Eclético foi considerado a grande descoberta no campo metodológico, pois utilizava análise e síntese, ao contrário dos outros que são Analítico ou Sintético. O método foi considerado global porque parte de um todo, mas segue os passos do método Sintético: som, sílabas, palavras, frases. Dessa forma, ele realiza a junção dos métodos Sintético e Analítico e apresenta vantagens e desvantagens. Segundo Oliveira, suas vantagens são:

É de fácil aplicação; oferece ao alfabetizador material previamente preparado; assegura o interesse da criança desde a primeira etapa; permite a recuperação dos atrasados e faltosos; promove a implantação do trabalho independente; evita a fixação do erro na escrita (1993, p. 24)

Com relação às desvantagens, podem-se elencar as seguintes: as histórias são desvinculadas do conhecimento real da criança; os textos não possuem estrutura linguística; apresentam diálogo artificial; as atividades são baseadas na exploração de palavras e decomposição das famílias silábicas.

3.1.3 – ANALÍTICO

Partindo do pressuposto de que o ensino da leitura e da escrita deve começar pelas unidades maiores, caminhando para as unidades menores, o método Analítico

trabalha a percepção do todo para as partes, enfatizando a compreensão do que foi lido. Assim, o método volta sua atenção para elementos mais significativos: palavra, sentenças, contos.

De acordo com esse método analítico, o ensino da leitura deveria ser iniciado pelo “todo”, para depois se proceder à análise de suas partes constitutivas. No entanto, diferentes se foram tornando os modos de processuação do método, dependendo do que seus defensores consideravam o “todo”: a palavra, ou a sentença, ou a “historieta” (MORTATTI, 2006, p.7).

Desse modo, de acordo com a unidade linguística tomada como ponto de partida, encontramos no método Analítico três subdivisões: Palavração, Sentenciação e Global de Contos ou Historietas.

A Palavração parte das palavras. Nesse processo, o enfoque da leitura deve, desde o principio, ser dado ao significado do que está escrito. A Sentenciação parte das sentenças. A sentença é a verdadeira unidade da língua, pois ela expressa uma ideia completa que é a unidade básica na elaboração do pensamento. Já o Global de Contos parte de historietas, narrativas que apresentam uma série de eventos com princípio, meio e fim, sempre tendo em vista a necessidade de despertar o interesse dos alunos.

O processo Global de Contos representa uma extensão do processo de sentenças. Segundo Mortatti (2007), ele foi instituído em São Paulo, em 1915m com a publicação do documento *Instruções práticas para o ensino da leitura pelo methodo analytico – modelos de lições*,²² e se difundiu em vários Estados principalmente em Minas Gerais. Apesar de ser um processo do método analítico, iremos denominá-lo de método Global de acordo com as autoras Frade e Maciel.

3.2 - O MÉTODO GLOBAL EM MINAS GERAIS

Na primeira metade do século XX, tivemos a influência do movimento Escolanovista e a divulgação das ideias de John Dewey. Na efervescência das discussões, surgiu a Reforma Mineira, encabeçada por Francisco Campos e Mário Casasanta, responsáveis pela Secretaria do Interior de Minas Gerais. Inspirado nas reflexões do americano Dewey, Francisco Campos, considerava a Educação um

²² Documento publicado pela Diretoria Geral da Instrução Pública de São Paulo, em 1915.

importante instrumento capaz de democratizar a sociedade, minimizando os conflitos e instaurando uma nova ordem social.

As reformas iniciadas na década de 1920, no Estado, defendiam a expansão da escola primária a todos os segmentos da sociedade e um novo método para o processo de alfabetização. Os alfabetizadores, que sempre utilizavam o método de Marcha Sintético, deveriam utilizar o método de Marcha Analítico, abandonando o método Silábico e adotando o Global. Diante dessa reforma, os alfabetizadores deveriam abolir os castigos físicos e o autoritarismo.

Diferentemente dos métodos de marcha sintética até então utilizados, o método analítico, sob forte influência da pedagogia norte-americana, baseava-se em princípios didáticos derivados de uma nova concepção – de caráter biopsicofisiológico – da criança, cuja forma de apreensão do mundo era entendida como sincrética (MORTATTI, 2006, p. 7).

A partir das diferenças entre os métodos Sintético e Analítico e, para levar adiante as propostas do novo método, os alfabetizadores tiveram que ser preparados para trabalhá-lo. Dessa forma, a criação da Escola de Aperfeiçoamento em Minas Gerais soma-se ao interesse do governo em contribuir com a disseminação desse método. Foram trazidas duas alfabetizadoras americanas para trabalharem conjuntamente com as brasileiras e proporcionou-se, para cinco alfabetizadoras mineiras, um curso nos Estados Unidos para uma melhor compreensão das ideias de Dewey. Essas alfabetizadoras atuaram na escola de aperfeiçoamento, que se tornou o lugar de preparação para os alfabetizadores, de acordo com os novos ideais educacionais. Destacamos, no trabalho dessas alfabetizadoras, a atuação de Lúcia Casasanta, que foi a maior divulgadora do método Global no estado de Minas Gerais, conforme a narrativa de uma de suas alunas da Escola de Aperfeiçoamento:

Em Minas, desde algum tempo, se vem adotando o método global pelo processo de “contos ou historietas”. Devemos, porém, a sua divulgação entre nós, com técnicas mais aperfeiçoadas, à alfabetizadora Lúcia Casasanta, que, a partir de 1929, através de eficiente curso de Metodologia da Língua Pátria, ditado na Escola Antiga de Aperfeiçoamento de Belo Horizonte, e no atual curso de Administração do Instituto de Educação, vem imprimindo nova e inteligente orientação ao ensino dessa matéria, baseando-a em sólidos princípios científicos. Iniciado nas classes anexas à Escola de Aperfeiçoamento foi o método global se estendendo, pouco a pouco, às várias escolas de minas, por intermédio das alfabetizadoras diplomadas pela referida Escola. Os resultados dessas experiências têm sido amplamente satisfatórios (FONSECA, 1956, p. 12).

Minas Gerais é um grande estado. Possui uma área territorial de 588.383,6 km², na qual estão localizadas diversas cidades distantes da capital, como é o caso de Uberlândia. Com tal característica territorial, era muito difícil difundir o novo método por todo o Estado. A fim de superar essa dificuldade, foi implementada a *Revista de Ensino*, na qual eram divulgados vários artigos sobre a Escola Nova e o método Global, além de outros temas que auxiliavam o governo a difundir e pôr em prática a Reforma Mineira de 1920.

Após a revolução de 30, Minas Gerais foi o único Estado no qual o presidente Getúlio Vargas não alterou o governo. Nesse contexto, Minas passa a ocupar, no quadro nacional, um papel privilegiado perante a União, já que os mineiros uniram-se em prol do Governo Federal e por isso manteve, no governo de Minas Gerais, Olegário Maciel, que só foi substituído pelo interventor Benedito Valadares Ribeiro, após sua morte.

Com essa posição perante o Governo Federal, Minas Gerais, através do reformador Francisco Campos, levou para todo o país parte dos ideais que constituíram a Reforma de 1920, em Minas, difundindo os ideais da Escola Nova.

Nesse contexto, a primeira cartilha a ser analisada foi O Livro de Lili utilizada pelas alfabetizadoras Pafume e Zacarias.

3.3 - O LIVRO DE LILI



Figura 5 – Imagem da capa do *Livro de Lili* de Anita Fonseca – edição de 1961.
Fonte: Arquivo da Biblioteca da Faculdade de Educação da UFMG.

Anita da Fonseca é a autora do *Livro de Lili*, que teve suas primeiras publicações na década de 40, pela Editora Francisco Alves e a partir da década de 50, começou a ser

publicado pela Editora do Brasil com algumas mudanças em relação às edições publicadas anteriores. Esse livro foi considerado um *best-seller*, pois teve várias publicações, durante um longo período e serviu de modelo para outros livros do método Global que foram editados posteriormente.

Anita da Fonseca foi uma das alunas da Escola de Aperfeiçoamento de Minas Gerais. Ela aprendeu com a alfabetizadora Lúcia Casasanta, a maior divulgadora do método Global em Minas Gerais. Durante o curso que ministrava naquela escola, Lúcia Casasanta promoveu um concurso para a produção de um pré-livro. O de maior destaque foi o *Livro de Lili*, que ganhou o concurso e foi testado durante os anos 30 nas classes de demonstração da Escola de Aperfeiçoamento, localizado na capital mineira, e que tinha como função formar as alfabetizadoras primárias.

O *Livro de Lili* é uma cartilha analítica e seguia o método Global pelo processo de contos e historietas. As lições ou historietas constituíam-se de narrativas com sentido completo e as temáticas eram enriquecidas com as ilustrações. A primeira lição da cartilha está abaixo representada.



Figura 6 – 1ª lição do *Livro de Lili* – Cartilha de Anita Fonseca, edição de 1961.
Fonte: Arquivo da Biblioteca da Faculdade de Educação da UFMG

Podemos identificar que os textos tinham uma sequência ordenada de ideias, ações e questionamentos, já que a fala de Lili era apresentada propondo uma interlocução com o leitor. Apesar da lógica da história, as frases repetem algumas

palavras e não eram destinadas a trabalhar os termos integrantes de frases mais complexas e utilizadas no dia-a-dia.

As frases são simples e sempre iniciadas com um sujeito apresentando um verbo e, quando aparecem pronomes, são pessoais. Apenas no final do pré-livro vamos encontrar textos maiores e que apresentam novas classes gramaticais.

As primeiras edições do *Livro de Lili* são em papel igual ao de jornal com ilustrações em preto e branco e com o formato de um caderno de desenho destacável, nas dimensões 15 cm de largura por 21 cm de comprimento. Já nas edições da década de 50 em diante, editadas pela Editora Brasil, são modificadas as ilustrações, a começar pela capa que antes era uma menina de capote e depois passa a ser uma menina sentada com um vestido azul lendo o *Livro de Lili* para seu cachorrinho. Além disso, o livro não é mais destacável e, na edição que encontrei (1961), a palavra cartilha é utilizada em substituição a pré-livro.

Como esta pesquisa se dá no período de 1955 a 1971, abordaremos as publicações feitas pela Editora Brasil, utilizando como exemplo *O livro de Lili – (cartilha)* edição 87ª, de 1961, e o *O livro de Lili – Manual do Alfabetizador*, de 1956, encontrados no CEDOC – Centro de documentação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Nessa edição, a cartilha possui 144 páginas com 20 historietas, sendo onze na primeira parte e nove na segunda parte do pré-livro. Todas as lições são impressas apenas na frente da página e o verso, apesar de ser numerado, não tem nenhum texto ou atividade, por isso as folhas impressas são sempre as páginas da direita. As histórias, primeiramente, foram apresentadas em letras de imprensa seguidas pela mesma história em letra cursiva. O texto em letra de imprensa tem ilustrações coloridas e no texto de letra cursiva as ilustrações estão em preto e branco para que o aluno as colorisse.

Os textos do *Livro de Lili* são histórias de uma menina chamada Lili. As historietas são complementares e não se contradizem. Por exemplo, na primeira lição, o texto diz que Lili, personagem central do livro, comeu muito doce e que ela gosta muito de doce. Quando chegamos à terceira lição, Lili está fazendo um doce e a autora afirma que Lili gosta de doce, o que confirma a fala da primeira lição. Lili é a personagem principal do livro. Porém a partir da 2ª lição aparecem outros personagens como Suzete, a cachorrinha de Lili, e depois na 4ª lição surge Joãozinho e seu cachorrinho Totó.

Os textos são histórias temáticas sempre relacionadas com a vida de Lili. No primeiro texto, Lili se apresenta e fala que gosta de doce. Na segunda lição, *O piano de*

Lili, ela toca o piano e nas atividades aparecem os nomes e desenhos de outros instrumentos musicais. Assim, em cada lição é trabalhado um tema, sendo que em apenas duas lições a Lili não aparece. Essas lições falam de Joãozinho e o burrinho mimoso. Na primeira, Joãozinho está tentando ir para casa da avó no burrinho e este empaca. Na lição seguinte, Joãozinho cai de cima do burrinho empacado.

De acordo com Aguiar, as histórias de Lili estimulam a aprendizagem, principalmente das meninas, assim ela afirma “mas como menina eu tenho certeza se eu trazer o *Livro de Lili* elas vão ficar apaixonadas e aprender a ler rapidinho, porque é a identificação” (2010).

Ao analisarmos essa cartilha, identificamos textos com sentido completo que não são repetitivos, apesar de algumas vezes observamos a repetição de algumas palavras. As lições apresentam frases que se completam formando um texto significativo, sendo que algumas das histórias poderiam ter ocorrido com qualquer aluno que utilizou o pré-livro.

Depois de cada texto, são apresentadas as frases da história e as palavras que compõem as frases, sendo que todas deveriam ser recortadas para que os alunos montassem novamente a história. Além disso, no final das páginas, encontramos desenhos com o seu nome abaixo, que foram trabalhados no texto, conforme a imagem retirada da cartilha:

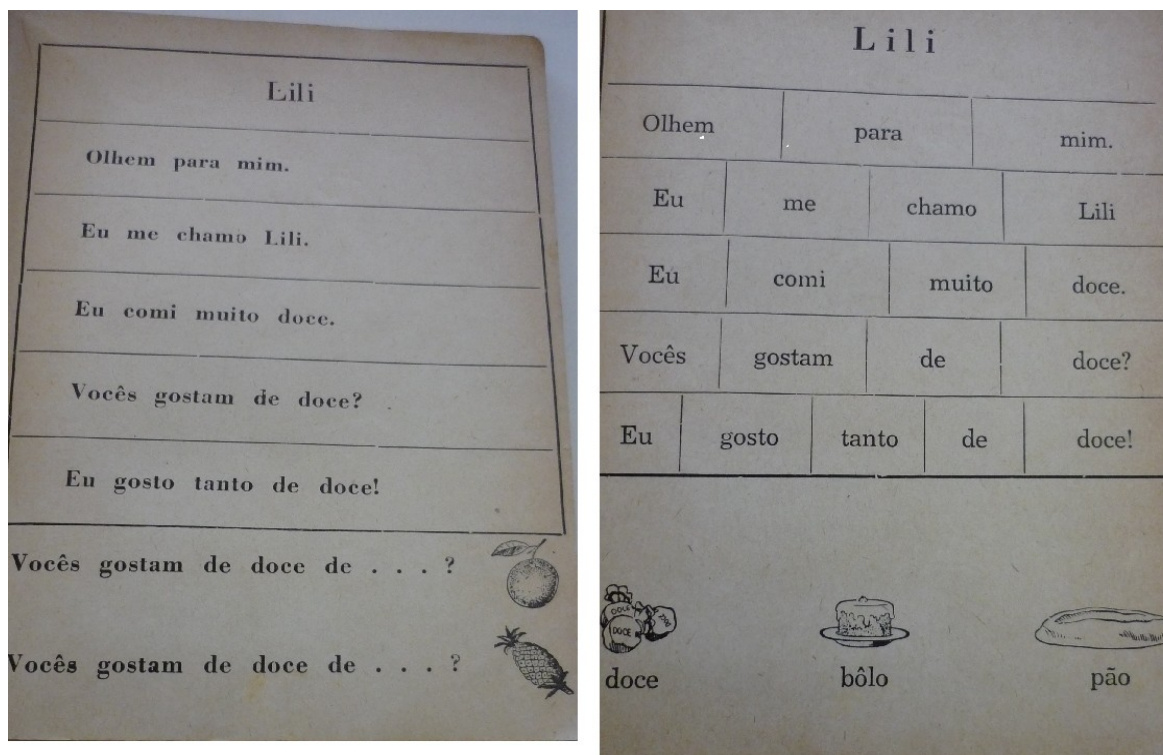


Figura 7 – Imagem da Cartilha *Livro de Lili*, de Anita da Fonseca.
Fonte: Arquivo da Biblioteca da Faculdade de Educação da UFMG

O pré-livro, a partir da página 87, começa a apresentar as palavras separadas por sílabas. As frases a serem recortadas vêm separadas por palavras e estas são separadas em sílabas dentro do mesmo quadrado, conforme a imagem a seguir:

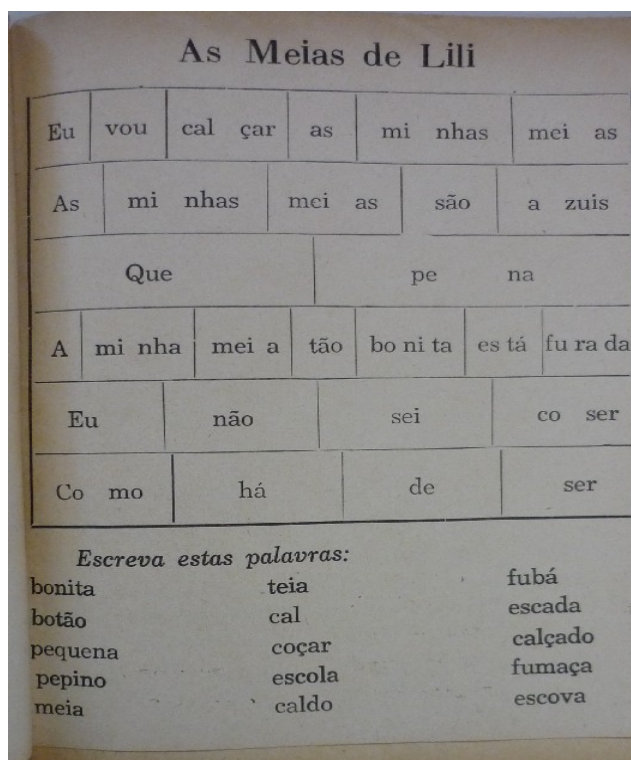


Figura 8 – Imagem do pré-livro *Livro de Lili*, de Anita Fonseca – edição de 1961, p. 99.
Fonte: Arquivo da Biblioteca da Faculdade de Educação da UFMG

Além do pré-livro, havia também o manual do alfabetizador que passa a vir separado do livro, cartazes e o caderno de fichas. Verificamos isso também na fala da alfabetizadora Zacarias:

Vinham, além dos livros vinha os cartazes depois tinha o grupo de livros com as frases para a gente desmembrar e eles formarem. Tinha os encaixes, tinha o cartaz só com a figura para eles formarem as frases só pela figura, normalmente a gente não juntava mais de quatro cartazes (2010).

Este é um exemplo de cartaz que acompanhava o pré-livro *Livro de Lili*:



Figura 9 – Foto do Cartaz que acompanhava a Cartilha de Lili.

Fonte: Arquivo da Biblioteca da Faculdade de Educação da UFMG

O Manual do Alfabetizador foi considerado, pelos estudiosos do período, inovador, no sentido de ser apresentado em um volume separado do livro do aluno, já que naquele período os manuais vinham em anexo aos livros. O Manual do Alfabetizador que vamos analisar é uma edição de 1956, composto de 78 páginas, e já em sua primeira página traz os dizeres: “Nova edição revista e atualizada de acôrdo com as mais recentes diretrizes pedagógicas”. Esse manual, prefaciado pela alfabetizadora Lúcia Casasanta, em 1940, possui também um texto dedicado aos alfabetizadores, uma introdução e 9 capítulos.

Em seu prefácio Casasanta enaltece a alfabetizadora Anita Fonseca como uma educadora experiente e explica que o manual “prevê o desenvolvimento das fases do método, sugerindo os mais hábeis recursos para despertar e manter a atividade eficiente da classe.” (1956, p. 5). Além disso, distingue alguns dos teóricos utilizados por Fonseca para a construção do pré-livro e do manual do mesmo. Casasanta encerra com a seguinte frase:

Como professôra que fui da autora, na Escola de Aperfeiçoamento, e precisamente nesta matéria, desvaneço-me do trabalho com que enriquece a nossa mísera bibliografia, fazendo votos para que êle dê os resultados que prevemos, para o bem do nosso ensino (In. FONSECA 1956, p. 5).

Na parte dedicada aos alfabetizadores, Fonseca estimula-os a utilizar o método Global falando sobre o quanto o método pode ajudar, mas também relata que o material pode ter falhas e que ela não está eximida de erros e que com boa vontade e esforço tudo pode ser feito. Já na introdução, a autora fala sobre a importância da leitura e como esta pode estar ligada ao índice de civilização dos países.

O capítulo I, intitulado “O Método Global ou Analítico – Seus valores psicopedagógicos” relata a importância do método e do material para a formação de bons hábitos de leitura e diz que apesar da variação dos métodos podemos reduzi-los a dois: o Sintético e o Analítico ou Global e, para delimitá-los de uma maneira mais precisa, a autora transcreve a fala do alfabetizador T. H. Simon que explica em dois parágrafos as duas variações de métodos. Posteriormente, ela trabalha os fundamentos científicos do método Global, os valores pedagógicos deste e as experiências de Minas. Na última parte do primeiro capítulo, a autora fala sobre a divulgação do método Global pelo processo de “contos ou historietas”.

No segundo capítulo, Fonseca trabalha a aprendizagem da leitura pelo método Global – período preparatório – iniciando seu texto com as finalidades da leitura e apresenta diversas atividades para o enriquecimento das experiências das crianças desenvolvendo a capacidade de pensar, atividades para o desenvolvimento da linguagem e da leitura. Ela explica quais atividades e como elas podem ser trabalhadas para desenvolver as competências, acima elencadas, nos alunos.

Já no terceiro capítulo, vai ser introduzida a aprendizagem da leitura pelo pré-livro de Lili, quais os materiais empregados para essa aprendizagem e como utilizar o pré-livro, sendo que este é um período muito importante para a formação da criança, pois é ele que marcará o início da formação de bons hábitos de leitura. No próximo capítulo, são identificadas as fases da aprendizagem da leitura pelo uso de contos ou historietas. Nele Fonseca trabalha todas as fases da aprendizagem da leitura pelo método de historietas, conforme os ensinamentos de Casasanta, sendo estas as fases:

- a) Fase da história ou do conto. b) Fase da decomposição da história em sentenças. c) Fase das porções de sentido. d) Fase da decomposição das sentenças em palavras. e) Fase da decomposição das palavras em sílabas (FONSECA, 1956, p. 27).

O quinto capítulo, intitulado de “Fase da decomposição da história em sentenças” traz atividades a serem realizadas com as crianças que já aprenderam de cor

as três ou quatro primeiras historietas. Um exemplo de exercício é:

Exercícios no cartaz e no quadro negro: A alfabetizadora poderá usar, por exemplo, o seguinte processo: colocar ao lado um do outro, os dois cartazes que contém a primeira historieta, ou seja, o ilustrado com a gravura e o que deve ser recortado em sentenças; andar observar, comparar e ler os dois cartazes, que trazem a primeira historieta:

Olhem para mim.
Eu me chamo Lili.
Eu comi muito doce.
Vocês gostam de doce?
Eu gosto tanto de doce!

Comentando a história com as crianças, dizer: Reparem bem nesta história. Ela contém cinco sentenças. Na primeira sentença (lê: Olhem para mim}) Lili pede que vocês a observem, que olhem para ela. Eu vou cortar esta sentença neste outro cartaz: Recortar a ficha enunciada e entregá-la a aluno.

Na segunda sentença (ler: Eu me chamo Lili) a menina diz o nome dela, não é? (recortar a sentença e entregá-la a outra criança. Na terceira sentença Lili conta o que ela fez, o que ela comeu (ler: Eu comi muito doce). Recortar a sentença e entregá-la a outra criança. Prosseguir desse modo até serem recortadas todas as sentenças. Fazer em seguida outros exercícios, como: pedir aos alunos que receberam as fichas que se coloquem diante da classe na mesma ordem em que as sentenças aparecem na história; pedir à classe que verifique se a colocação está correta, comparando as sentenças apresentadas pelos alunos com as do cartaz ilustrado.

Prosseguir da mesma forma na divisão dos cartazes de outras histórias estudadas, a fim de dispor de material para novos exercícios (FONSECA, 1956, p. 31-32).

Os próximos capítulos trabalham, respectivamente, lições suplementares com atividades; fase das porções de sentido, na qual a alfabetizadora vai desenvolver no aluno a habilidade de reconhecer grupos de palavras e porções de sentido empregadas em outras sentenças; fase da decomposição das sentenças em palavras; fase da leitura do livro. E no final temos duas listas: uma em ordem alfabética do vocabulário do *Livro de Lili* e outra de sons que compõem as palavras usadas no livro. O manual é um tratado metodológico sobre o método Global o qual descreve as cinco fases do método acrescidas das atividades a serem utilizadas para um bom aproveitamento.

Verificamos na fala de Soares (2003) que o livro didático, por sua produção e pela amplitude de seu uso, deixa marcas emblemáticas. O autor escreve com um intuito que nem sempre se cumpriu ao ser trabalhado pelas alfabetizadoras, já que não escrevemos livros, mas sim textos que a editora transforma em livro. Para Chartier (2002), o autor não controla o sentido, pois após a publicação os textos se tornam públicos.

Mediante nossos estudos podemos inferir que a autora do *O Livro de Lili*, ao escrevê-lo, pretendia divulgar o método Global, pois foi construído um manual que tinha a função de orientar as alfabetizadoras a compreender e a trabalhar com esse método. Será que as alfabetizadoras que utilizaram os materiais descritos realmente trabalharam com os princípios do método Global? No capítulo IV e nas considerações finais, tentaremos responder esta questão.

A próxima cartilha apresentada será *As Mais Belas Histórias* da autora Lúcia Monteiro Casasanta. Iremos utilizar neste estudo o pré-livro de 1966 – 78ª edição. Essa cartilha foi utilizada pelas alfabetizadoras: Aguiar, Zacarias e Mancini.

3.4 - AS MAIS BELAS HISTÓRIAS: O pré-livro *Os Três Porquinhos*



Figura 10 – Imagem do pré-livro *As Mais Belas Histórias*²³.
Fonte: Biblioteca Pessoal de Michelle C. Lima

Algumas alfabetizadoras relataram a utilização da cartilha *Os Três Porquinhos*, porém como não encontramos relatos sobre a publicação dessa cartilha, questionamos as alfabetizadoras sobre a publicação da mesma. Assim, descobrimos; por intermédio

²³ CASASANTA, Lúcia Monteiro. **As mais belas histórias: pré-livro**. 78ª ed. Belo Horizonte: Editora do Brasil em Minas Gerais, 1966.

das entrevistadas, que *Os Três Porquinhos* é o pré-livro da coleção *As mais Belas Histórias*, que trabalha com as histórias dos Três Porquinhos. Todas as alfabetizadoras que utilizaram *Os Três Porquinhos* confirmaram que as duas cartilhas são a mesma obra.

Dessa forma, fomos buscar exemplares do pré-livro, livro de atividades e manual do alfabetizador da coleção *As mais Belas Histórias*. Encontramos o bloco de atividade, o pré-livro; parte do aluno e o pré-livro, parte do mestre.

Cada livro da série é acompanhado pelo livro do mestre e pelo bloco de atividades destinado ao aluno. Segundo a autora, a base de organização da série *As Mais Belas Histórias* foi orientada por dois princípios: o primeiro diz respeito à necessidade de despertar o interesse da criança pela leitura, e o segundo corresponde à reunião, em cada livro, de material adequado "[...] para a formação de um estágio do desenvolvimento normal do processo de ler [...]" (CASASANTA, s/ano, p. 7). Ela ressalta que cada livro privilegia os interesses literários da criança de acordo com a fase de desenvolvimento em que ela se encontra sem, no entanto, desconsiderar as fases anteriores e superiores do desenvolvimento (SOUZA, 2009, p. 113).

O pré-livro *Os Três Porquinhos* foi lançado em 1954²⁴ e utilizaremos para desenvolver este estudo a 78ª edição, publicada em 1966, pela Editora do Brasil em Minas Gerais, de Belo Horizonte. O pré-livro é composto de 95 páginas divididas entre miniaturas dos cartazes, sentenças a destacar, palavras a destacar, sílabas a destacar e pequenas histórias. Esse material não traz impresso no pré-livro nenhuma instrução sobre sua utilização ou opção metodológica, mas segundo Frade e Maciel:

No Livro do Mestre, volume *Os Três Porquinhos*, o livro do aluno, Lúcia Casasanta descreve sua proposta metodológica como a mesma que está no Manual da Alfabetizadora, de O livro de Lili, e também está no Programa de Ensino de Minas Gerais vigente no ano de 1964 (2006, p.108).

O livro do aluno *Os Três Porquinhos* apresenta o material de apoio e outros livros que compõem a coleção *As Mais Belas Histórias*. Esses livros são: *Leitura Intermediária*, *Primeiro Ano*, *Segundo Ano*, *Terceiro Ano* e *Quarto Ano*. Nas primeiras páginas do pré-livro, encontramos a discriminação dos materiais de apoio que a coleção oferecia para o alfabetizador. Esses materiais eram: Coleção de Cartazes Coloridos, Fichas de Palavras, Guia do Mestre. A autora da obra trabalhou no pré-livro da coleção

²⁴ Dado retirado dos estudos de Frade e Maciel encontrados no livro *História da alfabetização: produção, difusão e circulação de livros*, MG/RS/MT- Séc. XIX e XX.

o conto dos Três Porquinhos, uma história popularmente muito conhecida. A partir desse conto, ela elabora treze lições “graduadas quanto ao uso do vocabulário e à apresentação de palavras novas” (FRADE e MACIEL 2006, p. 108). A grande diferença do pré-livro da alfabetizadora Lúcia Casasanta é justamente a utilização de uma história conhecida por todos.

O pré-livro apresenta as dimensões 19x15cm, tem a capa colorida e seu interior é preto e branco. Ele tem suas folhas perfuradas e destacáveis, assim o aluno poderia retirar a folha da atividade e trabalhar cada história conforme orientação do alfabetizador. Além disso, o alfabetizando poderia colorir os desenhos de todas as lições.



Figura 11 – 1ª lição do pré-livro *As mais belas histórias: pré-livro*.
Fonte: Biblioteca Pessoal de Michelle C. Lima

Como pode ser identificado na imagem acima, as lições vão trabalhando a história dos personagens Palhaço, Palito, Pedrico e Lobo. As lições são compostas de pequenos textos estruturados em, no máximo, seis frases. Apesar de não trabalhar diversas estruturas da língua portuguesa, o pré-livro apresenta uma história coesa e conhecida por muitas crianças.

Após as lições com os textos, temos as frases que poderiam ser recortadas para que cada aluno formasse o texto. Conforme a imagem a seguir, as frases vinham todas em quadros, uma embaixo da outra para serem recortadas e depois trabalhadas com os

alunos. As alfabetizadoras relataram que por várias vezes tiveram a necessidade de reproduzir este material, pois nem sempre o material era suficiente para todos os alfabetizandos e por isso elas sempre tinham suas fichas de frases, palavras e sílabas.

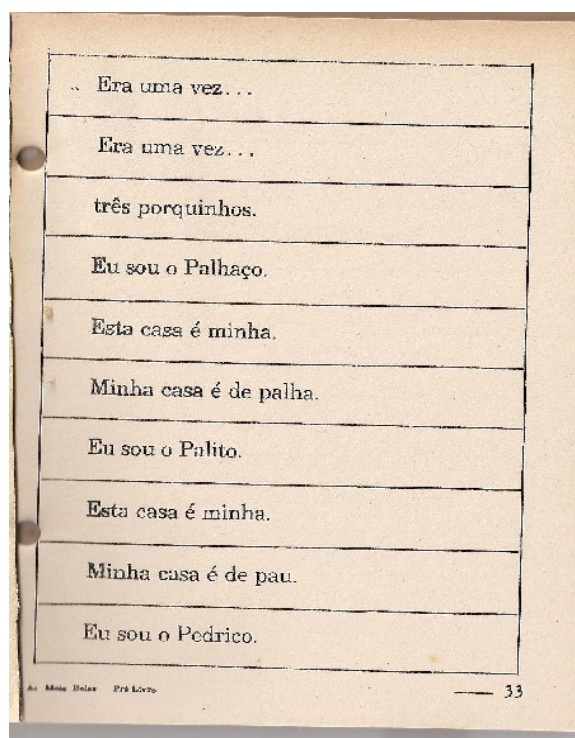


Figura 12 – Imagens retiradas do pré-livro As mais belas histórias. Lista de frases para serem recortadas.
Fonte: Biblioteca Pessoal de Michelle C. Lima

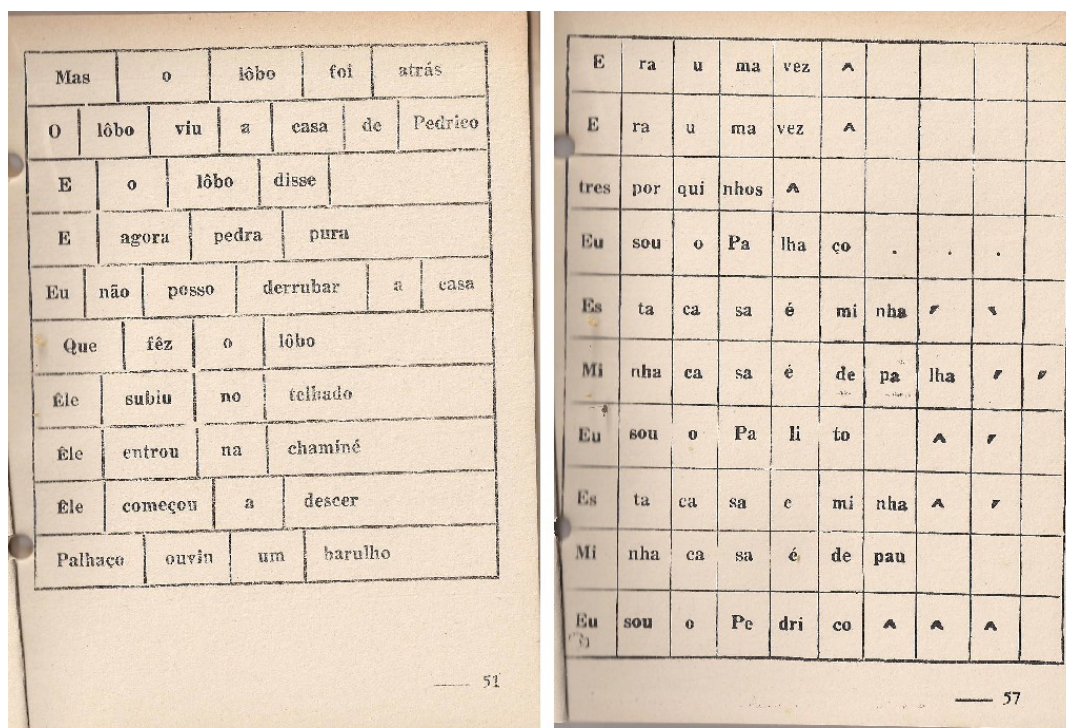


Figura 13 – Imagens retiradas do pré-livro As mais belas histórias. Do lado esquerdo temos a lista de palavras e do lado direito a listas de sílabas para serem recortadas.
Fonte: Biblioteca Pessoal de Michelle C. Lima.

Além das frases, o pré-livro trazia também as palavras e depois as sílabas, sendo que todas as sílabas e palavras apresentadas nestes quadros já haviam sido utilizadas nas lições anteriores. A partir da página 69 do pré-livro (material do aluno), o livro apresenta 27 pequenas histórias para trabalhar a leitura e novas palavras com os alunos. No pré-livro não havia as frases, palavras e sílabas separadas como as das 13 primeiras lições, por isso as alfabetizadoras fabricavam as fichas para trabalharem as 27 histórias que ficavam no final do pré-livro. Segundo Pafume, elas precisavam elaborar fichas e cartazes para colar na sala de aula.

Tínhamos que fazer muita coisa, fazer cartazes encher a sala encher a sala desde o início do ano. Cartazes com letras, sílabas, com leitura e tínhamos que fazer cada coisa da cartilha que a gente estava dando, cada texto a gente tinha que fazer para pendurar na sala, era coisa demais, copiávamos demais porque era muita coisa. Passávamos o dia inteiro trabalhando na escola e isso tudo dava bom resultado (PAFUME, 2010).

Os cartazes que acompanhavam o pré-livro e manual do mestre *Os Três Porquinhos* eram feitos de pano, para serem colocados na sala de aula e possuíam os desenhos. Esses cartazes eram os mesmos desenhos e histórias do pré-livro, porém os desenhos eram coloridos. De acordo com as alfabetizadoras entrevistadas, os cartazes ajudavam o aluno a acompanhar a leitura e identificar as palavras, pois as alfabetizadoras iam passando a régua e lendo a palavra.

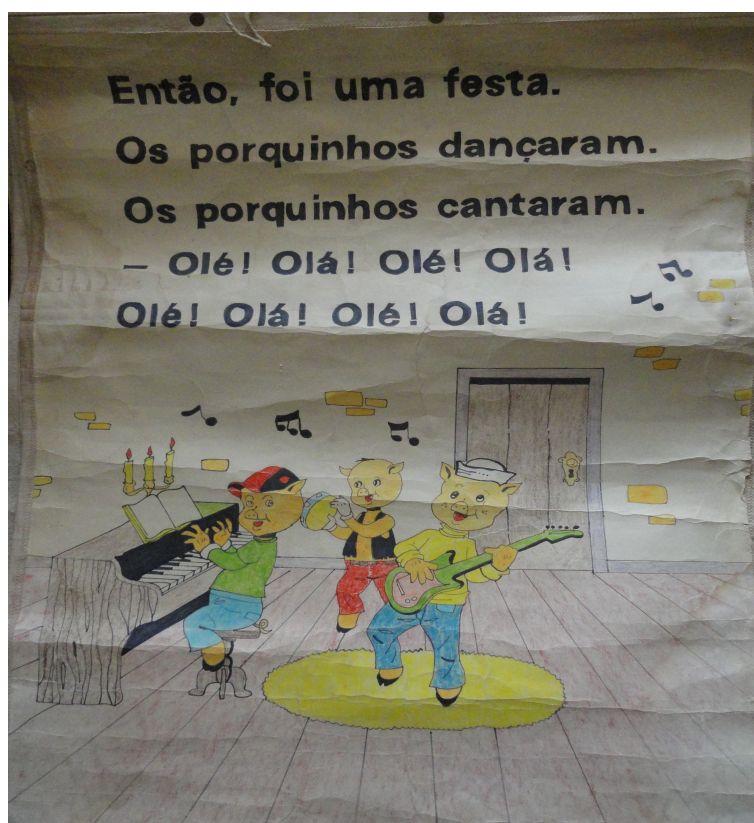


Figura 14 – Imagem do cartaz do pré-livro As Mais Belas Histórias

Fonte: Os cartazes pertencem ao arquivo do Núcleo de Alfabetização da FAGED / NEIAPE / UFU

Havia alguns cartazes apenas com os desenhos que, segundo as alfabetizadoras, eram utilizados para que as crianças criassem as histórias a partir do desenho, sempre em voz alta para toda a sala acompanhar sua história.

O pré-livro, parte do Mestre, é dividido em oito capítulos, sendo eles: O material de leitura; Período preparatório; Período inicial; Fase do Conto; Fase da sentencição; Fase das Porções de Sentido; Fase da palavração; Fase de Silabação ou dos elementos fônicos além do prefácio que foi redigido pela própria Lúcia Casasanta.

A parte do Mestre possui todas as características do livro do aluno, apresentando todas as lições, qual o vocabulário a ser trabalhado, além de identificar o material de apoio do alfabetizador, o qual era composto de “13 cartazes grandes e ilustrados em cores e de 3 jogos de fichas. Um de 60 fichas de sentenças, outro de 74 fichas, contendo os verbos, advérbios e adjetivos em porções de sentido e o outro de 98 fichas de palavras” (CASASANTA, s/ano, p.14). Conforme podemos identificar na imagem da cartilha a seguir:

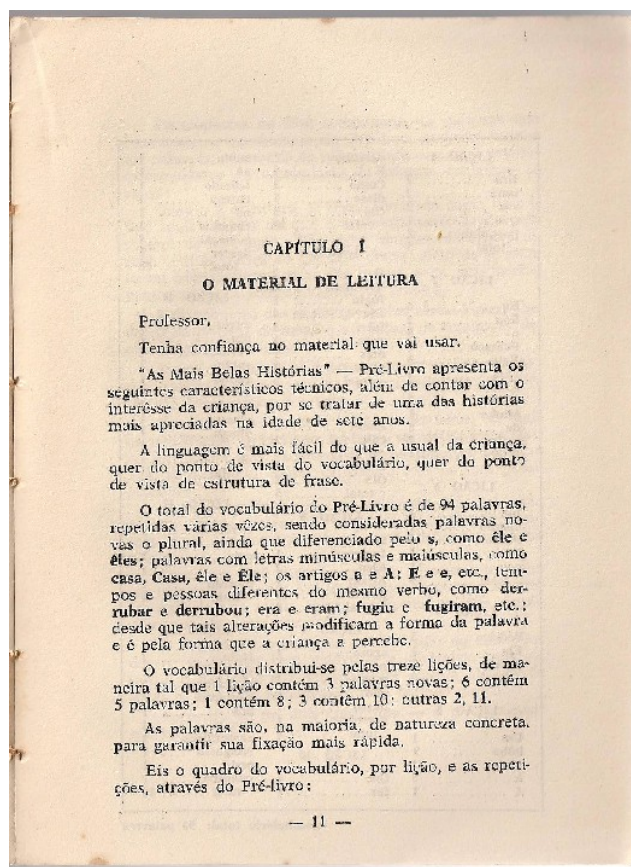


Figura 15 – Imagem retirada do I Capítulo do pré-livro As mais belas histórias Parte do Mestre.
Fonte: Biblioteca Pessoal de Michelle C. Lima.

A autora do pré-livro justifica a utilização da história dos Três Porquinhos por ser uma história conhecida e apreciada pelas crianças de sete anos e também pela sua linguagem ser mais fácil do que a linguagem usual da criança.

Nas páginas 12 e 13, a autora apresenta todo o vocabulário do pré-livro, bem por lição, sendo que este vocabulário totaliza 94 palavras. Além disso, ela informa como poderão ser utilizadas as palavras que são apresentadas nas lições, bem como as sílabas. Ela ainda explica o tempo aproximado para cada classe terminar o pré-livro. De acordo com ela as turmas delimitadas são An1, An2 e An3. Essa nomenclatura dada às turmas era para identificar o nível de aprendizagem dos alunos, sendo os “melhores” (mais adiantados) na turma An1 e depois os medianos na turma An2 e os alunos com mais dificuldades na turma An3. Dessa forma, os alunos da turma An3 demorariam, segundo a autora, aproximadamente seis a oito meses para aprender todo o conteúdo do pré-livro, parte do aluno.

LIÇÃO 1			derrobo 2	subtu 1
Era 2	E 5	ao 1	E 5	telhado 1
uma 2	Como 2	entrou 1	disse 5	na 1
vez 2	Olé 3	cháminé 2	Olé 3	começar 1
três 1	total 10	descer 1	total 5	total 10
porquinhos 2				
total 5	LIÇÃO 6			
	O 2	LIÇÃO 11		
LIÇÃO 2	derrubou 2	ouvlu 1		
Eui 6	fugiu 1	um 1		
Sou 5	Ele 4	barulho 1		
O 5	fol 3	então 2		
Palhaço 3	para 1	vamos 1		
Esta 3	mas 1	destampar 1		
casa 9	atrás 2	panelão 2		
é 3	total 8	olhou 1		
minha 3	LIÇÃO 7	olhem 1		
Minha 1	assim 2	pé 1		
de 5	casa 1	do 1		
palha 2	cal 1	total 11		
total 11	à toa 1			
	Olá 2			
LIÇÃO 3	total 5	LIÇÃO 12		
me 1	LIÇÃO 8	descendo 3		
chamo 1	zai 1	tibum 1		
Palito 4	fugiram 1	calu 1		
fitz 1	Eles 2	no 1		
pau 12	foram 1	marreu 1		
total 5	procurar 1	total 5		
	total 5			
LIÇÃO 4	LIÇÃO 9	LIÇÃO 13		
Pedrico 3	agora 1	feita 1		
Ela 2	pedra 1	os 1		
pedra 1	pura 1	dançaram 1		
total 3	não 1	cantaram 1		
	posso 1	nós 1		
LIÇÃO 5	derruba 1	somos 1		
Um 1	total 6	espertinhos 1		
bóbo 9	LIÇÃO 10	Ninguém 1		
vlu 11	Que 1	pode 1		
h 5	fêz 1	conosco 1		
A 1		total 10		

Vocabulário total: 94 palavras

Decompostas na fase competente, as palavras que constituem o vocabulário do Pré-livro, poderão formar 200 palavras, constando de substantivos concretos estritamente dentro do vocabulário da criança, conforme se verá.

Quanto à estrutura de frase, tomou-se como base o tipo mais simples do que o ordinariamente usado pela criança de sete anos. São todas simples, na ordem direta, com as partes do discurso claras, além de se manterem bem distintas umas das outras pelos seus perfis, para garantir a fixação rápida da criança.

A distribuição das sentenças, pelas várias lições, obedeceu ao critério de manter o mínimo de sentenças desejável para cada lição.

Assim, no total de 13 lições, uma contém 2 sentenças; três contêm 3 sentenças; três contêm 4; outras três contêm 5; duas contêm 6 e uma, 7.

Por aí se conclui que o Pré-Livro da Série "As mais belas histórias", é factível, podendo ser aplicado às classes An1, An2 e An3, cada uma delas realizando o trabalho num determinado tempo, de acordo com as suas possibilidades.

Seguindo as instruções de aplicação contidas aqui, a classe An1 deve terminar a aplicação do Pré-livro em dois meses, em condições de passar às lições intermediárias.

As classes An2 poderão realizar o mesmo trabalho em três meses e meio a quatro meses, enquanto as classes An3 de seis a oito meses, conforme as suas condições, que são mais complexas.

O Pré-livro e o material anexo estão apresentados dentro de normas bem modernas e eficientes, para garantir o interesse e a atividade da criança através de todas as fases de aprendizado pelo método global.

Apresenta-se em dois conjuntos — o do professor e o da criança.

— 13 —

Figura 16 – Imagem do pré-livro parte do Mestre.
Fonte: Biblioteca Pessoal de Michelle C. Lima.

Esta imagem traz todo o vocabulário e algumas informações necessárias para que o alfabetizador pudesse iniciar seu trabalho nas salas de alfabetização.

A parte dedicada ao período preparatório diz quais as habilidades os alfabetizadores devem desenvolver nos seus alunos antes de iniciar o trabalho com o pré-livro. Esse período tem como objetivo preparar a criança para aprender a ler e despertar o interesse pela leitura, além de levá-la a revelar todos os aspectos (físico, moral, intelectual e social) para facilitar a classificação e agrupamento dos mesmos.

No período preparatório, é importante que o alfabetizador treine a percepção geral da criança, através de atividades variadas. O Manual do Mestre traz algumas atividades que poderiam ser trabalhadas nessa etapa.

O terceiro capítulo dedicado ao período inicial tem como objetivo “manter vivos o desejo de ler e a atitude fundamental para com a leitura, através de todo o aprendizado” (CASASANTA, s/ano, p. 23). Nessa etapa, inicia-se o trabalho com o pré-livro a fim de desenvolver o interesse pela leitura e formar hábitos e habilidades fundamentais para o processo de ler. Nesse capítulo, Casasanta explica como o alfabetizador iniciaria seu trabalho utilizando o método Global.

Na fase do conto, capítulo IV, é a aplicação efetiva do pré-livro. Nesse capítulo,

a autora identifica todos os passos para trabalhar com o método Global. Ela diz como deve ser trabalhado o pré-livro, os cartazes, como motivar a leitura das crianças explicando como deve ser utilizado o material de apoio a cada lição e ainda apresenta algumas atividades a serem desenvolvidas.

O capítulo V, da fase da sentencição, inicia-se advertindo o alfabetizador de que para trabalhar essa etapa é necessário que a classe tenha alcançado o amadurecimento necessário para a fase de sentencição. Relata ainda que algumas crianças poderiam ter um desenvolvimento tardio e que o alfabetizador não deveria se preocupar, pois uma fase é mais demorada que outra.

Nessa etapa, são identificados todos os passos a serem seguidos pelos alfabetizadores, elencando as atividades e propostas que o alfabetizador deve fazer com sua turma. Ao trabalhar as sentenças, a fase do conto também deve continuar a ser trabalhada.

No capítulo VI, fase das porções de sentido, o alfabetizador utilizaria parte das sentenças para poder elaborar novas sentenças com outros sentidos. Segundo Mancini,

Você tinha que fazer, por exemplo, o cartaz da cartilha e depois você tinha que fazer um cartaz semelhante usando outras expressões para a criança começar a enriquecer a cartilha. Por exemplo, uma suplementar. Para você fazer um cartaz suplementar, por exemplo, “Esta é a cabrinha; Ela é uma cabrinha tão bonita”, aí você troca “Ela é uma cabritinha tão boa”, “Ela dá leite para o cabritinho”, você mudava o nome do cabritinho (2010).

Segundo as alfabetizadoras entrevistadas todas confeccionavam cartazes suplementares que utilizavam porções de sentido dos cartazes que acompanhavam o pré-livro.

Após a porção de sentido, temos a fase da palavrção e encerramos com a fase da silabação ou dos elementos fônicos que, apesar de ser considerada desnecessária, esta fase pode complementar a formação do processo de ler. Nesta fase seriam treinadas a percepção auditiva dos sons finais e iniciais, a decomposição de palavras em sílabas, o treino da percepção viso-vocal e a formação de novas palavras com elementos das lições anteriores.

Dessa forma, o pré-livro, parte do Mestre, apresenta todos os procedimentos para trabalhar com uma turma de alfabetização, identificando o melhor momento para trabalhar os cartazes e as fichas a fim desenvolver a leitura e escrita das crianças.

A cartilha Caminho Suave é a última a ser analisada, pois foi utilizada ao longo do período estudado por várias alfabetizadoras. Para esta análise utilizaremos uma edição da cartilha de 1970. Ela foi utilizada pelas alfabetizadoras: Zacarias, Bezerra e Mancini.

3.5 - CARTILHA CAMINHO SUAVE

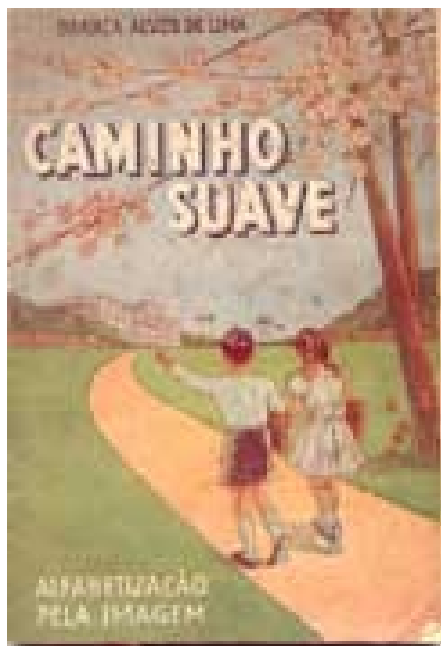


Figura 17 – Imagem da *Cartilha Caminho Suave* – 68ª edição – São Paulo, 1965.
Fonte: Imagem retirada do site http://www.crmariocovas.sp.gov.br/obj_a.php?t=cartilhas02.

A *Cartilha Caminho Suave*, publicada durante muitos anos pela editora Caminho Suave, foi considerada um *best-seller* e vendeu, desde o seu lançamento, mais de 40 milhões de exemplares. Suas primeiras publicações foram nos anos 40 e houve outras edições revistas e ampliadas até por volta de 2003.

A autora e proprietária da editora Caminho Suave, Branca Alves de Lima, afirma que a cartilha se baseia essencialmente no processo visual de alfabetização pela imagem, método Eclético. As primeiras edições possuíam as dimensões 24x15cm, eram coloridas, continham muitas imagens e 96 páginas. Além da cartilha, a *Caminho Suave* tinha o Manual do Alfabetizador, os livros de 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries e o material que, segundo a cartilha, é recurso audiovisual composto por 65 cartazes de alfabetização pela imagem (reproduzem as ilustrações da cartilha em tamanho 24x33cm, ricamente coloridos), testes de alfabetização, carimbos didáticos e slides (reproduziam os cartazes de “Alfabetização pela Imagem”).

A cartilha inicia o aprendizado pelas vogais, depois trabalha as sílabas e os textos, curtos e desconexos, aparecem a partir da segunda lição. Todas as lições são ilustradas com muitas cores, sendo que os desenhos remetem à sílaba que está sendo trabalhada na lição. Na última folha estão representadas todas as letras do alfabeto escritas em letra cursiva e de imprensa, nas versões maiúscula e minúscula. Após apresentar a vogais associadas a imagens, são apresentadas as lições da família do B de barriga e do C de cachorro, ambas trazem apenas uma frase utilizando a palavra tema da lição. Após apresentar a frase simples, são mostradas outras palavras que utilizem as combinações do B com todas as vogais, assim como do C, por exemplo, caco, coco, cuca, cuco. Já na terceira lição do D de dado, é apresentado um texto composto de três frases sem nenhum sentido explícito, mas que utiliza várias palavras com a letra D combinada com diferentes vogais.



Figura 18 – Imagem da cartilha *Caminho Suave*, de Branca de Lima, São Paulo, 1970 p.8.
Fonte: Biblioteca pessoal de Michelle Castro

Desta forma, podemos identificar a forma com que a leitura e escrita eram trabalhadas nesta cartilha. Trabalhava-se a repetição, muitas cópias e palavras sem nexo evidente apenas para trabalhar todas as sílabas da família do D (nesse exemplo). De acordo com Zacarias, quando uma criança não aprendia pelo método Global o melhor era trabalhar com a cartilha *Caminho Suave*, “você sabe que o que mais faz a criança aprender é a repetição, aprendizagem se faz por repetição, não adianta pensar que

porque já viu vai aprender; é a repetição que faz aprender” (ZACARIAS, 2010).

As atividades acompanham as lições e são, em sua maioria, cópias para completar as palavras ou escrever por cima da sílaba que está tracejada. São atividades repetitivas e não trabalham frases ou textos, mas apenas as sílabas e nas cinco primeiras lições as palavras são junções de sílabas começadas pela mesma letra, como por exemplo, dado, dada, dedo. Pode-se perceber que as atividades são repetições sem sentido evidente. A partir da sexta lição, as atividades começam a introduzir novas palavras que contenham uma sílaba trabalhada na lição em estudo, conforme podemos visualizar na imagem abaixo:



Figura 19 – Imagem da cartilha *Caminho Suave*, de Branca de Lima, São Paulo, 1970, p.14 e 15.
Fonte: Biblioteca pessoal de Michelle Castro

Apesar das lições trazerem textos, ou melhor, duas a quatro frases desconexas que usam palavras com sílabas que estão sendo estudadas, as frases só aparecem nas atividades a partir da página 6. Anteriormente a essa página todas as atividades trabalham apenas as sílabas e palavras. Nesse momento, começam a ser introduzidas perguntas que devem ser respondidas com frases e na página 71, iniciam-se as atividades como, por exemplo, “escreva orações com a palavra maçã”.

Cagliari exemplifica a cartilha *Caminho Suave*, afirmando que:

Cada lição trata apenas de uma unidade silábica. Os conteúdos das lições são organizados de forma hierárquica, do mais fácil ao mais

difícil, segundo algum critério escolhido pelo autor. No fim, apresenta-se um resumo, em que o alfabeto pode estar ou não presente. Geralmente, a cartilha acaba num texto, considerado teste final de leitura e modelo de escrita para introduzir o aluno na etapa seguinte, que é o uso de textos que o aluno deverá saber escrever e ler por conta própria (1998, p. 81).

Assim, apesar de essa cartilha ser considerada uma inovação pelo fato de ligar as palavras à imagem, apresenta textos e atividades pobres e sem conexão, representando o modelo de escrita a ser introduzido a partir dela, conforme afirmou Cagliari (1998).

Os textos dessa cartilha são frases como, por exemplo, “O cachorro bebe na cuia”. As frases são curtas e utilizam palavras que contenham a letra que está sendo trabalhada na lição. Na lição não existe explicação clara sobre as palavras e ou sílabas, apenas são apresentadas as sílabas e as atividades são cópias das palavras apresentadas na lição. Dessa forma, a cartilha não passa de um instrumento muito utilizado no período em estudo no qual a alfabetização define a escrita como mera transcrição grafo-fonética.

A obra apresenta um manual do alfabetizador para a cartilha *Caminho Suave* que elenca algumas vantagens na utilização do método Eclético. Vantagens como a capacidade de atender,

às diferenças individuais, levando em consideração, tanto o aluno mais lento, quanto aquele bem dotado. Empregando como ponto de partida vocábulos familiares à criança, de fácil articulação e conteúdo significativo, as dificuldades diminuem, inclusive nos meios em que a pobreza de linguagem e de vocabulário caminha junto com a incapacidade de exprimir o pensamento em frases mais completas (LIMA, 5ª ed. s/ ano p.4).

O manual é dividido em apresentação, justificativa didática (metodologia), roteiro para a alfabetização seguido de sete unidades. A Unidade I dá orientação para o período preparatório, apresentando todos os pontos a serem trabalhados com os alunos. Essa unidade delimita algumas etapas para preparar o aluno para ser alfabetizado. No final de cada unidade é apresentado um roteiro para o desenvolvimento das atividades em sala de aula.

O manual da cartilha *Caminho Suave* é um “caderno de planejamento”, já que ele traz em quadros os objetivos gerais, conteúdo programático e as estratégias para cada unidade e ainda diz passo a passo como o alfabetizador deveria trabalhar com a cartilha e o material de apoio em sala de aula, como podemos verificar nas imagens

retiradas do Manual do Alfabetizador²⁵ da cartilha *Caminho Suave*.

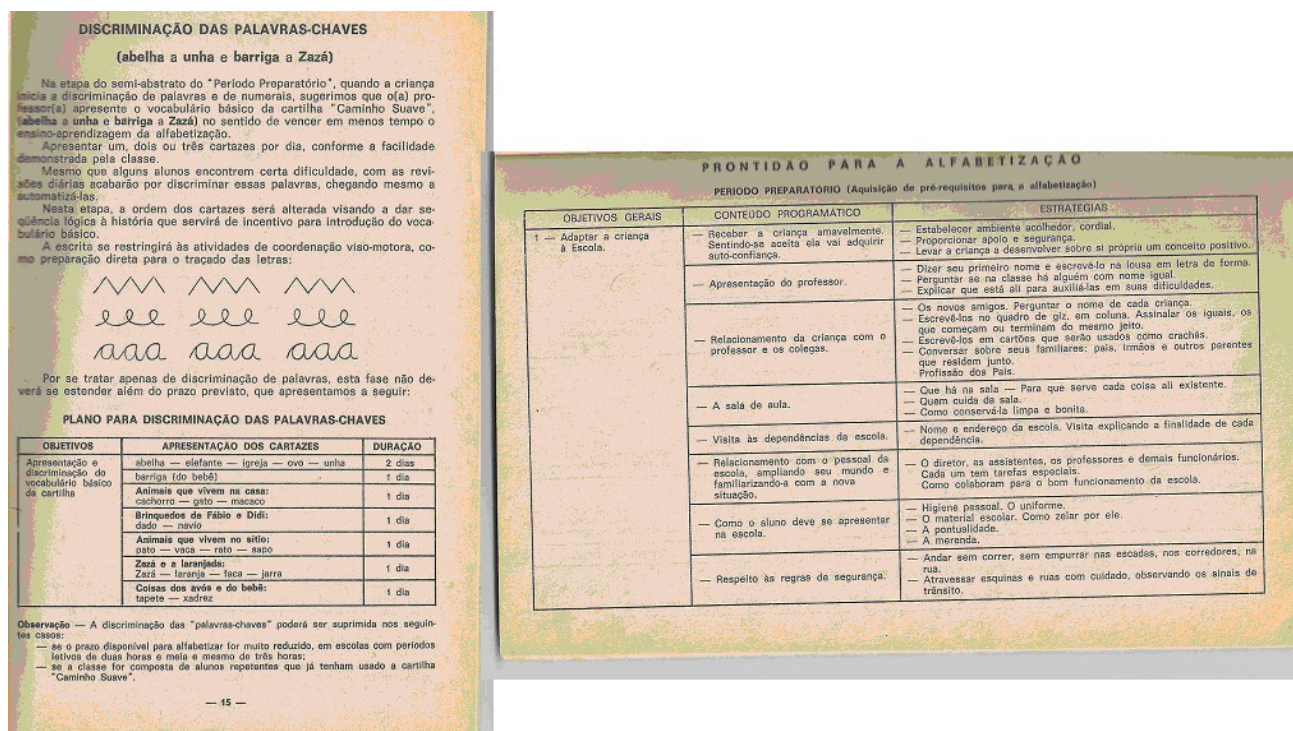


Figura 20 – Imagens retiradas do Manual do alfabetizador para a cartilha *Caminho Suave*.

Fonte: Biblioteca pessoal de Michelle Castro

O manual identifica cada lição da cartilha e como ela deve ser trabalhada e, por isso, acreditamos que o manual é um grande caderno de planejamento das aulas. Tal elemento facilitava o trabalho das alfabetizadoras e pode ter sido um dos motivos pelos quais essa cartilha foi reeditada por tantos anos e utilizada em diversos lugares do Brasil, não somente em Minas Gerais. A cartilha e seu manual não apresentam questões teóricas sobre o método, o manual apenas explana em uma página como o método Eclético pode auxiliar na aprendizagem.

Neste capítulo elucidamos as cartilhas e os métodos utilizados pelas alfabetizadoras no Grupo Escolar Bom Jesus, no período de 1955 a 1971. Esta análise facilitará a compreensão das práticas das alfabetizadoras e do Programa de Ensino Primário Elementar de Minas Gerais. Assim, no próximo capítulo, comentaremos sobre as alfabetizadoras, suas práticas e a relação destas práticas com o Programa de Ensino de Minas Gerais.

²⁵ LIMA, Branca Alves de. Manual do Alfabetizador para a cartilha *Caminho Suave*. 5ª ed. São Paulo: Editora Caminho Suave, s/ano. Este exemplar faz parte da minha biblioteca pessoal.

CAPÍTULO IV

GRUPO ESCOLAR
BOM JESUS

CAPÍTULO IV

ALFABETIZADORAS: MODOS DE APRENDER E ENSINAR



Figura 21 – Foto das alfabetizadoras que atuaram no Grupo Escolar Bom Jesus. A segunda alfabetizadora da esquerda para a direita é a alfabetizadora Pafume e a segunda da direita para a esquerda é a alfabetizadora Mancini.

Fonte: Arquivo da Escola Estadual Bom Jesus.

Para a realização desta pesquisa utilizamos como metodologia a história oral. Cinco alfabetizadoras que atuaram no Grupo Escolar Bom Jesus, dentro do período de 1955 a 1971, foram entrevistadas. A foto acima é de algumas alfabetizadoras que atuaram no Grupo Escolar Bom Jesus, sendo que duas delas foram entrevistadas. Neste capítulo vamos versar sobre as alfabetizadoras, suas práticas, seus saberes das mesmas e o Programa (Ensino Primário Elementar)²⁶, dotado na escola.

²⁶ Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais. **Programa (Ensino Primário Elementar)**. 3ªed. Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1961. Este livro era distribuído para todas as escolas mantidas pelo Estado de Minas Gerais.

4.1 - MODOS DE SABER E FAZER DAS ALFABETIZADORAS

O saber está interligado à prática cotidiana e às instituições de formação na trajetória de vida de cada alfabetizador em atuação e a memória se faz pelas lembranças e pelo esquecimento. Assim, a formação docente começa bem antes do ingresso em um curso de Pedagogia. As representações sobre o papel da Educação e do alfabetizador vão se construindo na trajetória escolar e em outros espaços sociais de convivência, por isso, é de suma importância identificar o que essas alfabetizadoras fazem hoje pois,

[...] a memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo 'atual' das representações. Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, 'desloca estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora (BOSSI, 1994, p. 46-7).

Sendo assim, os locais de formação das alfabetizadoras são parte integrante da construção social da concepção de alfabetização da criança. Desde o nascimento, elas estão, através das relações sociais, elaborando suas concepções e se formando como alfabetizadoras. E, através das entrevistas, conseguimos identificar a influência do método Global na formação delas.

Quatro alfabetizadoras entrevistadas fizeram o Curso Normal no Colégio Nossa Senhora das Lágrimas, localizado em Uberlândia, próximo ao Grupo Escolar Bom Jesus. Apenas Mancini realizou o Curso Normal no Colégio Imaculada Conceição, em Tupaciguara. Iremos analisar o período em que elas foram alfabetizadas e a realização do Curso Normal, já que todas fizeram cursos superiores após 1971. E discorrer sobre os percursos das entrevistas realizadas.

4.2 - OS PERCURSOS DAS ENTREVISTAS

Ao ser definido o tema e o período deste estudo, foi identificado que a metodologia mais adequada para realizar uma pesquisa deste cunho é a história oral. Sendo assim, para utilizar essa metodologia, buscou-se o relato das alfabetizadoras que atuaram no período de 1955 a 1971.

Para isso, o primeiro passo foi buscar nos jornais da época nomes de alfabetizadores nomeados para atuarem nos Grupos Escolares e na Escola Estadual Bom

Jesus, resquícios das salas de alfabetização que funcionaram no então Grupo Escolar Bom Jesus.

Infelizmente, na atual Escola Bom Jesus, não foram encontrados documentos sobre o período de estudo. A informação recebida foi a de que os diários que eram guardados molharam durante um forte temporal e por isso a escola precisou jogá-los fora. O diário de classe mais antigo que encontramos na escola foi de 1979.

A atual diretora da escola, juntamente com a secretária escolar, forneceram um arquivo de fotos juntamente com o regimento escolar que apresenta um histórico da formação do Grupo Escolar Bom Jesus e ainda informaram o nome e telefone de uma alfabetizadora que atuou na escola desde a sua inauguração e que havia se aposentado há pouco tempo. A senhora Pafume, foi assim identificada e bastava para tal encontrá-la.

Pesquisamos os jornais da região que circularam na época que interessa a este estudo, encontramos uma listagem de alfabetizadores que foram nomeados para o Grupo Escolar Dr. Duarte Pimentel de Ulhôa. Dentre eles está o da alfabetizadora Pafume, a mesma sobre quem a diretora da Escola Bom Jesus tinha informado. Nessa listagem não foi encontrado o nome de mais nenhuma alfabetizadora que atuou no período de 1955 a 1971, no Grupo Escolar Bom Jesus.

Neste momento, os percalços da pesquisa se delimitaram. “Como vamos encontrar alfabetizadoras que atuaram neste grupo escolar neste período específico?”. Para responder este questionamento foi muito importante a minha experiência como aluna de iniciação científica, pois este fato também ocorreu durante a pesquisa do meu projeto de PIBIC²⁷. Assim, já sabia que precisaria buscar os indícios, questionar a única fonte oral que já havia encontrado sobre as outras alfabetizadoras que atuaram no grupo escolar.

Dessa forma, liguei para a residência da alfabetizadora Pafume a fim de marcar uma entrevista com o objetivo de tentar descobrir outras alfabetizadoras que atuaram no Grupo Escolar Bom Jesus. O primeiro contato com ela foi desanimador. Ela confirmou ter trabalhado no colégio Bom Jesus, mas que não se lembrava de outras alfabetizadoras que atuaram com ela.

Já o nosso segundo contato aconteceu numa tarde de novembro na casa dela, de acordo com a sua decisão. A entrevista transcorreu de forma muito tranquila, com apenas duas interrupções.

²⁷ Projeto identificado na introdução desta dissertação.

Conversamos por volta de três horas seguidas. Na primeira hora e meia, conversamos informalmente, sem ligar o gravador e depois, já com ele ligado, realizei algumas perguntas temáticas a fim de compreender como se processou o trabalho de alfabetização no Grupo Escolar Bom Jesus. A gravação durou aproximadamente 1h30.

Ao final da entrevista, a alfabetizadora Pafume informou o nome de três alfabetizadoras que trabalharam no grupo escolar e indicou onde eu poderia encontrá-las. Duas delas atuaram no Bom Jesus a partir de 1979, período posterior ao da minha pesquisa. Por isso não utilizei as entrevistas com elas. Uma delas foi alfabetizada no próprio Grupo Escolar Bom Jesus. A terceira indicação da senhora Pafume foi a alfabetizadora Aguiar, que atualmente é dona de um grande colégio da rede particular da cidade de Uberlândia, o que facilitou encontrá-la.

Procurei a alfabetizadora Aguiar em seu colégio e, depois de quatro ligações telefônicas para o colégio, consegui falar com ela e marcamos um encontro para uma tarde de fevereiro de 2010. A entrevista foi realizada, de acordo com a disponibilidade da entrevistada, em sua sala em uma das unidades de sua escola. A entrevista transcorreu de forma tranquila, sem interrupções. Aguiar ficou emocionada durante a entrevista. E, no final da entrevista, deu-me o telefone da irmã de mais uma alfabetizadora que trabalhou no Bom Jesus, no mesmo período que ela.

Quando conversava com a alfabetizadora aposentada, Pafume, recebi da filha dela o nome de uma profissional que foi a sua alfabetizadora. Procurei-a e tive informações de que a mesma está morando fora do país. Além disso, a alfabetizadora Bezerra, outra com a qual conversei, informou o nome de uma alfabetizadora que atuou no período da pesquisa, mas que havia falecido no final do ano de 2009.

Encontrar os depoimentos de quem vivenciou o período desta pesquisa foi um trabalho árduo, todavia, a partir dos indícios, encontrei as alfabetizadoras que atuaram nas salas de alfabetização do grupo escolar. Apesar de ser um período relativamente recente, não consegui encontrar todas as alfabetizadoras. Algumas delas já faleceram e outras se mudaram de Uberlândia, não deixando contatos na cidade. Porém, já no final da pesquisa, encontrei mais duas. Assim realizei as entrevistas com cinco professoras que atuaram nas salas de alfabetização do Grupo Escolar Bom Jesus, no período de 1955 a 1971. Iremos, acima de tudo, identificar quem foram elas e quais as suas práticas durante o período como alfabetizadoras.

4.3 - QUEM SÃO AS ALFABETIZADORAS

As alfabetizadoras Pafume (2009), Aguiar (2010), Bezerra (2010), Zacarias (2010) e Mancini (2010), revelaram, através de seus depoimentos, aspectos interessantes referentes à maneira que pensavam, sentiam e agiam como alfabetizadoras. As quatro primeiras fizeram o Curso Normal no Colégio Nossa Senhora das Lágrimas, sendo que apenas uma delas continua atuando efetivamente na Educação. As outras já se aposentaram.

4.4 – PAFUME

Pafume foi a primeira alfabetizadora entrevistada. Antes de nos encontrarmos conversamos várias vezes por telefone, pois ela estava fazendo um tratamento e só poderia me atender pessoalmente quando o terminasse.

Nossa entrevista foi realizada em uma tarde de novembro de 2009 e aconteceu em sua residência. Foi um encontro muito proveitoso, com horas de conversa que nos revelaram diversos aspectos da educação primária naquele período e o nome de outras alfabetizadoras que aturam no Grupo Escolar Bom Jesus.

Nascida em 05 de janeiro de 1931, a alfabetizadora Pafume é viúva, tem três filhos, é aposentada e mora com uma de suas filhas e sua neta. Ela sempre trabalhou na área da Educação e passou a maior parte do tempo trabalhando em escolas estaduais como alfabetizadora, mas trabalhou também como vice-diretora e até como diretora. Além disso, atuou em escolas particulares, sempre trabalhando o dia todo com aulas no Ensino Fundamental. E, após a aposentadoria, Pafume ainda dá aulas particulares para algumas crianças. Ela afirma que ministra aulas particulares não pelo dinheiro, pois são insignificantes os pagamentos por este serviço, mas sim por não conseguir ficar sem dar aulas.

Mesmo com as limitações de uma idade avançada, Pafume ainda é muito dinâmica e não conseguiu ficar ociosa. Está sempre em busca de novos conhecimentos para trabalhar em suas aulas particulares. Duas de suas filhas são professoras, o que facilita a constante atualização profissional dela. Ela nos relata como foi sua formação, a começar pela alfabetização, realizada no colégio Brasil Central – escola que atendia o ensino primário e secundário da cidade de Uberlândia. Ela ainda se lembra, com riqueza

de detalhes, como era a sua alfabetizadora, o seu nome e como eram as lições de sua cartilha e também como eram as avaliações na época.

Quando lhe pergunto sobre sua formação como alfabetizadora ela diz que queria ser médica, mas na época ainda não havia o curso de Medicina na cidade e como seu pai era muito tradicional, não deixou que ela fosse estudar fora, afirmando que “moças de família não estudavam sozinhas em outra cidade” (PAFUME, 2010). Por isso decidiu fazer o Normal.

Foi porque eu já estava nesse ramo, mas meu sonho era ser médica e este foi buraco abaixo. Meu pai era muito rígido e naquele período era muito difícil uma mulher estudar fora. E como só tinha medicina no Rio de Janeiro ou São Paulo, meu pai não me deixou ir estudar (PAFUME, 2010).

A alfabetizadora fez o curso Normal no Colégio Nossa Senhora das Lágrimas e depois de vários anos atuando na área decidiu cursar Pedagogia. Ela nos fala com muito apreço do período em que estudou no colégio Nossa Senhora das Lágrimas, relembrando, com um tom saudosista, do período de formação daquele colégio. Além disso, afirmou que gostou muito do curso Normal e se sente realizada na profissão que exerce e completou dizendo que nunca vai permanecer estagnada.

Após concluir o Normal, a senhora Pafume não foi trabalhar imediatamente porque seu pai não queria que ela trabalhasse. Porém, o prefeito da época, que era amigo de seu pai, pediu que ele a liberasse para dar aulas em uma escola do município. O pai somente permitiu porque o prefeito se responsabilizou por ela. Foi aí que ela começou, dando aulas em uma das salas isoladas do município que ficavam no centro da cidade, perto do local onde foi construído o Grupo Escolar Bom Jesus, pelo governo do Estado. Com a construção e instalação do grupo, ela foi acampada pelo governo, passando a ser alfabetizadora efetiva do Estado de Minas Gerais. Como falamos no primeiro capítulo, a princípio o Grupo Escolar Bom Jesus funcionou em cinco locais diferentes, em salas isoladas do município. Em uma dessas salas trabalhava a alfabetizadora Pafume.

Ela iniciou sua prática com uma turma de alunos da quarta série e lembra que ficou assustada quando a diretora disse que ela ficaria com esta turma.

Levei um susto quando soube que começaria o meu trabalho pela quarta série, porque achei que tinha que começar pela primeira, mas me colocaram direto na quarta série e confesso que cheguei a pensar que não daria conta. É que eu sempre fui assim, pouco atrevida, mas como eu tinha estudado para isso eu falava comigo mesma que vou

dar conta. E não foi tão difícil assim. Tinha o programa de ensino e eu só precisei segui-lo à risca. Mas como alfabetizadora foi no Bom Jesus mesmo (PAFUME, 2010).

Durante trinta anos, a alfabetizadora Pafume trabalhou com Educação, dos quais dez foram como alfabetizadora em salas da primeira série do Ensino Fundamental. Ainda segundo a senhora Pafume, suas aulas de primeira série exigiam muito tempo para preparação e, no início do ano, os alunos ainda não sabiam pegar no lápis exigindo um trabalho especial para o desenvolvimento da coordenação fina e grossa, para somente depois dar prosseguimento ao ensino da leitura e escrita. Ela afirmou que a cartilha não é importante e que utilizava a mesma como material de apoio aos alunos, um material que eles utilizariam em casa para compreender melhor o que estudavam em sala de aula. Devido ao fato de não gostar e nem utilizar de forma intensa a cartilha, a alfabetizadora não lembra o nome das cartilhas utilizadas no período que trabalhou como alfabetizadora. Mas garante que era o método Global e disse que só trabalhava com o Silábico quando o aluno não conseguia aprender pelo Global.

Eu trabalhei com o método Global, mas não me lembro do nome da cartilha dele. Eu sempre utilizei o método alfabético porque ele é o contrário do Global, que começa do texto, depois passa para descobrir as frases, depois para as palavras, depois para as sílabas e finalmente o alfabeto. Eu trabalhei com esse método durante quatro anos, mas os alunos têm que ser excelentes, porque se for um aluno que tem dificuldade, como troca de letras, por exemplo, não dá resultado. O melhor caminho mesmo é o método silábico para essas crianças, porque ela tem que sentir como se pronuncia aquela sílaba, como se abre a boca, entre outras coisas. Isso ajuda muito. Já trabalhei com crianças com essas dificuldades, já trabalhei com crianças maravilhosas, mas também com classes difíceis, muito difíceis (PAFUME, 2010).

Segundo a senhora Pafume, a diretora do grupo escolar era muito rígida e empenhada no que fazia, tanto que doou toda sua vida à escola. Não casou e nem teve filhos, por isso havia muita disciplina e ordem na escola. Além disso, a higiene e a limpeza eram prezadas com afinco por ela, pela diretora e todas as alfabetizadoras que atuaram no grupo escolar. Pafume afirma que por várias vezes teve que costurar uniformes e dar banho em crianças, geralmente mais pobres, que chegavam sujas na escola.

Eram os meninos mais pobres que vinham mais sujos. Nós cuidávamos muito deles e sofriamos para limpar a cabeça desses meninos, porque havia muito piolho naquela época. Uma vez que chegaram umas crianças na escola com tanto piolho que eu, a servente e o médico, Dr. Jair, tivemos fazer um tratamento para acabar com os

piolhos, porque as crianças não tinham a menor condição de estudar da forma como estavam. O Dr. Jair ia à escola uma vez por semana. Ele cuidava dos alunos mais pobres e ainda dava remédios. Às vezes nós, alfabetizadoras, também comprávamos os remédios para dar para as crianças, porque havia algumas realmente muito pobres (PAFUME, 2010).

Ela atuou como alfabetizadora, professora de 4ª série, auxiliar da diretora no Bom Jesus e como diretora na escola 13 de Maio. Pafume teve uma vida dedicada à Educação. Dessa forma, mesmo aposentada, a alfabetizadora continua dedicando parte de seu tempo à Educação. A próxima alfabetizadora entrevistada, Aguiar, atuou no Grupo Escolar nos anos de 1964 a 1967.

4.5 - AGUIAR

Nascida em 18 de setembro de 1946, atualmente a alfabetizadora Aguiar é proprietária de uma escola particular em Uberlândia. Ela foi alfabetizadora no Grupo Escolar Bom Jesus e a encontramos por informação da senhora Pafume. Nosso primeiro contato com essa alfabetizadora foi por telefone, onde marcamos um dia para realizarmos a entrevista. A entrevista foi marcada para duas semanas após o primeiro contato. Esse encontro foi muito proveitoso, pois ela nos relatou com detalhes a utilização das cartilhas no processo ensino-aprendizagem da leitura e da escrita. Aguiar atuou no Grupo Escolar Bom Jesus logo após terminar o Curso Normal e se lembrou de uma alfabetizadora que trabalhou com ela no mesmo período. Após a transcrição da nossa conversa, entrei em contato com ela para pegar a autorização da entrevista. Porém, devido ao seu engajamento com a Educação, a alfabetizadora Aguiar pediu para corrigir a ortografia de algumas falas de sua entrevista em virtude da oralidade. Essa correção não mudou significativamente o que ela havia falado, apenas retirou alguns vícios de linguagem, assim como algumas interrupções bruscas em alguns assuntos.

Além disso, no meu retorno à entrevistada levei o livro *Programas de Ensino Primário Elementar*, já que o material havia sido lembrado por todas as alfabetizadoras entrevistadas. Ao ver o livro, a alfabetizadora Aguiar ficou emocionada e disse que era exatamente este que o governo de Minas enviava para as escolas. O livro servia de direcionamento para as aulas. A obra ficava na direção e a diretora ia passando as partes dele para as alfabetizadoras à medida que o ano letivo ia se desenvolvendo. Diferente de

Zacarias e Pafume, foi a própria Aguiar quem escolheu fazer o curso de Magistério, já que tinha em sua tia um modelo a ser seguido.

Desde pequenina meu sonho era ser alfabetizadora. Minha tia, Lourdes Carvalho, era diretora do então Grupo Escolar Bueno Brandão. Eu me encantava ao vê-la envolvida com a Escola, provas, planejamentos, alfabetizadoras, alunos e com a forma firme e delicada com que se relacionava com todos. Depois de adulta percebi que essa presença ativa e participativa de minha tia, fez com que eu decidisse ser alfabetizadora. Então decidi fazer o Curso Normal. (AGUIAR, 2010).

Aguiar trabalhou grande parte da sua vida profissional em salas de alfabetização e, quando saiu da sala de aula, foi ser diretora da sua própria escola, atendendo a Educação Infantil e, atualmente, o seu trabalho se estende até ao Ensino Médio, em três prédios. Ela trabalha principalmente no prédio que atende a Educação Infantil e o Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série.

Ela demonstrou, em sua entrevista, que está muito atenta às questões educacionais, gosta muito da sala de aula e tem um pesar muito grande por não poder continuar atuando nas salas de alfabetização. Aguiar diz que participa de cursos de aperfeiçoamento e sempre incentiva suas funcionárias a participarem também.

Segundo ela, trabalhar com crianças e ser alfabetizadora é muito bom e mesmo fora da sala de aula, cria oportunidades para participar de algumas aulas da alfabetização. Ela afirma que é realizada profissionalmente. Para ela, ser alfabetizadora é:

Tudo de bom que você possa pensar. Sou uma pessoa realizada profissional e pessoalmente. Costumo dizer que trabalhar com as crianças não nos deixa envelhecer, pois a presença delas mantém jovem o nosso espírito. Tenho certeza de que quem trabalhou com escola nunca esquece os momentos que viveram. Para mim, ser alfabetizadora é acreditar no mundo, nas pessoas e no futuro. Não se adquire vocação para ser alfabetizadora. Pode-se aprender, mas o dom está no sangue (AGUIAR, 2010).

Diante da fala da alfabetizadora percebemos o quanto a mesma está ligada à Educação. Ela começou a trabalhar antes de terminar o Curso Normal no Colégio Nossa Senhora das Lágrimas e depois de algum tempo resolveu fazer o curso de Pedagogia na então ABRACEC.

Ainda de acordo com a alfabetizadora, seu primeiro contato em sala de aula foi durante o Curso Normal, substituindo uma alfabetizadora no Grupo Escolar Bom Jesus

e, como a diretora D. Nilza gostou do seu trabalho, ela foi chamada para trabalhar em uma sala de alfabetização assim que surgiu uma vaga. Esse trabalho durou quatro anos.

É importante relatarmos a influência do período de alfabetização na sua prática de alfabetizadora. Esses dois momentos da vida de uma alfabetizadora estão intimamente ligados. Na entrevista, a alfabetizadora Aguiar misturou as histórias de sua alfabetização com as histórias de sua vida como alfabetizadora por diversas vezes. No primeiro momento, ela informou que havia trabalhado com o *Livro de Lili*, mas posteriormente, no meu retorno para entregar o termo de cessão, a alfabetizadora me informou que havia se confundido. *Lili* foi a cartilha com que ela foi alfabetizada, mas os livros que utilizou como alfabetizadora foram *Sodré* e *Os Três Porquinhos*, instituídos pelo órgão responsável pela Educação no Estado de Minas Gerais.

Recordo que nas minhas primeiras turmas utilizamos a cartilha Sodré, trabalhando o método Eclético. Depois, sob acompanhamento da então Delegacia de Ensino de Minas Gerais, trabalhamos com o método Global, usando a Cartilha Os Três Porquinhos (AGUIAR, 2010).

Assim, identificamos na fala de Pafume e Aguiar a utilização da cartilha *Lili* e das outras alfabetizadoras a cartilha *Os Três Porquinhos*. Todas as entrevistadas relataram ter trabalhado com uma cartilha do método Eclético, sendo que algumas utilizaram a cartilha *Sodré* e outras a *Caminho Suave*.

As declarações da alfabetizadora Aguiar nos remete à importância dada à alfabetização e à necessidade da elevada exigência escolar a fim de alcançar os objetivos dessa fase. Além de ter muito carinho pelos alfabetizandos era preciso energia para trabalhar com as turmas, já que a alfabetizadora precisava elaborar alguns materiais em seu domicílio para trabalhar em sala de aula. Dessa forma, iremos identificar a alfabetizadora Zacarias que foi indicada pela alfabetizadora Aguiar.

4.6 - ZACARIAS

Tomei conhecimento e localizei a alfabetizadora Zacarias através da alfabetizadora Aguiar, que me deu as informações de como localizá-la, mas só consegui falar com ela depois de várias tentativas por telefone sendo muito difícil conseguir marcar um horário para que ela pudesse me atender. Porém, após algumas tentativas conseguimos um dia propício para a entrevista.

Zacarias nasceu em 29 de maio de 1937, é aposentada, viúva, tem três filhas e um neto. Uma de suas filhas ainda mora com ela. Porém, ela fica muito tempo na casa de sua mãe, que também é viúva e mora sozinha. E, por estar sempre ajudando sua mãe com problemas de saúde sua disponibilidade foi ainda mais reduzida.

A inserção da alfabetizadora, no mundo letrado, deu-se na fazenda em que morava ainda criança, com cinco anos, quando foi alfabetizada por sua mãe em casa. Ela nos relata o quanto sua alfabetização foi precoce. Segundo Zacarias, sua mãe foi alfabetizar sua irmã mais velha e, durante as aulas, ela sempre ficava próxima observando os ensinamentos de sua mãe. Dessa forma, quando perceberam, ela estava lendo e escrevendo, antes da primogênita.

E quando a mamãe ensinava para minha irmã mais velha eu ficava assim, atrás das duas, para ver. E foi assim que aprendi a ler, sem ninguém me ensinar e quando eles descobriram eu estava lendo primeiro que ela. A mamãe conta esta história para todo mundo. Minha irmã não estava dando conta de ler uma lição e eu li na frente dela e quando elas deixavam o caderno eu corria lá e lia a lição toda. No final do quintal de casa havia areia, eu ia lá e escrevia o nome de todo mundo com folhinhas de laranja. Assim, sem ter caderno ou livro, eu aprendi a ler com cinco anos sem ninguém me ensinar, sem ter tido alfabetizador para mim. Minha mãe é que contava isso para todo mundo (ZACARIAS, 2010).

Como foi alfabetizada pela sua mãe em sua própria residência, na fazenda, ela não relata muito sobre a escola, pois sua maior lembrança é o período em que sua mãe ensinava sua irmã. Porém, ela fala com muita vivacidade do período em que fez o Curso Normal no Colégio Nossa Senhora das Lágrimas. Apesar de não ter sido sua a escolha de fazer o curso, ela conta que gostava muito do ambiente escolar, pois “gostava muito de conviver com as freiras e da disciplina do colégio...” (ZACARIAS, 2010).

Como não queria fazer o Curso Normal, ela começou a estudar no Colégio Estadual de Uberlândia, hoje conhecido como Museu, a fim de se dedicar a outras áreas. E afirmou: “eu comecei fazer o clássico, no Museu. Eu tinha vontade de fazer outras coisas, ir para o lado da música, das artes, mas a obediência... eu obedeci meu pai” (ZACARIAS, 2010).

Contudo, ela acabou fazendo o Curso Normal no Colégio Nossa Senhora das Lágrimas e ainda durante o curso, quando apareceu a primeira oportunidade de ir para sala de aula, foi sem hesitar.

Eu estava no segundo ano de Magistério, teve a substituição de uma

alfabetizadora que saiu para ganhar neném no final do mês, aí a diretora mandou pedir no Colégio Nossa Senhora porque ele ficava quase a um quarteirão da escola. A diretora perguntou quem queria alfabetizar? (Os alunos eram bem pobres) Eu fui substituir por estes três meses (ZACARIAS, 2010).

A sua primeira experiência em uma sala de alfabetização ocorreu por 03 meses no Grupo Escolar Bom Jesus, quando ainda cursava o Normal. Mais tarde, já concursada, atuou neste grupo até 1980, sendo dois anos (1967 e 1968) como alfabetizadora e o restante em salas da quarta série.

De acordo com Zacarias (2010), era realizado um plano de aula diariamente, que sempre trazia um espaço reservado para o replanejamento a fim ministrar o restante da disciplina ou o conteúdo de não compreensão dos alunos. Esse planejamento era feito de acordo com o Plano de Ensino²⁸. Segundo ela, “planejava de acordo com o plano de ensino, com os objetivos, as ações realizadas, as que ficavam pendentes na outra semana, já que de um modo geral nós fazíamos planos para um dia” Zacarias (2010).

Pudemos inferir a partir da entrevista que a alfabetizadora atuou em salas de alfabetização por dois anos, enquanto fazia o Curso Normal e por mais dois anos após ter sido nomeada para o cargo de alfabetizadora no Grupo Escolar Bom Jesus. Nesse período que atuou como alfabetizadora, sempre utilizou cartilhas para auxiliar no desenvolvimento da aula.

Segundo sua narrativa, ela utilizou, principalmente, cartilhas do método Global como *Lili*, *Os Três Porquinhos* e o *Barquinho Amarelo* e todas possuíam o manual do alfabetizador. Porém, o manual ficava na direção da escola e as alfabetizadoras deveriam utilizar o Plano de Ensino dado pelo Estado. Mas, além do manual, as cartilhas vinham com o material de apoio, cartazes e as fichas, material que também ficava na direção da escola e a alfabetizadora o solicitava sempre que necessário.

Apesar de o material de apoio acompanhar as cartilhas, a senhora Zacarias disse que sempre era necessário fazer algumas fichas para treinar as palavras ou até ir ao quadro negro que na verdade era pouco utilizado. Os alunos copiavam de fato dos cartazes.

Zacarias (2010) descobriu na alfabetização uma arte, área que sempre apreciou, já que para ela a “alfabetização é uma arte mais que qualquer outra” e ver uma criança lendo e escrevendo era um momento de muita alegria e emoção. No próximo item,

²⁸ O Plano de Ensino era distribuído pelo governo Mineiro e deveria servir de parâmetros para o alfabetizador que atuava no ensino primário em Minas Gerais. Este plano de ensino tem o nome de Programas (Ensino Elementar Primário).

iremos abordar a entrevista da alfabetizadora Bezerra, que atuou no Grupo Escolar Bom Jesus de 1970 a 2000.

4.7 - BEZERRA

Esta entrevista aconteceu no final de outubro de 2010, quando já não havia mais esperanças de encontrar outra alfabetizadora que também tivesse atuado no Grupo Escolar Bom Jesus entre 1955 a 1971. Foi através da alfabetizadora Pafume (2010) que encontramos a alfabetizadora Bezerra, que atuou no Bom Jesus no período de 1970 a 1995.

Bezerra nasceu em Várzea Grande, Mato Grosso, em 22 de maio de 1939. É divorciada, tem um casal de filhos e mora sozinha no fundo da casa da sua filha. Ela atuou toda sua vida profissional em salas de alfabetização, na primeira série. Kursou o Curso Normal no Colégio Nossa Senhora das Lágrimas e o de Pedagogia e especialização em Língua Portuguesa em Barretos (SP), mas não se lembra do nome dos lugares onde estudou. Apenas a cidade.

Sua alfabetização se deu de maneira informal quando tinha por volta de cinco a seis anos. De acordo com a alfabetizadora, seus pais eram comerciantes e como ela passava a maior parte do tempo ao lado deles no comércio, seu pai, que era uma pessoa muito culta, resolveu comprar cadernos de caligrafia e ensiná-la a ler e escrever.

Meu pai era uma pessoa muito culta, quando ele viu que eu tinha idade uns 5, 6 anos ele começou a comprar caderno de caligrafia, já para mim desenvolver a coordenação motora e já nesse período de coordenação eu já fui introduzindo as letras, porque naquela época o caderninho trazia o alfabeto, então através daquele movimento agente já ia memorizando então quando vi eu já estava lendo (BEZERRA, 2010).

Ao falarmos dessa etapa da sua vida, Bezerra lembra que após aprender as primeiras letras frequentou a escola Adventista em Várzea Grande e abordou com muita vivacidade sobre a cartilha com que foi alfabetizada, a cartilha *Sodré*. Ela iniciava com o estudo das letras até as palavras e, segundo a entrevistada, durante esse período as avaliações escolares eram feitas através de provas. Bezerra lembra com muita alegria sua primeira aula como aluna do Curso Normal quando utilizou a cartilha *Sodré*, o que facilitou seu desempenho.

E, por coincidência, durante o Curso Normal a minha primeira experiência foi na aula prática, porque a gente tinha aula prática e teórica, a gente tinha, a partir do 2º ano do Normal, porque naquela época o Normal era dois anos, tivemos aula prática e teórica. Na prática, a gente ia para um colégio onde tinha classe de alfabetização. Ia a turma toda, todas as alunas a alfabetizadora e a aluna que ia dar aula naquele horário de 50min, e dentre elas eu fui a primeira e por coincidência eu usei a cartilha Sodré com que eu tinha sido alfabetizada (BEZERRA, 2010).

De acordo com a alfabetizadora, fazer o Curso Normal foi sua opção e nunca se arrependeu. Por isso, quando teve a oportunidade de voltar a estudar, fez Pedagogia. Para ela, ser alfabetizadora “é maravilhoso” pelo fato de que frequentemente encontra alguém alfabetizado por ela lhe agradecendo pelo período em que ela foi sua alfabetizadora. Além disso, Bezerra fala com muito orgulho dos alunos que passaram pela sua sala de aula e hoje são juizes, jornalistas, médicos e outros mais recentes que acabaram de entrar na Universidade Federal.

O fato de ter sido formadora de cidadãos a deixa comovida e muito orgulhosa do trabalho que realizou, principalmente, quando é reconhecida na rua e recebe os agradecimentos desses antigos alunos.

Quando falamos sobre o período trabalhado no Bom Jesus, ela diz ter sempre planejado suas aulas e que no início do ano recebia um plano do ano inteiro e, a partir deste plano, fazia seu planejamento diário. Segundo Bezerra, era necessário ter um planejamento como um roteiro a ser seguido, mas que este poderia ser modificado a qualquer momento. Ele não poderia ser fixo e rígido.

Eu fazia o planejamento diário, mas eu não seguia de acordo com qualquer entrada eu parava e eu mudava todo o roteiro. Então você olhava meu plano de aula e estava assim aula tal continuação, porque eu acho que um alfabetizador não pode ser preso a um plano de aula. Surgiu uma dúvida você põe o aluno para conversar com você, você dá uma atividade você vai lá à família e faz uma investigação (BEZERRA, 2010).

Além disso, ela afirma ter utilizado cartilhas na sala de aula, compradas pelos próprios alunos, porque naquela época não existia programa de distribuição do livro didático. Dessa forma, os alunos mais carentes e que não tinham condição de adquiri-lo ganhavam a cartilha da direção ou de alunos que já passaram para o próximo ano.

A cartilha utilizada no período de 1970 e 1971 era a *Caminho Suave*. A entrevistada fala sobre a utilização de uma cartilha do método Global, a *Barquinho Amarelo*. Mas esta já foi utilizada no final da década de 70 e por isso não vou trabalhá-

la nesta pesquisa.

A cartilha *Caminho Suave* vinha com o manual do alfabetizador, mas segundo Bezerra, esse material era confuso e fora da realidade da criança. “Havia manuais, mas eram muito confusos e não batiam com a realidade dos nossos alunos, exigindo que fizéssemos uma adaptação” (BEZERRA, 2010). Segundo ela, o método da cartilha era o Analítico.

É importante lembrarmos que a alfabetizadora, durante toda a entrevista, equivocava-se a respeito dos nomes dos métodos porque a cartilha *Sodré* é do método Sintético e a *Caminho Suave* é do método Eclético. No final da entrevista a alfabetizadora percebeu a confusão e explicou que estava trocando os nomes dos métodos: Analítico e Sintético.

Um fato relevante, mencionado pela senhora Bezerra, é a presença da alfabetizadora Nilza na direção do Bom Jesus. De acordo com a entrevistada, D. Nilza continuou na direção da escola por muito tempo. Assim, pudemos inferir que a mesma atuou como diretora do Grupo Escolar Bom Jesus desde a inauguração até o final da década de 80. Ela também afirma que D. Nilza era muito enérgica e ótima diretora.

Era tradicional, naquela época, isso eu estou dizendo no começo, era a diretora que ditava as normas. Só tinha ela, porque depois que surgiu a supervisora. Era uma escola, naquela época, quando eu cheguei elitizada, com um corpo docente, porque a D. Nilza cobrava ela era muito exigente. Era uma pessoa com quem você poderia contar a qualquer momento, são lembranças muito boas (BEZERRA, 2010).

Desse modo, ela nos conta que quando começou dar aulas no Grupo Escolar Bom Jesus a escola era considerada de “primeira categoria” e foi assim durante o período no qual a D. Nilza esteve na direção.

Ao falarmos sobre o espaço físico da escola, Bezerra diz que as condições físicas do prédio eram péssimas. A rede hidráulica e as salas de aula, por exemplo, tinham sérios problemas.

Naquela época tinha muito aluno não tinha sala para comportar tanto aluno, não tinha as coisas. Depois a gente fazia campanha para pintar o prédio, era muito difícil. Era assim, a D. Nilza dizia Odina e fulana, vamos pintar as salas de aula e vocês são responsáveis por suas salas. Então nós íamos às lojas de tintas e pedíamos doações para poder pintar nossas salas de aula. Quando sabia que um pai tinha, a gente ia e pedia, mas isso porque nós sabíamos que o nível dos alunos era bom (BEZERRA, 2010).

Podemos identificar, pela fala da alfabetizadora, que no período que esta pesquisa enfoca, ser alfabetizadora exigia muito da pessoa, pois as condições e manutenção do ensino eram precárias. Já no final desta pesquisa encontramos a alfabetizadora Mancini, que atuou no Grupo Escolar Bom Jesus de 1969 a 1981.

4.8 - MANCINI

A entrevista com Mancini aconteceu no final da pesquisa, na tarde do dia 03 de dezembro de 2010, quando acreditava não mais encontrar alfabetizadoras que atuaram no período em estudo.

Mancini nasceu em Tupaciguara, Minas Gerais, em 01 de julho de 1948. É casada, tem uma filha e mora sozinha com o esposo. Coursou o Normal no Colégio Imaculada Conceição, em Tupaciguara. Obteve sua primeira experiência em sala de aula na sua cidade natal, dando aulas para uma turma multiseriada. Atuou um ano em Tupaciguara, mudou-se para Uberlândia e começou a trabalhar como contratada no Grupo Escolar Bom Jesus.

Ao relatar sobre sua alfabetização, Mancini diz que cursou a primeira série (a alfabetização) duas vezes, já que durante a primeira vez ela se apegou à alfabetizadora e ela abandonou a turma no meio do ano. Por sentir muita falta da alfabetizadora, Mancini não conseguiu acompanhar a turma e, conseqüentemente, cursou novamente a primeira série do ensino primário. Ela falou com muito carinho da sua primeira alfabetizadora e também o quanto ela foi importante para o seu desenvolvimento.

Segundo Mancini, ser alfabetizadora foi uma escolha feita por ela ainda na sua infância.

Eu sempre gostei, tinha paixão mesmo por dar aula. Toda a vida eu sempre pensei que daria aula. E sempre gostei do primário das salas das primeiras séries. Depois que eu fiz faculdade é que eu fui trabalhar de 5ª a 8ª série, mas eu trabalhei nove anos dentro de primeira série (MANCINI, 2010).

Ela sempre gostou da sala de aula, principalmente das turmas de alfabetização, apesar de ter encerrado sua carreira nas salas de 5ª a 8ª série como professora de Geografia. Iniciou sua atuação no Grupo Escolar Bom Jesus, como alfabetizadora, em 1969 e atuou nas turmas de primeira série durante nove anos seguidos e, depois por dois anos, atuou na segunda série e também como vice-diretora do noturno.

Mancini utilizou, na sua alfabetização, a cartilha *Sarita*, que segundo ela seguia o método Silábico bem tradicional. Não se lembra de muitos detalhes da cartilha, mas afirma que tinha avaliações durante todo o ano para verificar se já estava lendo, escrevendo e interpretando.

As cartilhas utilizadas durante este tempo que atuou no Grupo Escolar Bom Jesus foram a *Caminho Suave*, o pré livro *As mais Belas Histórias* e o *Barquinho Amarelo*, sendo o último utilizado apenas no final da década de 70, fugindo assim ao nosso foco de análise. É importante salientarmos que, apesar de usar os dois métodos, a narradora afirma ser o método Silábico o melhor para alfabetizar. E, mesmo quando utilizavam o pré-livro do método Global, as alfabetizadoras realizavam uma preparação anterior para que a criança conseguisse desenvolver a leitura e a escrita.

Ah, mas a hora que você chegava com este pré-livro eu já tinha trabalhado tudo isto aqui. Porque primeiro, no período preparatório, eu começava com as vogais e o alfabeto. Nós chamávamos esse período de preparatório. Período preparatório que fazíamos; depois adotávamos a cartilha. Porque as crianças já conheciam as vogais já sabiam as sílabas. Assim, para trabalhar uma lição desta era quase que três a quatro dias. Até a criança aprender. Porque as crianças de hoje são diferentes daquela época. Naquela época elas entravam na escola sem saber. A criança não sabia fazer o O (MANCINI, 2010).

Segundo a alfabetizadora, eram poucas as alfabetizadoras que conseguiam trabalhar o método Global sem uma preparação do aluno (o período preparatório). Apenas as alfabetizadoras que possuíam os alunos com mais noções básicas de escrita e leitura é que conseguiam trabalhar diretamente com o Global. A formação destas professoras foi um dos fatores que influenciaram esta dificuldade.

De acordo com Mancini, durante o período como alfabetizadora o trabalho era intenso. Ela deveria produzir diversos cartazes para trabalhar a leitura e escrita dos alunos. Esses cartazes, em sua maioria, eram elaborados em letra cursiva, pois os cartazes que acompanhavam os livros estavam em letra de imprensa.

Nós trabalhávamos demais, porque tínhamos que fazer o cartaz da cartilha e depois tínhamos que fazer um cartaz semelhante, usando outras expressões para a criança começar a enriquecer aquela cartilha. Por exemplo, uma suplementar. Para você fazer um cartaz suplementar, por exemplo, “Esta é a cabrinha; Ela é uma cabrinha tão bonita”, aí você troca “Ela é uma cabritinha tão boa”, “Ela tem um cabritinho” “Ela dá leite para o Nimal” você mudava o nominho. Colocávamos um nome com a sílaba que a criança já havia aprendido, aqui colocou o ni porque a criança já tinha estudado a família do N. Então você fazia uma suplementar parecida para a criança enriquecer

o vocabulário (MANCINI, 2010).

Além da leitura e da escrita, eram trabalhados fundamentos da matemática e os princípios das ciências. As crianças aprendiam contas de subtração e adição, estudavam as plantas, o sol, faziam experiências e eram avaliados em todos os conteúdos.

No Bom Jesus, quando dava o finalzinho, lá para o mês de agosto a D. Nilza junto com a D. Sebastiana tomavam leitura para ver se as crianças estavam lendo. Eles quase morriam. As crianças iam para a diretora, cada sala era um mês. Porque em outubro, elas exigiam 60% de aprovação. Se não tivesse, elas quase acabavam com a gente. A D. Sebastiana dava a lista com o nome das crianças que estavam lendo bem, muito bem e as fracas porque com estas deveríamos trabalhar a leitura. Tabuada cada mês era mês de tomar a tabuada de 1, de 2. Da primeira série era de mais e menos. Não tinha multiplicação, mas eles já sabiam resolver probleminhas. Começávamos a trabalhar Ciências, tinha as provinhas bem simplesinha mais tinha. A gente trabalhava tudo na primeira série: o sol, as plantinhas, fazíamos as experiências. Tinha o caderninho de ciências que eles anotavam as experiências. Tinha o feijãozinho que agente plantava e acompanhava o desenvolvimento. E no final do ano era prova mesmo. Tinha problemas, cálculos mentais (soma e subtração) a escrita dos numerais de 0 a 150. No final do ano, a criança só ia para a segunda série se soubesse ler, interpretar porque já tinha a nota da leitura e tinha também, direitinho, a prova de matemática e de ciências (MANCINI, 2010).

Ao narrar sobre esse período em que atuou como alfabetizadora no Grupo Escolar Bom Jesus, Mancini afirma ter sido excessivamente assessorada pela diretora Nilza Guimarães e por uma alfabetizadora muito experiente chamada Sebastiana. Além disso, a escola organizava a cada 15 dias, aos sábados, estudos para auxiliar o desenvolvimento do trabalho das alfabetizadoras.

Era utilizado, como base para o planejamento de aula, o Plano de Ensino de Minas Gerais. O planejamento era realizado semanalmente e a diretora ou a vice-diretora sempre verificavam o caderno e o comparavam com as suas aulas.

Planejávamos as aulas e levávamos para a escola porque a diretora ou a vice-diretora olhavam os planos semanalmente e quando qualquer coisa que elas olhassem não estivesse de acordo com o nosso planejamento semanal, este era corrigido. Fazíamos uma nova avaliação. E todo final de semana fazíamos um novo planejamento semanal, o qual sempre era avaliado (MANCINI, 2010).

Destarte, Mancini, apesar de utilizar o plano de ensino distribuído pelo governo mineiro, não deixou de trabalhar com o método Silábico. Ela sempre realizava uma preparação do aluno, ensinando as vogais, as consoantes e as junções das mesmas,

utilizando o pré-livro do método Global apenas para desenvolver a leitura do aluno, mesmo não sendo fluentes na leitura.

As práticas das alfabetizadoras foram identificadas e serão relacionadas com o Programa de Ensino Primário Elementar.

4.9 - AS PRÁTICAS E O PROGRAMA DO ENSINO PRIMÁRIO ELEMENTAR

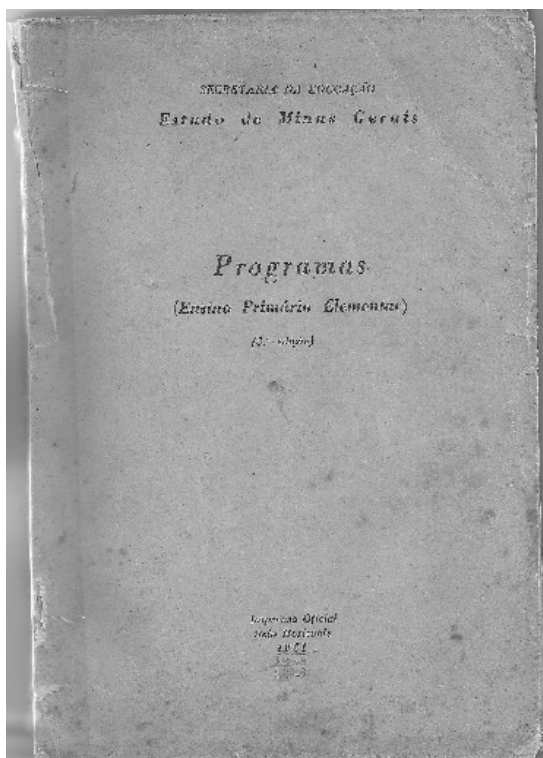


Figura 22 – Imagem do livro *Programa (Ensino Primário Elementar)*.
Fonte: Arquivo pessoal da Professora Dra. Francisca Izabel Pereira Maciel.

Todas as alfabetizadoras entrevistadas fizeram referências a um programa de ensino guardado na sala da direção e que servia de base para seus planejamentos de aula. Trata-se de um livro distribuído pelo governo de Minas Gerais para as escolas de ensino primário. O livro chamava-se *Programa (Ensino Primário Elementar)*. Consegui uma edição, que muito me auxiliou no desenvolvimento desta pesquisa, pois, ao mostrá-lo para minhas entrevistadas, todas identificaram o livro e disseram que ele era utilizado por todas as alfabetizadoras para a elaboração dos planos de aulas.

Durante a minha qualificação, uma das professoras presentes na Banca de Qualificação, a professora Dra. Francisca Izabel Pereira Maciel do CEALE da UFMG, informou possuir uma edição (3ª / 1961) e que iria emprestá-la até quando eu concluísse o meu trabalho.

O Programa de Ensino teve muita utilidade, pois identifiquei em suas propostas falas das alfabetizadoras entrevistadas. Algumas contaram como eram as suas aulas e disseram também que no início do ano era necessário preparar a criança para aprender a ler e escrever, sendo estes passos encontrados nas primeiras páginas do livro *Programa (Ensino Primário Elementar)*.

O *Programa* é composto de 305 páginas divididas em Introdução; Língua Pátria; Aritmética e Geometria; Geografia; História do Brasil; Moral e Civismo; Ciências Naturais; Higiene e Puericultura; Desenho e trabalhos Manuais; Música Escolar e Educação Física.

ÍNDICE	
	Págs.
INTRODUÇÃO	3
Comissão Organizadora	7
LÍNGUA-PÁTRIA	
I — Leitura	11
II — Linguagem Oral	45
III — Composição	70
IV — Gramática Funcional	84
V — Ortografia	105
VI — Escrita	121
Bibliografia	127
ARITMÉTICA E GEOMETRIA	
Aritmética e Geometria (Considerações sobre o ensino)	133
I — Primeira Série (Primeiro Semestre)	137
Idem (Segundo Semestre)	139
II — Segunda Série (Primeiro Semestre)	141
Idem (Segundo Semestre)	143
III — Terceira Série (Primeiro Semestre)	145
Idem (Segundo Semestre)	146
IV — Quarta Série (Primeiro Semestre)	152
Idem (Segundo Semestre)	152
Bibliografia Para o Professor	155
GEOGRAFIA, HISTÓRIA DO BRASIL, MORAL E CIVISMO	
Geografia (Pontos a considerar no ensino da Geografia) ..	159
I — Segunda Série (Geografia Local)	165
II — Terceira Série (Geografia Regional)	170
III — Quarta Série (Geografia Universal)	171
Bibliografia (Para os Alunos)	172
Bibliografia (Para os Professores)	172
HISTÓRIA DO BRASIL	
I — Segunda Série	174
II — Terceira Série	175
III — Quarta Série	178

Figura 23 – Imagem do Índice do livro *Programa (Ensino Primário Elementar)*.

Fonte: Arquivo pessoal da Professora Dra. Francisca Izabel Pereira Maciel.

Cada temática era trabalhada de acordo com as séries. As disciplinas de Geografia e História do Brasil não eram trabalhadas na primeira série, pois nesta priorizava-se a alfabetização. Por outro lado, na primeira parte de Língua Pátria, na seção dedicada à primeira série, em seu início, há uma parte chamada de período preparatório, que deve preparar a criança para aprender a ler e a revelar-se em todos os aspectos (físico, moral, intelectual e social) para facilitar a classificação e o agrupamento.

Esse programa de ensino esclarece a grande utilização de cartilhas do método Global no Grupo Escolar Bom Jesus, pois a parte sobre Língua Pátria, que englobava

leitura, linguagem oral, composição, gramática, ortografia e escrita foi elaborada por Lúcia Monteiro Casasanta.

O *Programa* distribuído pelo Estado esclarece as falas das alfabetizadoras entrevistadas:

Quando comecei a lecionar, recebi o plano de desenvolvimento do ano todo, que seria o meu plano de aula, com todas as atividades que eu iria trabalhar com os alunos. Então eu fazia uma reunião com os pais e passava tudo para eles. Havia, inclusive, várias atividades como passeios e brincadeiras, mas sempre sujeitos a alterações, conforme surgissem as dificuldades (BEZERRA, 2010).

O plano de desenvolvimento se resume ao Programa de Ensino distribuído pelo Estado que, por sua vez, traz algumas atividades a serem desenvolvidas com os alunos, pois no período preparatório são indicadas algumas atividades como aulas passeio, excursões a lugares de maior interesse, dentre outras. Assim, podemos inferir que a alfabetizadora Bezerra (2010) nos relatou exatamente o que estava determinado no *Programa (Ensino Primário Elementar)*.

A primeira parte do livro que trata sobre a Língua Pátria apresenta no item I, Leitura, algumas questões a serem observadas pelos alfabetizadores. Inclusive, esse item fala sobre a divisão do programa em períodos, os quais “correspondem às fases de aprendizagem da leitura” (Minas Gerais, 1961, p. 11). E ainda esclarece sobre a necessidade de o alfabetizador acompanhar o desenvolvimento do aluno, percebendo suas peculiaridades e quando possível avançando o conteúdo. Mas quando houvesse um aluno que não compreendeu o programa ensinado, era necessário retomar o conteúdo e trabalhá-lo com mais atividades. Porém, segundo as alfabetizadoras, quando a criança não conseguia acompanhar o processo pelo método Global, elas utilizavam o método Silábico.

Esse livro de programas foi muito utilizado e tão apreciado pelas alfabetizadoras entrevistadas que uma delas chega a ficar emocionada ao ver um exemplar do livro e outra, ao ser questionada se conhecia o livro, diz: “Sim, como poderia esquecer? Nós utilizávamos para planejar nossas aulas. Com esse material, mesmo uma alfabetizadora que nunca entrou em sala de aula conseguia dar uma boa aula” (AGUIAR, 2010).

Dessa forma, ficou evidenciado, nas entrevistas, que as cinco alfabetizadoras utilizaram o *Programa* distribuído pelo governo mineiro. Além disso, todas afirmaram que as outras alfabetizadoras da escola também utilizaram este programa sendo a base para todas as aulas da primeira à quarta série do Ensino Fundamental.

No *Programa*, além da parte dedicada à Língua Pátria, há algumas indicações que foram seguidas à risca pelo Grupo Escolar Bom Jesus, segundo as entrevistadas. Como por exemplo, a parte dedicada à Moral e Civismo. Segundo o *Programa*:

A Educação Cívica, como a Educação Moral, visa ajustar o indivíduo aos ideais nacionais. Daí o dizer-se que a Educação Cívica não prescinde da Educação Moral, visto que esta é a base em que aquela se firma. Educação Moral e Educação Cívica processam-se, pois, conjuntamente (MINAS GERAIS, 1961, p. 180).

Assim, como é relatado no *Programa*, todo plano de escola primária deve conter atividades como comemoração de datas nacionais e locais, hora cívica, jogos esportivos, clube da leitura, clube agrícola, biblioteca, jornal, excursões e horas de histórias. E, no Grupo Escolar Bom Jesus, essas instruções foram seguidas. Segundo Aguiar (2010), “Valorizavam-se muito as histórias infantis, as poesias e os momentos cívicos”.

A escola primava muito pela parte cívica, aprendíamos o Hino Nacional, tínhamos que saber cantar direitinho, o hino da cidade, que é o Hino de Uberlândia, o Hino a Bandeira e até o Hino do Soldado. Aprendíamos na escola, sabíamos cantar tudo. O amor que temos à pátria parece que é maior quando a gente aprende e canta ali todo dia; não era todo dia; parece que era uma vez por semana, mas isso era muito bom para nós, em todos os aspectos (PAFUME, 2010).

No segundo capítulo desta dissertação expusemos algumas comemorações em que o grupo escolar participou ativamente com seus alunos, como por exemplo, o desfile de aniversário da cidade.

Diante das declarações prestadas pelas alfabetizadoras, podemos inferir que o *Programa* distribuído pelo governo mineiro no período focado por esta pesquisa foi integralmente seguido e mesmo que as alfabetizadoras não falassem sobre a sua influência nos momentos cívicos, a forma como aconteciam esses eventos estão de acordo com o estabelecido.

Durante as entrevistas, identificamos algumas similitudes em suas práticas. Porém, algumas alfabetizadoras relataram atividades e práticas em sala de aula que não eram comuns a todas as alfabetizadoras entrevistadas. Dentre as práticas comuns às entrevistadas está a questão da higiene dos alunos, já que todas falam sobre a importância de os alunos irem para a escola limpos e bem vestidos. Algumas contam que quando o aluno chegava à escola sujo ou sem uniforme elas mesmas tratavam de adequá-lo.

Pode ver que os meninos estavam todos limpinhos, porque a gente prezava muito isto na escola. Se o menino fosse sujo agente dava banho, tinha roupa na escola. Eu mesma costurei muito uniforme para os meninos pobres da escola. A gente dava o banho e colocava o uniforme e dizia “pode ficar com este uniforme, mas não vem mais sujo para escola”(PAFUME, 2010).

Assim, as alfabetizadoras tanto atuavam na parte pedagógica como também cuidavam da higiene pessoal dos alunos. No livro *Programa* vinha especificado como a higiene deveria ser trabalhada nas salas da primeira série. “Nesta série, o alfabetizador promoverá com os alunos atividades que lhes permitam compreender as vantagens do asseio corporal e da higiene em geral, visando à formação de hábitos” (MINAS GERAIS, 1961, p. 229). Essa instrução foi seguida por todas as alfabetizadoras entrevistadas.

Duas alfabetizadoras falaram sobre a utilização de músicas na sala de aula sendo importante relatarmos que o *Programa (Ensino Primário Elementar)* orientava sobre a utilização do canto em sala de aula. Sobre o ensino da música afirmava:

Este ensino compete ao alfabetizador da classe no curso primário, o qual associa o canto com as demais disciplinas curriculares, enquanto promove também ambiente musical elevado para formar o gosto estético de seus alunos (MINAS GERAIS, 1961, p. 269).

Aguiar e Zacarias relatam o quanto gostavam de utilizar o canto na sala de aula e que sempre o utilizaram no processo de ensino-aprendizagem.

Diariamente usava o canto em sala de aula. Reservava o final da aula para essa atividade. Os alunos iam à frente da sala para cantar ou recitar um poema. Na época, recitar era muito chique. Como toda criança gosta de ser chique, todos participavam com prazer. Um recurso também muito usado era a turma cantar enquanto trocavam de caderno preparando-se para o novo conteúdo a ser trabalhado (AGUIAR, 2010).

Com relação à utilização da cartilha, ela não era unânime entre as entrevistadas. Nem todas faziam uso dela. Para Pafume (2010), a cartilha era um material de apoio.

Eu nunca liguei muito para cartilha não. Acho que a cartilha não é o principal, mas sim o conhecimento do alfabetizador, porque podemos dar aula sem cartilha. A cartilha é uma ajuda para a criança para ela ter uma referência em casa, para recordar aquilo que aprendeu em sala de aula, mas eu acho que não tem necessidade em uma sala de aula porque você pode passar um texto no quadro, você pode chamar a criança e trabalhar com elas. Aquelas que têm mais dificuldades, trabalhar as dificuldades. Então a cartilha é mais para o aluno do que para o alfabetizador (PAFUME, 2010).

Apesar de lembrar-se de todas as cartilhas que utilizou, a alfabetizadora Aguiar (2010) nos relata que a utilização da cartilha depende muito da atitude do alfabetizador, pois qualquer um pode pegar uma cartilha e transformá-la em um bom material didático. Já Bezerra (2010), Mancini (2010) e Zacarias (2010), que trabalhavam com cartilhas, utilizavam todo o seu material de apoio e seguiam as atividades orientadas pelo *Programa*.

Apesar de Pafume (2010) afirmar não utilizar a cartilha como único material em sala de aula, identificamos em suas narrativas e das outras alfabetizadoras os métodos e processos de ensino-aprendizagem típicos das cartilhas.

Segundo Mancini (2010), todas as alfabetizadoras utilizavam os dois métodos de alfabetização: Alfabético e Global. Para ela o aluno precisava reconhecer as letras e sílabas para depois começar a ler. Então ela trabalhava com o método Silábico no início do ano para que a criança compreendesse as sílabas e como acreditava que as crianças alfabetizadas por esse método tinham dificuldades para ler fluentemente, ela utilizava o método Global para trabalhar a leitura. Assim, podemos inferir que ela utilizava o método Silábico para ensinar a escrever e o método Global para ensinar a ler.

Mancini (2010) apoia com muita ênfase a utilização das cartilhas e a mistura dos métodos Silábico e Global. Segundo ela, os alunos assim alfabetizados não têm problemas com erros de ortografia e muito menos dificuldades para ler ou produzir textos.

O *Programa de Ensino* tinha uma parte dedicada ao período preparatório com os objetivos, atividades e os resultados. Já no período inicial, que era a segunda etapa para a criança da primeira série, foi dividido em duas fases: a do pré-livro ou cartilha e a fase do livro. Nessas fases identificamos com clareza as ideias de Lúcia Casasanta:

Nesta fase, a questão fundamental é o método pelo qual se vai ensinar a ler. Impõe-se acentuar que os métodos não são igualmente bons para desenvolver e formar o grupo de hábitos, atitudes e habilidades que constituem o processo de ler. Por outro lado, o método pelo qual se aprende a ler marca de modo definitivo o processo de ler, além de influir consideravelmente no aprendizado da composição ortográfica. As melhores correntes pedagógicas apontam, em nossos dias, como preferível, o método global (MINAS GERAIS, 1961, p. 14).

O *Programa de Ensino* norteou os planejamentos de aula das alfabetizadoras. Nesse período (1955 a 1971), as cartilhas utilizadas nas escolas mantidas pelo governo estadual eram escolhidas por ele ou pela direção da escola. As alfabetizadoras não

opinavam. “Era a diretora quem escolhia as cartilhas a serem utilizadas” (ZACARIAS, 2010). Assim, podemos entender porque, na maior parte do período pesquisado, elas utilizaram cartilhas do método Global.

Ao comparar o *Programa de Ensino* do estado mineiro com o Manual do Pré-livro, *O Livro de Lili*, identificamos muita semelhança, pois na fase do pré-livro ou cartilha o *Programa de Ensino* apresenta todos os objetivos a serem alcançados pelos alunos, o material básico a ser utilizado e o material suplementar.

O material básico é constituído de “cartazes com histórias ou partes de uma história; fichas grandes com sentenças e vocábulos; fichas com sílabas dos vocábulos dos cartazes; e miniaturas do material básico para o aluno, se possível” (MINAS GERAIS, 1961, p. 15).

Segundo Aguiar (2010), as alfabetizadoras utilizavam os cartazes. “Eles acompanhavam a cartilha. Quando não os recebíamos, nós os confeccionávamos. Fazíamos também os cartazes das leituras complementares e as fichas de leitura incidental”. Com relação às miniaturas, *O Livro de Lili* e *As Mais Belas Histórias* traziam no pré-livro ou no livro de exercícios, miniaturas dos cartazes para as crianças colorirem.

Já no material suplementar distinguem-se as cinco fases do método Global: fase da história ou do conto, fase da decomposição da história em sentenças, fase das porções de sentido, fase da decomposição das sentenças em palavras e fase da decomposição das palavras em sílabas para recomposição de novas palavras. Esta distinção também é realizada no manual do alfabetizador do pré-livro *O livro de Lili*.

As atividades apresentadas pelo *Programa de Ensino* são as mesmas desenvolvidas pelas alfabetizadoras. Ele sugere a utilização de fichas de leitura e as alfabetizadoras entrevistadas afirmam que as utilizavam em suas aulas. Por muitas vezes elas mesmas produziam as fichas.

O *Programa* foi um guia para as novas alfabetizadoras e, apesar de apresentar na parte de Língua Pátria conceitos e atividades muito semelhantes, por vezes iguais aos das cartilhas e manuais do método Global, duas alfabetizadoras afirmam que não gostavam do manual das cartilhas. “As cartilhas tinham o manual do alfabetizador, mas não era muito bom” (PAFUME, 2010).

Durante a década de 20, Francisco Campos institui uma reforma em Minas Gerais, a qual tinha por finalidade divulgar o método Intuitivo, para alfabetização, baseado nas ideias de Dewey e Decroly, conforme relatado no capítulo III desta

dissertação. Assim, para que as novas leis fossem implementadas em todo o Estado, o governo mineiro utilizou alguns meios de divulgação, como por exemplo, a *Revista de Ensino* e o *Programa de Ensino*. Diante desse dado, podemos destacar que, apesar da reforma ter acontecido na década de 20, seu teor teve grande divulgação nas décadas seguintes, apresentando-se até a década de 70, aproximadamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para o desenvolvimento deste estudo, foi de suma importância o acesso ao material utilizado pelas alfabetizadoras. Como na escola Bom Jesus encontramos somente algumas fotos do período pesquisado, foi necessário encontrarmos as cartilhas e o Programa de Ensino. A partir desta constatação, iniciamos uma busca nos sebos para encontrar as cartilhas utilizadas no período em estudo. Assim, conseguimos encontrar vários exemplares de cartilhas e manuais do professor das décadas de 60 e 70. Iniciamos nossa biblioteca pessoal de cartilhas antigas. Para as entrevistas, este material foi precioso, pois auxiliou as alfabetizadoras que, ao verem os livros que utilizaram, lembravam-se de mais detalhes e reviviam aquele momento em que eram alfabetizadoras no Grupo Escolar Bom Jesus.

O nosso propósito com este estudo foi compreender quais eram as práticas das alfabetizadoras do Grupo Escolar Bom Jesus de 1955 a 1971, a fim de contribuir para a construção da história da alfabetização no município de Uberlândia. À medida que nos aproximamos do nosso objeto de estudo, crescia uma inquietude que se traduziu na busca de entender quais as representações dessas alfabetizadoras e como se deram suas práticas.

Nesse sentido, a partir das narrativas das alfabetizadoras que são as testemunhas do período pesquisado, dos documentos encontrados e das referências sobre o assunto, tentamos tecer a trama que se processou em torno delas, quanto às práticas de alfabetização.

Assim, na construção desta dissertação, identificamos algumas questões relevantes das práticas das alfabetizadoras e para entendermos tais práticas a história do Grupo Escolar Bom Jesus foi importante, à medida que explicita os ideais representados naquele Grupo, baseados no lema “ordem e progresso” os quais corporificaram os símbolos e valores da pedagogia moral e cívica. Apesar de a criação do Grupo Escolar Bom Jesus ter acontecido apenas em 1955, ele ainda reproduzia as propostas dos primeiros grupos escolares que eram: educar no sentido de civilizar, moralizar e higienizar os seus alunos. A escola representava com afínco os ideais da República Brasileira.

Entender a história político-educacional no Brasil durante os anos de 1955 a 1971 auxiliou na análise das práticas das alfabetizadoras, pois as práticas não são isoladas e externas à sociedade, mas sim representações de cada alfabetizadora sobre a sua realidade dentro da sociedade. Dessa forma, contextualizamos o cenário político-educacional brasileiro, a partir da década de 20, a fim de identificarmos as concepções que permearam a elaboração e

promulgação da Lei Orgânica do Ensino Primário – Decreto Lei nº 8.529. E percorremos este cenário até o ano de 1971, ano da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional nº 5.692, sendo que esta lei extinguiu a denominação Grupo Escolar e modificou a estrutura educacional. Assim, escolhemos o ano de 1971 para encerrar este estudo, pois marca uma nova política educacional.

Durante o período em estudo identificamos algumas políticas de produção do livro didático, porém não havia programas de distribuição deste material, assim o governo não distribuía cartilhas nos Grupos Escolares e, apesar de o Decreto-Lei nº 8460 de 1945 determinar que a escolha do livro didático deveria ser função do professor, isso não acontecia no Grupo Escolar Bom Jesus. Segundo as alfabetizadoras Aguiar, Bezerra, Zacarias e Mancini, os livros didáticos eram escolhidos pela direção da escola.

De acordo com os documentos encontrados e com as leis vigentes no período em estudo, a primeira dedução que tivemos foi a de que, no período de 1955 a 1971, dentro do Grupo Escolar Bom Jesus, o processo de alfabetização infantil seguia os moldes ditados pelo Programa de Ensino Primário Elementar de Minas Gerais.

A partir da formação dessas alfabetizadoras poderíamos pensar que todas trabalharam o método Global, já que o mesmo foi difundido com ênfase durante o período em que as elas cursaram o Normal. Porém, ao analisarmos suas práticas, a partir das entrevistas realizadas, identificamos que se pregava a utilização do método Global, mas poucas alfabetizadoras realmente conseguiam alfabetizar com tal método.

Os manuais das cartilhas *O livro de Lili* e *As Mais Belas Histórias* apresentavam o verdadeiro tratado sobre o método Global, discorrendo sobre todas as etapas e procedimentos para implementação desse sistema. Tais procedimentos também eram comuns ao *Programa de Ensino*. Como os três materiais seguiam as ideias de Lucia Casasanta, já que dois foram escritos por ela e *O livro de Lili* por uma aluna sua, esses materiais defendiam o Método Global e ensinavam a alfabetizadora a trabalhar com ele.

Todos os indícios encontrados nos levavam a acreditar que o método global teria sido utilizado em sua totalidade no Grupo Escolar Bom Jesus por todas as alfabetizadoras, porém nas suas narrativas identificamos que, na prática, elas utilizavam o método silábico ou alfabético. Assim, as entrevistadas afirmaram que alfabetizavam com os pré-livros (cartilhas do método global), porém todas admitiram que quando o aluno não conseguia aprender pelo método global, elas trabalhavam com o método silábico ou alfabético.

Além disso, duas alfabetizadoras disseram que antes de começar a trabalhar com o pré-livro, sempre faziam uma preparação do alfabetizando. Essa preparação consistia em ensinar para os alunos as vogais, consoantes e as sílabas. Dessa forma, quando iniciavam o pré-livro, a criança já reconhecia as sílabas e conseguiriam aprender a ler fluentemente.

As outras alfabetizadoras narram também sobre o período preparatório, exemplificaram o que elas faziam nessa etapa da alfabetização:

Eu tenho um caderno aí que era do período preparatório que eu achava muito bom. Nas escolas, numa época, primeiro a gente dava o período preparatório que era como se fosse... deveria ser usado hoje no pré, e agora já tem o primeiro ano introdutório. Eu guardei com muito carinho porque agente tinha um programa do Estado. Eu tenho um caderninho se você quiser, eu te mostro. Olhe: correspondência - fazer correspondência de um desenho ao outro, traçar por cima do pontilhado, vários tipos dessas atividades, até mesmo com gravuras ou a gente fazia a mão a gente fazia um joguinho para cada aluno (PAFUME, 2010).

Apesar de relatar que seguiam a sequência do Programa de Ensino, as atividades descritas pelas alfabetizadoras são características do método sintético. Apenas as alfabetizadoras Bezerra e Mancini narraram explicitamente a preparação como o método sintético, para depois trabalhar com o analítico

O Grupo Escolar Bom Jesus foi considerado uma das melhores escolas de Uberlândia, durante um longo período. Localizado no centro da cidade, sempre foi frequentado por alunos de famílias abastadas do município, porém, em pequeno número, teve também no seu corpo discente algumas crianças de baixa renda.

A senhora Nilza Guimarães, esteve à frente da direção do Grupo Escolar durante todo o período pesquisado e com pulso firme, dirigiu a escola nos moldes do Programa de Ensino de Minas Gerais, sempre trabalhando e enaltecendo as questões cívicas e a higiene.

Assim, podemos elucidar que o grupo escolar seguiu as orientações do governo mineiro, porém dentro da sala de aula, cada alfabetizadora deu o seu significado ao programa, sempre tendo algumas questões comuns a toda a escola. Como por exemplo, o ensino de ciências, o estímulo à leitura e à higiene dos alunos. Como afirma Mancini:

Tínhamos que tirar os piolhos. Lá, nós dávamos banho tirávamos os piolhos passávamos remédio na cabecinha, fazíamos tudo. Éramos mãe na parte de higiene. Mas como a escola era central, tinha muitos alunos filhos de famílias abastadas, mas tinha os pobres também (2010).

Destarte, ao se tratar das questões metodológicas da alfabetização, identificamos que os documentos são diferentes das práticas. As alfabetizadoras sempre afirmavam o que o

Programa de Ensino determinava, mas quando relataram como eram suas aulas, elucidamos que o método utilizado para alfabetizar os alunos foi o tradicional, silábico ou alfabético.

Por isso, por todo o período deste estudo sempre se utilizaram duas cartilhas: uma do método Global e outra do método silábico ou alfabético. A cartilha Caminho Suave, que consideramos do método sintético, esteve presente por todo o período em estudo, sendo utilizada para alfabetizar aqueles alunos que não conseguiam acompanhar o método Global. Segundo as alfabetizadoras entrevistadas, para trabalhar o método Global, o aluno tinha que ser dedicado, caso contrário, ele não conseguia aprender. Se isso acontecesse, elas recorriam ao método Silábico.

Então muita gente trabalhava com o método Global, mas outras com o método silábico ou o método alfabético, quase ninguém trabalhava com o método alfabético, mas eu tive colega que trabalhou. Então ficava assim, à escolha do alfabetizador e a diretora acompanhava com a vice-diretora para ver se estava dando resultado. Se não desse, pedia para mudar, mas se desse resultado, ela deixava porque, dependendo da pessoa, ela se adapta mais àquele processo (PAFUME, 2010).

Na minha época, as cartilhas que utilizei funcionavam muito bem, porque eu fui preparada para trabalhar com o método. Porque eu trabalhei muito pouco com o Global. Cheguei a trabalhar por um ano. Porque se a criança tiver um início como tem hoje, aquelas que vêm do prezinho, assim não teremos dificuldade para trabalhar com o método Global. Agora, as crianças que nos recebíamos naquele momento, não sabiam nada, por isso o método silábico era o melhor (MANCINI, 2010).

Podemos inferir que, ao longo desses 16 anos pesquisados, o método Global, na forma idealizada por Lúcia Casasanta e pelo Programa de Ensino Primário Elementar, não foi trabalhado nesse Grupo Escolar, pois ele sempre foi acompanhado do período preparatório, no qual as alfabetizadoras ensinavam as sílabas para que, ao entrar no pré-livro, as crianças não ficassem com tantas dificuldades de acompanhamento em sala de aula. Dessa forma, o pré-livro funcionava como o livro de leitura, no qual a criança iria treinar e melhorar a sua leitura, interpretação e vocabulário.

Na concepção das alfabetizadoras, no período de alfabetização, todos os alunos deveriam ler com fluência, sem soletrar as palavras e ainda escrever corretamente. Dessa forma, a criança que terminava a primeira série do ensino primário deveria escrever e ler corretamente. Assim, era cobrado de todos os alfabetizados uma grafia correta. E sempre com a supervisão da diretora ou da vice-diretora. Tomava-se a leitura, pois se o aluno não lesse bem nem escrevesse ele não poderia passar para a segunda série do ensino primário.

Os resultados desse estudo mostram que as alfabetizadoras do Grupo Escolar Bom Jesus dedicaram-se ao processo de alfabetização, empenharam-se em ensinar a ler, escrever e

valorizar os procedimentos básicos de higiene pessoal, bem como divulgaram a moral e o civismo. Este estudo alargou nossos conhecimentos sobre a história da alfabetização. Fizemos algumas considerações deste estudo, porém não iremos concluir, pois esta pesquisa provocou outras inquietudes a respeito da história da alfabetização: como os alfabetizados apropriaram-se das ideias e conhecimentos disseminados no Grupo Escolar Bom Jesus? Quais foram as representações das alfabetizadoras de outros períodos e de outros Grupos Escolares? E como foi difundido e aprendido o método Global nas escolas Normais? Ficam aqui inquietudes que poderão culminar em outros projetos de pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMÂNCIO, Lazara Nanci de Barros. **Cartilhas, para quê?** Cuiabá, EdUFMT, 2002.

ANDRADE, Mário. Bibliotecas populares. Revista Livro, v. 2, n. 5, p.7, 1957. IN SUAIDEN, Emir José. **A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação**. Ciência da Informação, v. 29, n. 2, p. 52-60, maio/ago. 2000

ARAÚJO, José Carlos Souza. Os grupos escolares em Minas Gerais como expressão de uma política pública: uma perspectiva histórica. In: VIDAL, Diana Gonçalves (org.). **Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2006.

_____. As Instituições Escolares na Primeira República: ou os projetos educativos em busca de hegemonia. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SANDANO, Wilson; LOMBARDI, J.C.; SAVIANI, D. (orgs.). **Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007, p.95-122.

ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JR, Décio (orgs). **Novos Temas em História da Educação Brasileira – Instituições Escolares e Educação na Imprensa**. Campinas, SP:Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Grupos escolares no Brasil: um novo modelo de escola primária In. STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (orgs). **Histórias e memórias da educação no Brasil, vol III: Século XX**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

_____. (org.). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos**. São Paulo: Cortez, 2007.

BLOCH, Marc. **Introdução à História**. Tradução de Maria Manuel, Rui Grácio e Vitor Romaneiro. Lisboa: Europa-América, 1997.

_____. **Apologia da História ou o ofício de Historiador**. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

BOURDÉ, Guy, MARTIN, Hervé. **As escolas históricas**. São Paulo: Publicações Europa-América, 2003.

BOSI, Ecléia. Memória e sociedade: Lembrança de velhos. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História: novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

_____. **O que é História Cultural?** Trad. Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

_____. **Testemunha ocular: História e Imagem**. Bauru: EDUSC, 2004.

CAGLIARI, Luis Carlos. **Alfabetização e lingüística**. São Paulo: Scipione, 1991.

_____. **Alfabetizando sem o BÁ-BÉ-BI-BÓ-BU**. São Paulo: Scipione, 1998 (Coleção Pensamento e Ação no Magistério).

_____. Alfabetização – o Duelo dos Métodos In. SILVA, Ezequiel Theodoro da (org.). **Alfabetização no Brasil: questões da atualidade**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007. (Coleção educação contemporânea)

CASASANTA, Lúcia Monteiro. **As mais belas histórias: pré-livro**. Belo Horizonte: Editora do Brasil em Minas Gerais S.A, 1966.

_____. **As mais belas histórias: pré-livro – Parte do mestre**. 5ª edição. São Paulo: Editora do Brasil S.A, s/ano.

_____. Prefácio. In FONSECA, Anita. **O livro de Lili – Método Global – Manual do Professor**. São Paulo: Editora do Brasil S/A. 1956

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. 2 ed. Portugal: DIFEL- Difusão Editorial S.A, 1990.

_____. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, vol. r, n. 11, Trad. Andréa Daher e Zenir Campos Reis, São Paulo, 1991, jan-abr, p. 171-191.

_____. **Os desafios da escrita**. Tradução de Fúlvia M. L. Moretto. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

CHOPPIN, Alain. **História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.3, p. 549-566, set./dez. 2004.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral – memória, tempo, identidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DOSSE, François. Uma História social da memória. In: DOSSE, F. **A História**. Trad. Maria Elena Ortiz Assumpção. Bauru: EDUSC, 2003.

DUBY, Georges. A História Cultural. In: J. P. Rioux et J.F Sirinelli (orgs). **Por uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 403 – 408.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. Escolarização e cultura escolar no Brasil: reflexões em torno de alguns pressupostos e desafios. In: BENCOSTTA, Marcus Levy Albino (org.). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos**. São Paulo: Cortez, 2007.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VAGO, Tarcisio Mauro (2000). A Reforma João Pinheiro e a Modernidade Pedagógica. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de; PEIXOTO, Ana Maria Casasanta. **Lições de Minas: 70 anos da Secretaria de Educação**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais. p. 32- 47.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; PEIXOTO, Ana Maria Casasanta. **Lições de Minas: 70 anos da Secretaria de Educação**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (orgs). **Usos e abusos da História Oral**. 2ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

FONSECA, Anita. **O livro de Lili – Método Global – Manual do Professor**. São Paulo: Editora do Brasil S/A. 1956

_____. **O livro de Lili (cartilha)**. 87ª Ed. Coleção didática do Brasil, Série “Primário”, vol. 15. São Paulo: Editora do Brasil S/A. 1961.

FORQUIN, J.-C. **Escola e cultura: As bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar**. Trad. Guacira Lopes Louro. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FRADE, Isabel Cristina A. S.; MACIEL, Francisca Izabel Pereira. **História da alfabetização: produção, difusão e circulação de livros MG/RS/MT- Séc. XIX e XX**. Belo Horizonte: UFMG/FAE, 2006.

FRANÇOIS, Etienne. A fecundidade da história oral. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (Org.). **Usos & Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1998.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; MELO, Juliana Ferreira de; SOUZA, Maria J. Francisco de; RESENDE, Patrícia Cappucio (Orgs.). **História da Cultura Escrita: século XIX e XX**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2007.

GATTI JÚNIOR, Décio. Apontamento sobre a pesquisa histórico-educacional no campo das instituições escolares. In: **Cadernos de História da Educação**. v. 1. n. 1. jan./dez. 2002.

GERALDI, J. W. (org.). **O texto na sala de aula: Leitura & produção**. Cascavel/ PR: Assoeste, 1984.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 2001, 2ª Ed. (Coleção magistério, 2º grau. Série formação do professor)

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. Trad. Maria Betânia Amoroso. São Paulo, SP: Cia das Letras, 2006.

GERMANO, José Willington. **Estado Militar e Educação no Brasil (1964 – 1985)**. São Paulo: Cortez, 2000. 3 ed.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

_____. Memória, história, historiografia. Dossiê Ensino de História. **Revista Brasileira de História**. ANPUH: Marco Zero, v. 13, n. 25/26, set.ago. 1993.

HOLANDA, Guy. Programas e Compêndios de História para o Ensino Secundário Brasileiro. In: FREITAG, Barbara, MOTTA, V.R., COSTA, W.F. **O estado da arte do livro didático no Brasil**. Brasília: INEP/REDUC, 1987.

HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. Trad. Gisele de Souza. **Revista Brasileira de História da Educação**, SBHE. Campinas, SP- Ed. Autores Associados nº. 1, jan.-jun/2001, p.09-43.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão [et al]. 4ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter. **A escrita da história, novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992. p.133-161.

LIMA, Branca Alves de. **Manual do Professor para a Cartilha “Caminho Suave”**. 5ª ed. São Paulo: Editora Caminho Suave limitada, s/ano.

_____. **Caminho Suave**: Alfabetização pela imagem. São Paulo: Editora Caminho Suave, Rio de Janeiro, FENEME, 1969.

MACIEL, Francisca Izabel Pereira. **Lúcia Casasanta e o método global de contos**: uma contribuição à história da alfabetização em Minas Gerais. FaE/UFMG. Belo Horizonte. 2001. (doutorado).

_____. Alfabetização e métodos ou métodos de alfabetização? In: Guia da Alfabetização nº2. **Escrita e Leitura como Tornar o Ensino Significativo**. São Paulo, SP: Editora Segmento, 2010.

MEIHY, J.C.S.B. Manual de História Oral. São Paulo: Loyola, 2000.

MINAS GERAIS, Secretaria de Educação do Estado de. **Programa (Ensino Primário Elementar)**. 3ªed. Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1961.

MORAES, Andréia Demetrio Jorge. **História e Ofício de Alfabetizadoras**: Ituiutaba 1931 – 1961. Faculdade de Educação/ PPGED/ Universidade Federal de Uberlândia, 2008 (MESTRADO).

MORTATTI, M. R. L. **Cartilha de alfabetização e cultura escolar**: Um pacto secular. Caderno CEDES, v.20 n.52 Campinas, nov.2000.

_____. **Os sentidos da alfabetização**: (São Paulo / 1876-1994). São Paulo: Editora UNESP: CONPED, 2000.

_____. **História dos Métodos de Alfabetização no Brasil**. In: Conferência promovida no Seminário de Alfabetização e Letramento em Debate. Brasília, 2006.

_____. Letrar é preciso, alfabetizar não basta ... mais?. In: Lia Scholze; Tânia M. K. Rosling. (Org.). Lia Scholze; Tânia M. K. Rosling (Org.). Teorias e práticas de letramento. 1 ed. Brasília: INEP; Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2007, v. 1, p. 155-168.

MOTA, Carlos Guilherme. **Uma cultura de partidos**. In: Receita Brasil - São Paulo, Veja, 1978

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SANDANO, Wilson; LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (orgs.) **Instituições Escolares no Brasil**: Conceito e reconstrução histórica. Campinas: Autores Associados, 2007.

NÓBREGA, Maria José Martins de. **A reescrita e os caminhos da construção do sujeito**. Série Idéias n. 28, São Paulo: FDE, 1997. p. 77-108.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares trad. Yara Aun Khoury. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos de Pós-Graduação em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, SP, nº 10 de Dezembro de 1981, p.7 – 28.

NUNES, Clarice. Ensino e historiografia da educação: problematização de uma hipótese. **Revista Brasileira de Educação**. Belo Horizonte, n. 0 e 1, jan.fev.mar.abr. 1996. ANPED.

OLIVEIRA, Maria Helena Cozzolino de. **Metodologia da Linguagem**. Saraiva. São Paulo. 1993.

PÉCAUD, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**. São Paulo: Ática, 1990.

PEIXOTO, Ana M. C. Triste Retrato: A Educação Mineira no Estado Novo. In: FARIA FILHO, Luciano. M., PEIXOTO, A. M. C. (Orgs.) **Lições de Minas**: 70 anos da Secretaria da Educação. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, 2000.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A História e História Cultural**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2004.

PESEZ, Jean-Marie. História da Cultura Material. In: LE GOFF, Jacques (org.). **A História Nova**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1990.

PORTELLI, A. Individualidade, igualdade e diferença. **Projeto História. Ética e história oral**. São Paulo: PUC, v. 15, p. 13-49, abr. 1997.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Histórias de Vida e depoimentos pessoais.** *Sociologia*, São Paulo, v. XV, n. 1, mar, 1953.

RIBEIRO, Maria Luísa Santos. **História da educação brasileira:** a organização escolar. 18ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003. Coleção Educação Universitária.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930/1973).** Petrópolis: Vozes, 1978.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (orgs). **Usos e abusos da História Oral.** 2ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SANTOS, Sônia Maria e ARAÚJO, Osmar Ribeiro de. História Oral: Vozes, Narrativas e Textos. **Cadernos de História da Educação.** nº6 – Jan / dez 2007, p.191 a 201.

SANTOS, Sônia Maria. **Histórias de Alfabetizadoras Brasileiras:** entre saberes e práticas. 2001. 335 f. Tese (Doutorado em Educação) – PUC, São Paulo, 2001.

SAVIANI, Dermeval (Org.). **O Legado Educacional do Século XX no Brasil.** Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

_____. **História das idéias pedagógicas no Brasil.** Campinas, SP: Autores Associados, 2007

SAWAYA, Sandra Maria **Alfabetização e fracasso escolar:** problematizando alguns pressupostos da concepção construtivista. In: Revista Educação e Pesquisa, Jan 2000, vol.26, nº.1, p.67-81.

SILVA, Ezequiel Theodoro da (org.). **Alfabetização no Brasil:** questões da atualidade. Campinas, SP: Autores Associados, 2007. (Coleção educação contemporânea)

SILVA, Regina Helena Alves da. **A cidade de Minas.** Belo Horizonte: UFMG, 1991. Dissertação de Mestrado.

SOARES, Magda Becker. **Letramento e Alfabetização:** as muitas facetas. Anais da 26ª Reunião Anual da ANPED – GT Alfabetização, Leitura e escrita. Poços de Caldas, 7 de outubro de 2003

SOUZA, Neusa Balbina de. O Ensino da Leitura e da Escrita nos Anos de 1960 no município de Linhares/ES. In: Congresso De Leitura Do Brasil,17., 2009, Campinas. **Anais do 17º COLE, Campinas**, SP, ALB, 2009. Disponível em: <http://www.alb.com.br/portal.html>. Acesso em: 10 de novembro. 2010. ISSN: 2175-0939

_____. **Práticas de Alfabetização no Município de Linhares nos Anos de 1960 Vitória.** Vitória, 2008. Dissertação. Acessada em 15 de julho de 2010. site: <http://www.ppge.ufes.br/dissertacoes/2008/NEUSA%20BALBINA%20DE%20SOUZA.pdf>

SOUZA, Rosa Fátima de. Lições da Escola Primária. In: SAVIANI, Dermeval (Org.). **O Legado Educacional do Século XX no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. p.109-151.

_____. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890 – 1910)**. São Paulo, Editora da UNESP, 1998.

SUAIDEN, Emir José. A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação. **Ciência da Informação**, v. 29, n. 2, p. 52-60, maio/ago. 2000.

VEIGA, Cynthia Greive. **Cidadania e educação na trama da cidade: a construção de Belo Horizonte em fins do século XIX**. Campinas: UNICAMP, 1994. Tese de doutorado.

VIDAL, Diana Gonçalves (org.). **Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2006.

VIÑAO FRAGO, A. El espacio y el tiempo escolares como objeto histórico. In WARDE, M. (org.). **Contemporaneidade e Educação**. Ano V, n. 07, Rio de Janeiro: IEC, 2000, p.93-110.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado, história oral**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

FONTES ORAIS

AGUIAR, M. A. Entrevista cedida à pesquisa História de alfabetizadoras uberlandenses: modos de fazer no Grupo Escolar Bom Jesus – 1955 a 1971, em 2010.

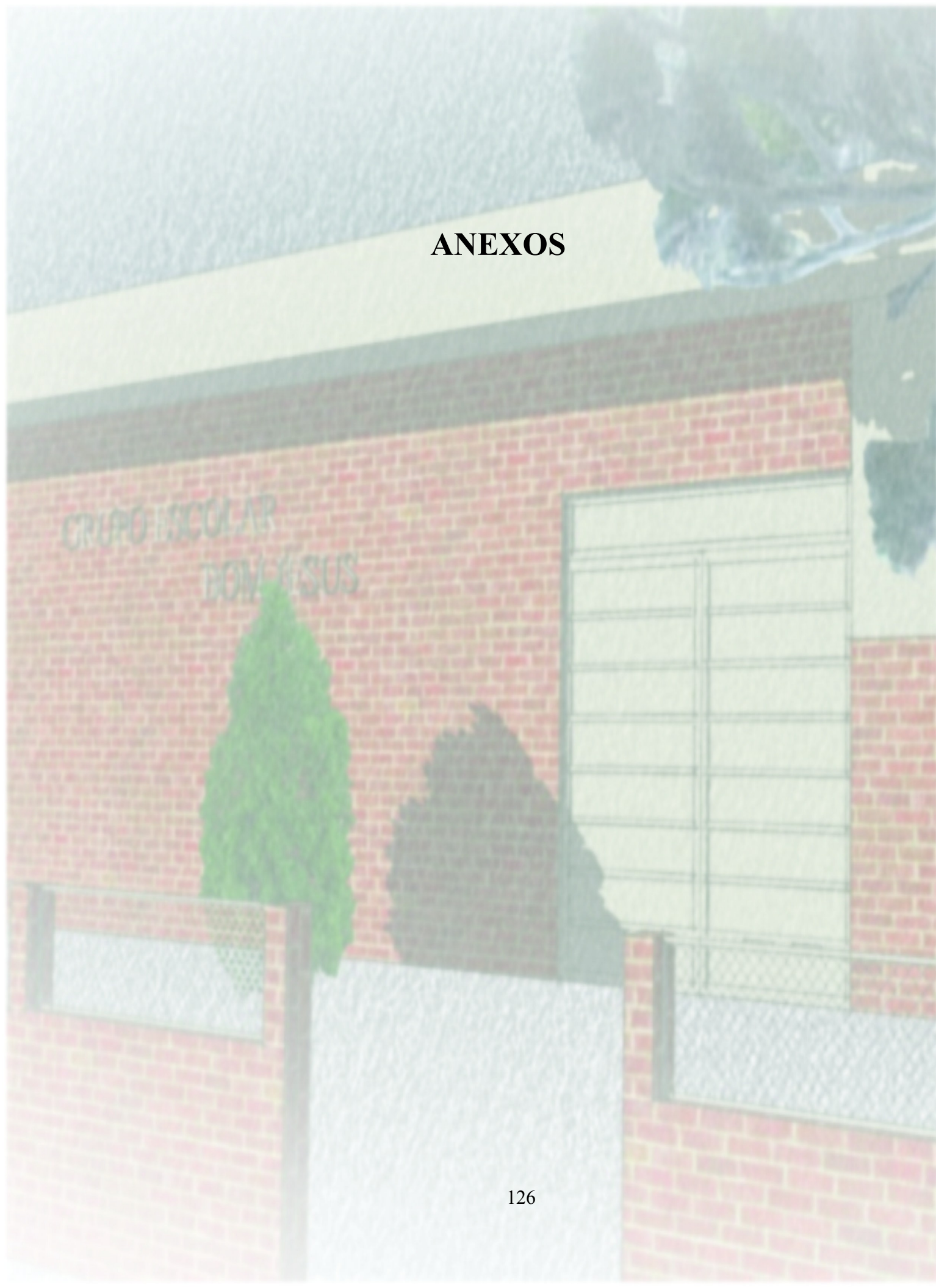
BEZERRA, O. A.. Entrevista cedida à pesquisa História de alfabetizadoras uberlandenses: modos de fazer no Grupo Escolar Bom Jesus – 1955 a 1971, em 2010.

PAFUME, S.. Entrevista cedida à pesquisa História de alfabetizadoras uberlandenses: modos de fazer no Grupo Escolar Bom Jesus – 1955 a 1971, em 2010.

ZACARIAS, O. Entrevista cedida à pesquisa História de alfabetizadoras uberlandenses: modos de fazer no Grupo Escolar Bom Jesus – 1955 a 1971, em 2010.

MANCINI, S. A. Entrevista cedida à pesquisa História de alfabetizadoras uberlandenses: modos de fazer no Grupo Escolar Bom Jesus – 1955 a 1971, em 2010.

ANEXOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
PESQUISA DE MESTRADO
História de alfabetizadoras uberlandenses: modos de fazer no
Grupo Escolar Bom Jesus – 1955 A 1971
Pesquisadora: Michelle Castro Lima
Roteiro de Entrevista:

1) Dados de Identificação:

Nome:

Endereço:

nº:

Bairro:

CEP:

Telefone:

Estado Civil:

Período de atuação:

Escola(s) em que atuou:

Infância/Alfabetização

2) Você se lembra do período em que foi alfabetizada?

Escola, Família, Professor, Colegas, Cartilha, Método de alfabetização e Avaliação

Formação Básica

3) Qual a sua formação básica (Pedagogia, Magistério, Normal)? Você que escolheu este curso?

4) Em que local você estudou?

5) O que você mais gostou desse período? (dinâmicas, materiais)

6) Qual área desse curso que mais marcou suas aprendizagens?

7) como eram as avaliações?

Formação Continuada

8) Você fez algum curso de formação continuada, específico para alfabetização? Como ele se deu?

Em que lugar? Você aprendeu algo importante nesses cursos?

Atuação profissional

9) Quando e como foi sua primeira experiência como alfabetizadora?

10) Quais as escolas que você trabalhou?

11) Quanto tempo você trabalhou na escola Bom Jesus? E como alfabetizadora?

12) Qual(is) a(s) cartilha(s) que você utilizou? Quem a(s) escolheu? Por quê? Elas tinham manuais?

13) Nesse período tinha cartilhas para todos os alunos?

14) Você sabe qual foi o "método" utilizado na(s) cartilha(s)? Como eram suas aulas?

15) Você planejava suas aulas? Como? Por quê?

16) Que avaliação você faz da(s) cartilha(s) que utilizou?

17) Que marcas ser alfabetizadora deixou na sua vida pessoal e profissional? (trajetória)

18) Você ainda tem alguma cartilha ou caderno de planejamento? Se tiver, por que guardou?

Você doaria esse material para a UFU para o Centro de Memória e Documentação em Alfabetização de Minas Gerais.

GRUPO ESCOLAR

19) O que você sabe sobre a história do Grupo escolar Bom Jesus? (lugares, professores, rede física, doações)

20) Você lembra quem foram os alunos que estudaram neste grupo?

TERMO DE CESSÃO

Pelo presente documento, _____,
brasileira, carteira de identidade nº _____, cede e transfere neste
ato, gratuitamente, em caráter universal e definitivo à Universidade Federal de Uberlândia, a
totalidade dos seus direitos patrimoniais de autor sobre o depoimento oral corrigido prestado
a pesquisadora Michelle Castro Lima, portadora do RG nº MG-11.503.776 SSP/MG.

Fica, pois a Universidade Federal de Uberlândia, plenamente autorizada a utilizar as fotos,
encontradas no Arquivo Público Municipal, no Arquivo da Escola Estadual Bom Jesus e o
referido depoimento, no todo ou em parte, editado ou integral, inclusive cedendo seus direitos
a terceiros, no Brasil e/ou exterior.

Sendo esta a forma legítima e eficaz que representa legalmente os nossos interesses, assinam
o presente documento em 02 (duas) vias de igual teor e para um só efeito.

Uberlândia, _____ de _____ de 2010.

Assinatura da entrevistada/

Assinatura da pesquisadora



Universidade Federal de Uberlândia
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação

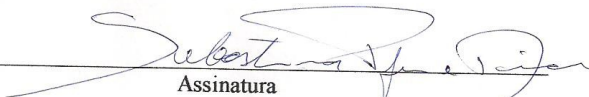
TERMO DE CESSÃO

Pelo presente documento, Sebastião Rafume Elias,
brasileira, carteira de identidade nº 3.165.737, cede e transfere
neste ato, gratuitamente, em caráter universal e definitivo à Universidade Federal de
Uberlândia, a totalidade dos seus direitos patrimoniais de autor sobre o depoimento oral
corrigido prestado a pesquisadora Michelle Castro Lima, portadora do RG nº MG-
11.503.776 SSP/MG.

Fica, pois a Universidade Federal de Uberlândia, plenamente autorizada a utilizar as
fotos, encontradas no Arquivo Público Municipal, no Arquivo da Escola Estadual Bom
Jesus e o referido depoimento, no todo ou em parte, editado ou integral, inclusive
cedendo seus direitos a terceiros, no Brasil e/ou exterior.

Sendo esta a forma legítima e eficaz que representa legalmente os nossos interesses,
assinam o presente documento em 02 (duas) vias de igual teor e para um só efeito.

Uberlândia, 30 de setembro de 2010.


Assinatura



Universidade Federal de Uberlândia
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação

TERMO DE CESSÃO

Pelo presente documento, MARY AURISTELA AGUIAR,
brasileira, carteira de identidade nº M3 167 822, cede e transfere
neste ato, gratuitamente, em caráter universal e definitivo à Universidade Federal de
Uberlândia, a totalidade dos seus direitos patrimoniais de autor sobre o depoimento oral
corrigido prestado a pesquisadora Michelle Castro Lima, portadora do RG nº MG-
11.503.776 SSP/MG.

Fica, pois a Universidade Federal de Uberlândia, plenamente autorizada a utilizar as
fotos, encontradas no Arquivo Público Municipal, no Arquivo da Escola Estadual Bom
Jesus e o referido depoimento, no todo ou em parte, editado ou integral, inclusive
cedendo seus direitos a terceiros, no Brasil e/ou exterior.

Sendo esta a forma legítima e eficaz que representa legalmente os nossos interesses,
assinam o presente documento em 02 (duas) vias de igual teor e para um só efeito.

Uberlândia, 19 de outubro de 2010.

Assinatura da entrevistada

Assinatura da pesquisadora



Universidade Federal de Uberlândia
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação

TERMO DE CESSÃO

Pelo presente documento, Onília Guedes Junqueira Zacarias, brasileira, carteira de identidade nº M-4.767372, cede e transfere neste ato, gratuitamente, em caráter universal e definitivo à Universidade Federal de Uberlândia, a totalidade dos seus direitos patrimoniais de autor sobre o depoimento oral corrigido prestado a pesquisadora Michelle Castro Lima, portadora do RG nº MG-11.503.776 SSP/MG.

Fica, pois a Universidade Federal de Uberlândia, plenamente autorizada a utilizar as fotos, encontradas no Arquivo Público Municipal, no Arquivo da Escola Estadual Bom Jesus e o referido depoimento, no todo ou em parte, editado ou integral, inclusive cedendo seus direitos a terceiros, no Brasil e/ou exterior.

Sendo esta a forma legítima e eficaz que representa legalmente os nossos interesses, assinam o presente documento em 02 (duas) vias de igual teor e para um só efeito.

Uberlândia, 26 de outubro de 2010.

Onília Guedes Junqueira Zacarias
Assinatura da entrevistada/

Michelle Castro Lima
Assinatura da pesquisadora



Universidade Federal de Uberlândia
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação

TERMO DE CESSÃO

Pelo presente documento, Odina Alves Bezerra,
brasileira, carteira de identidade nº 11.899.351, cede e transfere
neste ato, gratuitamente, em caráter universal e definitivo à Universidade Federal de
Uberlândia, a totalidade dos seus direitos patrimoniais de autor sobre o depoimento oral
corrigido prestado a pesquisadora Michelle Castro Lima, portadora do RG nº MG-
11.503.776 SSP/MG.

Fica, pois a Universidade Federal de Uberlândia, plenamente autorizada a utilizar as
fotos, encontradas no Arquivo Público Municipal, no Arquivo da Escola Estadual Bom
Jesus e o referido depoimento, no todo ou em parte, editado ou integral, inclusive
cedendo seus direitos a terceiros, no Brasil e/ou exterior.

Sendo esta a forma legítima e eficaz que representa legalmente os nossos interesses,
assinam o presente documento em 02 (duas) vias de igual teor e para um só efeito.

Uberlândia, 07 de outubro de 2010.

Odina Alves Bezerra
Assinatura



Universidade Federal de Uberlândia
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação

TERMO DE CESSÃO

Pelo presente documento, Silvia Alves Mancini,
brasileira, carteira de identidade nº M.280.568, cede e transfere
neste ato, gratuitamente, em caráter universal e definitivo à Universidade Federal de
Uberlândia, a totalidade dos seus direitos patrimoniais de autor sobre o depoimento oral
corrigido prestado a pesquisadora Michelle Castro Lima, portadora do RG nº MG-
11.503.776 SSP/MG.

Fica, pois a Universidade Federal de Uberlândia, plenamente autorizada a utilizar as
fotos, encontradas no Arquivo Público Municipal, no Arquivo da Escola Estadual Bom
Jesus e o referido depoimento, no todo ou em parte, editado ou integral, inclusive
cedendo seus direitos a terceiros, no Brasil e/ou exterior.

Sendo esta a forma legítima e eficaz que representa legalmente os nossos interesses,
assinam o presente documento em 02 (duas) vias de igual teor e para um só efeito.

Uberlândia, 3 de dezembro de 2010.

Mancini
Assinatura

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
PESQUISA DE MESTRADO
História de alfabetizadoras uberlandenses: modos de fazer no
Grupo Escolar Bom Jesus – 1955 A 1971
Pesquisadora: Michelle Castro Lima
Entrevista:

1) Dados de Identificação:

Nome: Pafume

Estado Civil: viúva

Data de nascimento: 05 de janeiro de 1931

Período de atuação: 30 anos

Escola(s) em que atuou: Grupo Escolar Bom Jesus

Tempo em que atuou como alfabetizadora: Aproximadamente 10 anos

Infância/Alfabetização

2) Você se lembra do período em que foi alfabetizada?

Eu me lembro. A minha professora era Izabel. Eu esqueço o sobrenome dela, mas tem uma escola da prefeitura aqui no planalto que tem o nome dela. Eu estudei com ela. Ela era brava, exigente. Quando ela tomava tabuadinha e a gente errasse uma, ficava de castigo depois da aula. Ainda era o tempo da palmatória. Eu me lembro que eu nunca ganhei castigo dela não, porque eu me lembro, desde de criança, eu gostava muito de estudar, é uma coisa que eu nasci com isso, então eu ficava quietinha, nem mexia na carteira de medo, eu tinha medo dela, mas ela foi uma ótima alfabetizadora.

A senhora lembra se ela usou cartilha, com a senhora? A senhora lembra dessa cartilha?

Eu me lembro dessa cartilha “a ave voa” uma coisa assim, tem algumas frases que vêm assim, sabe?

A senhora lembra qual era o método da cartilha?

Olha antigamente era método alfabético mesmo, começava do alfabeto e depois ia para sílaba e assim por diante, palavra e tal. Mas era alfabético. A primeira coisa que a gente aprendia era o alfabeto.

E tinha alguma avaliação?

Tinha. Era prova e assim a gente era muito requisitada para ir ao quadro escrever, sabe participar bastante, mas era tudo muito rígido.

Ela era brava?

Era brava e o diretor que era... No ensino primário estudei no Brasil Central que era do professor José Inácio de Sousa, que tem uma rua com o nome dele. A mulher dele era gente muito boa, gostava das coisas muito certinhas, então quando eles apareciam assim. Oh! Todo mundo escondia. Foi uma escola muito boa também sabe. Era uma escola particular. Particular né, o Brasil Central.

Formação Básica

3) Qual a sua formação básica (Pedagogia, Magistério, Normal).

Eu me formei no colégio Nossa Senhora, para professora, aí depois eu fiz o curso de Pedagogia.

A senhora que escolheu fazer esse curso?

Foi porque eu já estava nesse ramo, mas meu sonho era ser médica e este foi buraco abaixo. Meu

pai era muito rígido e naquele período era muito difícil uma mulher estudar fora. E como só tinha medicina no Rio de Janeiro ou São Paulo, meu pai não me deixou ir estudar. (ela já havia me contado que o pai dela não deixou ela ir morar no Rio de Janeiro ou São Paulo para estudar medicina).

Era tanto, que os médicos eram quase todos, homens. Eu me lembro quando a primeira médica que veio para Uberlândia foi a Dra Beatriz, ela ainda tem clínica aqui.

O que você mais gostou desse período? (dinâmicas, materiais)

Eu estudei no Colégio Nossa Senhora, que foi uma escola, uma escola posso dizer maravilhosa, os professores eram freiras e padres, mas gente maravilhosa que tinham um conteúdo muito bom e passava aquilo para a gente como se fosse uma faculdade. Hoje, eu vejo pelos meus netos que o que eu estudei, porque eu fiz clássico porque queria fazer medicina e fiz o normal, um anos eu fiz os dois. Então eu acho que eu aprendi muito porque a escola era muito boa, e hoje estão faltando escolas boas como teve naquela época. Apesar de que hoje a gente fica devendo, tem que estudar geografia, ciência, história, as coisas progrediram muito, e mudou muito, então agente tem que re-estudar, mas os professores foram muito maravilhosos inclusive o Dr. Luiz Rocha e Silva também foi meu professor de matemática no colégio Nossa Senhora.

Johen Carneiro todo mundo pensa que foi um homem, não foi minha professora de francês.

Ah ela foi uma mulher?

É. A Dra Cora Pavan foi minha professora de música, então tem muita gente por aí. É maravilhoso encontrar com eles.

Desse curso, qual área que mais marcou suas aprendizagens?

Eu. Olha eu sempre tive facilidade em todas as áreas, menos o desenho. No desenho eu não era boa não, era a única coisa. No resto, eu tinha uma facilidade tão grande que uma época minha professora de... porque a gente tinha biologia, anatomia, coisas que a gente hoje não tem mais. A gente tinha português, a minha professora de português, a Hercília foi maravilhosa. Ela dava Camões para nós, análise do Camões que era difícilimo. Ela dava e isto foi muito bom para a gente porque a gente cresceu muito. E o professor de matemática, os outros professores todos foram maravilhosos. Eu sempre falo aqui para minhas meninas que tive uma aula de financeira na escola, era matéria e os professores ensinavam a gente como iríamos viver no mundo, gastar nosso dinheiro e tinha prova. Fazíamos prova. Então hoje o povo gasta o que não tem, porque não teve, eu falo que não teve estes conhecimentos que eu tive. Eu nunca fiquei devendo nada a ninguém graças ao que eu aprendi no colégio Nossa Senhora.

Nessa matéria eles ensinavam a gente, igual eles falam na televisão, de ter um caderninho, que você vai anotar o que você vai, o que você tem que pagar o que você ganha, quanto sobra.

Planejar os gastos.

É outra coisa hoje. A gente fazia aula de educação física, já para entrar animado dentro da escola para acordar porque tem menino que dorme na escola, mas se fizesse como o Colégio Nossa Senhora fazia, ninguém dormia na escola; estava todo mundo ativo, porque de 15 a 20 minutos, não me lembro direito, tinha aula de educação física, então a gente fazia exercícios com os braços com as pernas, vários exercícios, aí pronto todo mundo já entrava numa fila e ia para sala de aula, porque antigamente era fila mesmo. Mesmo no Bom Jesus tinha muita fila. Eu acho isso muito bom porque ensina o menino a ter ordem, a saber respeitar os colegas e acabaram com estas filas. Os meninos entram para sala parecendo uma... boiada estourada para sala de aula.

A escola primava muito pela parte cívica. Aprendíamos o Hino Nacional tínhamos que saber

cantar direitinho, o Hino da cidade, que é o Hino de Uberlândia, o Hino a Bandeira e até o hino do Soldado. Aprendíamos na escola, sabíamos cantar tudo. O amor que temos na pátria parece que é maior quando a gente aprende e canta ali todo dia, não era todo dia parece que era uma vez por semana, mas isso era muito bom para nós, em todos os aspectos. Também sumiu das escolas, que está faltando para os jovens de hoje. Eles acusam muito os jovens, eu acuso os pais dos jovens que não estão educando os filhos, estão saindo para trabalhar e deixando os filhos com a empregada, sozinhos, abandonados e eles estão se virando como podem, e é onde está acontecendo tanta coisa ruim. Então eu acho que um pai porque trabalha fora e uma mãe não tem que abandonar o filho. Porque eu trabalhei fora em uma época que quase nenhuma mulher trabalhava fora, e eu nunca abandonei meus filhos, graças a Deus. Eles são gente boa eu mesmo agradeço a Deus todo dia por eles serem gente boa, todos são trabalhadores, são honestos porque eu passei isto para eles. Eu podia chegar a hora que fosse iria fazer os deveres de casa com quem ainda não tinha feito. Eu dormia 1h30min e levantava 6h da manhã, esse tempo todo que eu trabalhei, graças a Deus eu tive muita saúde, porque sem saúde é difícil. E na escola eu trabalhava.

Como eram as avaliações?

Deixa eu te falar como era antigamente. Primeiramente nós tínhamos muitos professores que vinham de Belo Horizonte, São Paulo e Rio para nos ensinar a alfabetizar e mesmo as outras séries ajudando a gente desenvolver o trabalho todo e na alfabetização a gente aprendeu todos os métodos que existem para que pudéssemos trabalhar com aquele que fosse mais conveniente. Então muita gente trabalhava com o método Global, mas outras com o método silábico ou o método alfabético, quase ninguém trabalhava com o método alfabético, mas eu tive colega que trabalhou. Então ficava assim, à escolha do professor e a diretora acompanhava com a vice-diretora para ver se estava dando resultado. Se não desse, pedia para mudar, mas se desse resultado ele deixava porque dependendo da pessoa ela se adapta mais àquele processo, a criança se desenvolvia, assim não podíamos tolher aquela pessoa daquilo, então era isso que ele falava. Tínhamos professores de universidades que vinham de Belo Horizonte, São Paulo e do Rio e os escritores de livros que vinham e davam orientações para nós. Então foi uma época que considero como uma época áurea porque hoje em dia não se faz mais isto, os professores estão muito abandonados eles dão o que eles sabem, hoje tem o computador que já está ajudando, que ele pode recorrer, mas antigamente não tinha, tinha apenas o livro, e o livro por si só não resolve porque, às vezes, você lê e não entende o que está ali. Mas eu tive colegas no começo, no Bom Jesus, maravilhosas, nós nos ajudávamos, as mais antigas ajudavam e elas recebiam nossa ajuda com muito amor e carinho e praticavam aquilo e isto dava excelentes resultados. Agente quase não tinha essa negócio de bomba, de menino repetir o ano. Das turmas todas sobravam lá 20 a 25 meninos no máximo. A maioria ia embora e muito bem. Mas hoje está um caos! A maioria dos alunos repetem de ano.

Formação Continuada

4) Você fez algum curso de formação continuada, específico para alfabetização? Como ele se deu? Em que lugar? Você aprendeu algo importante nesses cursos?

Fazíamos estes cursos, dentro da escola mesmo, com um professor que vinha de fora, nunca da cidade igual hoje que, às vezes, o próprio professor dá uma aula um para o outro. Eles ainda têm curso, mas eu acho muito fraco porque um professor ajudar um ao outro é bom. Sabe uma coisa que acontecia muito na época que ajudava os professores? Hoje os professores são inimigos.

Antigamente os professores se uniam para fazer um bom trabalho hoje não, cada um quer ser independente e isso só tende ao fracasso. Não quer dizer que ainda não existem professores bons, mas estes são poucos.

Atuação profissional

5) Quando e como foi sua primeira experiência como alfabetizadora?

Como alfabetizadora? É.

O primeiro ano que eu trabalhei foi com quarta série.

Levei um susto quando soube que começaria o meu trabalho pela quarta série, porque achei que tinha que começar pela primeira, mas me colocaram direto na quarta série e confesso que cheguei a pensar que não daria conta. É que eu sempre fui assim, um pouco atrevida, mas como eu tinha estudado para isso eu falava comigo mesma “vou dar conta”. E não foi tão difícil assim. Tinha o programa de ensino e eu só precisei segui-lo à risca. Mas como alfabetizadora foi no Bom Jesus mesmo

A senhora trabalho lá desde o início?

Desde o início, ficamos alguns anos numa tal..., sabe um posto de gasolina que tem ali na rua do Bom Jesus, descendo aqui a rua que vai para o Praia; descendo a Afrânio Rodrigues da Cunha ali tem um posto e ali em frente tem umas lojinhas? Ali e trabalhamos. Era um depósito de sal. O prefeito nos arrumou um lugar que era provisório e a gente trabalhou ali. Eu não me lembro quando, mas já era o Bom Jesus. Trabalhamos ali e também trabalhou um pouco no Renê Giannetti que foi numa época mais tarde. Até nessa época eu fiquei dirigindo ali, foi uma sala para mim, mas eu comecei a alfabetização foi no Bom Jesus. A minha Diretora falou: “olha você é capacitada eu vou te colocar na alfabetização porque eu não sei, mas eu acho que você tem um jeito de lidar com as crianças que vai dar muito certo na alfabetização”. E eu passei. E disse: “ai meu Deus”. Porque judia muito. Tínhamos que fazer muita coisa, fazer cartazes encher a sala encher a sala, desde o início do ano. Cartazes com letras, sílabas, com leitura e tínhamos que fazer cada coisa da cartilha que estávamos dando, cada texto e tínhamos que fazer para pendurar na sala. Era coisa demais. Copiávamos demais porque era muita coisa. Passávamos o dia inteiro trabalhando na escola e isso tudo dava bom resultado. A Diretora ela mandava, hoje ela não manda mais. Quem manda são os professores. Eu acompanhei muito. Assim trabalhei uma época que inclusive não era como antes onde a diretora era escolhida pelo governo era ... tinha política envolvida no meio como está tendo ainda, o que eu acho muito errado. Não era só o Bom Jesus que era bom, aqui em Uberlândia tinha o Dr. Duarte que era muito bom, um da Petronilha lá no Roosevelt. Ela foi uma excelente diretora também... Mário Florestan e tem um na avenida Vasconcelos Costa, eu até trabalhei lá, uma época que eu substituí uma professora, porque a Carmelita era diretora lá. Quando ela saiu do Bom Jesus ela foi para lá depois é que ela foi para Universidade. Ela me pediu “pelo amor de Deus, vem substituir” e eu fui em um outro horário, nem contou como tempo de serviço, eu fui dar uma ajuda para ela em outro horário, mas tinha escolas muito boas. Bueno Brandão era uma escola muito boa, ainda é. É uma escola muito boa, mas não é igual era antigamente. Às vezes as pessoas podem pensar que porque eu sou daquela época eu estou falando mal da época de hoje, mas eu acompanho as coisas de perto eu sei o que acontece nas escolas. Mudou demais.

Quais as escolas em que você trabalhou?

Trabalhei no Bom Jesus, no Treze de maio, no Felisberto Carrijo, trabalhei quatro anos. Quando

eu construí esta casa, trabalhei no Felisberto Carrijo porque era aqui perto, mas antes eu trabalhava no Segismundo Pereira porque eu morava no Santa Mônica. Foi quando eu aposentei. Fui para o Santa Mônica; construí uma casa lá, fui numa escola que a diretora tinha sido minha colega aqui no Bom Jesus. Eu falei “vou visitar a Jasmilda”. Ela era mulher de um médico, um médico daqui de Uberlândia, médico do coração. Cheguei lá ela me pôs dentro de uma sala de aula. Ela até ajoelhou no chão, “foi Deus mandou você aqui”. Eu disse: “o que? que é isso?” Você vai para uma sala, aqui, hoje! “Não eu não vim aqui para trabalhar”. Eu vim só para te dar um abraço”. Nem. você vai para uma sala! Eu quero esse abraço, mas você vai para uma sala. Fui menina, já era setembro. Eu entrei numa sala de alfabetização que a professora estava com problema de parto, todo mês, toda semana ela passava mal. E tirava uma semana, ia, voltava e assim foi o ano inteiro e ela já estava quase na hora de dar à luz e os meninos não tinham aprendido quase nada, porque ela sofrendo daquele jeito, quase não dava aula e quando dava ela estava mal. Então ela falou “pelo amor de Deus você vai salvar essa sala”. Eu disse: “pelo amor de Deus, eu acabei de aposentar, não quero trabalhar. Quero descansar um pouco. Ela disse não. Você vai é hoje para sala de aula. Ela me atentou até que foi lá me mostrar a sala eu fiquei com dó dos meninos acabei ficando. E minha vida foi assim, graças a Deus o povo me estimava muito. As pessoas com quem eu convivi eram pessoas maravilhosas que me estimavam muito e eu também gosto muito delas.

Quanto eu fui procurá-la no Bom Jesus, todo mundo falou bem da senhora e elogiou muito. Disseram que a senhora foi uma excelente alfabetizadora. Qual cartilha a senhora utilizou quando trabalhou no Bom Jesus?

Eu trabalhei com o método Global, mas não me lembro do nome da cartilha dele. Eu sempre utilizei o método alfabético porque ele é o contrário do Global, que começa do texto, depois passa para descobrir as frases, depois para as palavras, depois para as sílabas e, finalmente, o alfabeto. Eu trabalhei com esse método durante quatro anos, mas os alunos têm que ser excelentes, porque se for um aluno que tem dificuldade, como troca de letras, por exemplo, não dá resultado. O melhor caminho mesmo é o método silábico para essas crianças, porque ela têm que sentir como se pronuncia aquela sílaba, como se abre a boca, entre outras coisas. Isso ajuda muito. Já trabalhei com crianças com essas dificuldades, já trabalhei com crianças maravilhosas, mas também com classes difíceis, muito difíceis. Porque no Felisberto Carrijo eu trabalhei com uma turma, que para você ter idéia, trabalhei com uma turma que tinha menino excepcional, que tinha menino de seis anos e tinha menino treze, quatorze anos então era tudo misturado. Eu disse para a diretora “você que me matar”. Ela disse: “Sebastiana me dá uma ideia de quem que eu posso pôr nessa sala. Você é a única pessoa que pode dar conta dessa turma”. Eu falei “quem garante que eu dou conta, eu estou assustada. Eu nunca trabalhei com gente misturada desse jeito também não. Que isso? Você está abusando de mim”. Ela disse: “não tem jeito”. Sobram aqueles meninos aí, tem que juntar em uma sala. Aí... hoje não faz mais isso porque mistura todos, naquele tempo separava as classes A, B, C... então sobravam aqueles meninos mais difíceis. Primeiro dia que eu entrei na sala de aula eu cruzei os braços olhei para cada um e disse “boa tarde!” Eu vou ser a professora de vocês. Eu já sei que eu vou ter que brigar muito porque tem gente grande aqui que eu sei que não gosta de estudar, mas eu quero que vocês sejam meus amigos. Nós vamos ser amigos demais e eu quero passar todo mundo. Não quero ver ninguém para trás. Os meninos olharam para mim e falaram assim e essas meninas aí? eu falei “epa, mas que meninas?” Eram as excepcionais. Eu disse, elas também são capazes. Passou o ano, olha poucos meninos ficaram para trás excepcionais foram quatro, mas porque uma não conseguia

ler, mas o médico disse que ela não conseguiria ler porque não tinha uma parte do cérebro que a ajudaria a ler. Uma mocinha já, mas a letra dela, não existe coisa mais linda (tem coisa que marca a gente) a letra dela era a coisa mais linda! Ela copiava tudo, mas ler ela não lia, mas ela ficou muito feliz quando me mostrava e eu falava que o caderno dela era lindo, ela dava gargalhada. Teve gente que aprendeu a ler, falava com dificuldade, mas aprendeu e teve gente que não conseguiu, mas nenhum deles ficou sem aprender alguma coisa. Todos ficaram felizes porque aprenderam, não sabiam nada nem pegar no lápis. Uns escreviam mal porque tinham dificuldades de pegar no lápis. Eu fiquei muito feliz e segui em frente. E os meninos de 14, 15 anos todos passaram, mas no primeiro dia eles estavam muito rebeldes. Tinham estudado em outra escola e disseram que não aprendiam, que eram burros. Eu disse: “burros não!” (não dá para entender) não, aqui dentro não tem nenhum burro e eu garanto que vocês vão aprender a ler. Aí um falou assim para mim “então, se a senhora garantir, eu vou te dar um presente”. Eu disse “ótimo, só assim eu ganho um presente” (eu levo tudo na brincadeira). Ele falou assim “se você me ensinar a ler, porque para mim eu sou burro”. Eu falei “você não é burro você é esperto, você é esperto para fazer outras coisas”. Ele aprendeu e me deu um crucifixo que ele tinha achado na rua e eu tenho ele até hoje e quando viram que ele estava aprendendo a ler você precisava ver a alegria dele. Então eu fiz, graças a Deus, ele me deu esse dom, e eu pude ajudar muita criança e eu ajudo até hoje, porque Deus me deu inteligência que me ajudou muito e descobri que você sendo alfabetizadora você não tem que seguir tudo à risca não. Deve ser de acordo com os alunos, por exemplo, você falar que vai dar só processo mesmo, não funciona. Quando você pega uma classe mista não funciona. Você trabalha com um processo com outro processo então a professora tem que conhecer todos os processos para ajudar ele na hora que precisa, inclusive eu tive um curso sobre a pronúncia das sílabas, por exemplo, o fa quando você fala fa você não assopra, mas para a criança entender você assopra. Ela vai aprender e não vai trocar pelo v. Isso no início porque se ele já tiver pegado o vício aí é uma dificuldade e isso acontece demais nas escolas porque o professor não está preparado para isso e ele vê que o menino troca até no falar, mas ele não resolve o problema. No outro ano para o outro professor tirar, fica muito mais difícil e as vezes o professor consegue, as vezes, não. Mas eu já trabalhei também na ESEBA durante um ano. A diretora morava aqui e ela me falava “eu estou com uma classe de vinte e sete alunos que estão crescidos e não sabem nada e eu confio em você. Vai lá para mim pelo menos um ano tirar esses meninos, que eu morro de dó. Eles já estão ficando velhos na primeira série, e eu lá dentro já vi que tenho ótimas professoras, mas elas não estão dando conta deles. Eles são levados” (a entrevistada tosse). No ano que ela me convocou realmente eu não fui porque já trabalhava à noite e estava com mais de cinquenta anos. Eu falei “oh! Ana, este ano está muito difícil para mim”. Quando deu o ano seguinte ela disse: “agora a senhora não me escapa” e eu disse: “então tá, eu vou, se é para ajudar a criança eu vou”. Também cheguei lá era cada marmanjo 12, 11, 13, 14 até 14 porque depois dos quatorze o aluno tem que sair e estudar em outro lugar, no noturno. (pausa para Sra Sebastiana tomar água) ela colocou seis meninos de 06 anos juntos com esses meninos e tinha um aluno que ele falava tudo errado, não no sentido de falar a palavra errada, mas, por exemplo, com som de x ele falava z em vez dele falar o menino é chato ele falava o menino é “zato”, o b pelo p, ele trocava tudo! Eu nunca vi uma coisa igual você sabe que ele foi o melhor aluno que tive na sala de aula? Eu dava aula na frente explicava para os meninos depois eu chegava perto dele, eu ficava com dó, eu falava presta atenção na minha boca, olha como eu falo esta sílaba, presta atenção. Aí ele olhava para mim, ele repetia. Você acredita que quando eu saí de lá ele estava falando certo e foi o melhor aluno daquela sala, eu mesma assustei e admirei e consegui despachar todo mundo. Só ficou uma menina do prezinho. Ela conseguiu aprender até a

metade das sílabas, mas não conseguiu aprender tudo, mas o pai dela, para ele eu era ... era Deus no céu e eu na Terra de tanto que ele falava para mim “nossa eu estou feliz demais minha menina tem seis anos e já aprendeu a ler, mas ela não conseguiu aprender tudo, porque no começo ela não sabia nem pegar no lápis, porque aqueles meninos grandes. Teve um que um dia, jogou todos os meus livros no chão. Quando eu cheguei lá. Eu zanguei com ele. Chamei ele na minha mesa. Eu falei assim “você vai pegar minhas coisas e pôr tudo em cima da mesa. Enquanto você não colocar, eu não vou dar aula porque eu não mandei você jogar minhas coisas no chão. Eu sei que você é um menino bom porque você está fazendo isso? E fui conversando com ele, conversando até que deu uma hora que ele falou: “tá bom tia, eu vou pegar tudo e pôr na mesa e pediu desculpa e nunca mais me deu problema, porque menino você tem que ser dura com ele, não ser má, mas dura exigir, porque a criança pensa que pode fazer o que quer e esse menino chegava dando chute nos outros. Um dia ele mordeu o dedo da Ana Maria porque ele estava me dando muito trabalho. Vou logo no começo, e ele falou... naquela época o vice-diretor pegou ele e disse me dá ele que eu vou levar para a diretora e a Ana Maria estava zangando com ele e ele foi e mordeu o dedo dela. Deu uma mordida boa, mas comigo ele nunca fez nada. Era contra os colegas, mas foi indo ele acalmou e quando ele viu que estava aprendendo a ler, que ele já era grande também, ele acalmou, porque muito menino era revoltado porque os professores não sabem chegar naquele menino, a maneira dele aprender. A gente não pode ter somente método, temos que ter carinho com eles, mas também tem que ser enérgico. É uma coisa que os pais têm que aprender, professor tem que ter carinho com o aluno, mas não pode deixar ele fazer o que quer, porque se não é uma catástrofe em sala de aula e, antigamente, deixávamos de castigo, cinco minutos depois da aula que eles escutavam aquele silêncio na escola o menino nunca mais queria ficar depois da aula. Ele obedecia. Hoje não pode dar castigo mais, então o que faz? Tem que pensar que o professor também fica sacrificado. Quando deixa o aluno de castigo, ele também fica de castigo, então porque ele faz isso? Porque ele quer o bem do filho porque, quando ele não quer, ele vai embora para casa dele e não quer nem saber se o menino está atrasado, se fez a prova, se não fez. Quantas vezes eu fiquei com menino que não queria fazer prova. Eu dizia: “você pode não fazer, mas depois da aula você vai fazer”. Quando ele ficava, nunca mais ele deixava de fazer. Então tinha estas coisas que usávamos e que não prejudicava em nada ele. Gostávamos deles, e dava resultados.
(entrou a neta da Sra Sebastiana)

Quando você utilizou a cartilha, quem a escolheu?

A gente escolhia, todas as professoras de primeira série se reuniam para escolher. Ali havia várias cartilhas daquela época, distribuídas e nós escolhíamos. Era por votação (isto acontecia após o período desta pesquisa).

A senhora lembra se a cartilha tinha manual do professor?

Tinha. **A senhora lembra como era o manual?** As cartilhas tinham o manual do professor, mas não era muito bom. Gostei mais dos cursos que fazíamos, aprendíamos mais. **E quando pedia a cartilha vinha para todos os alunos?** Não naquele tempo o governo não mandava. Era a criança que comprava. A professora sempre fornecia para aqueles mais pobres. A escola comprava com a ajuda de pessoas da cidade que ajudavam com a caixa escolar. Ela comprava com esse dinheiro e dava para esses meninos. Dava não, emprestava porque no outro ano ela dava para outros meninos.

Você sabe qual foi o "método" utilizado na(s) cartilha(s)?

Como eram suas aulas?

Olha, no começo, as crianças não sabiam nem pegar no lápis, não faziam o pré, então tínhamos que primeiramente ensinar a criança a pegar no lápis, chegar na carteira e ensinar um a um, até ele conseguir fazer os rabisco dele, até ele conseguir chegar a copiar pelo menos as letras para assim começar, trabalhávamos com ele nesse sentido. Dependendo da criança, você escolhia o método a ser empregado. Professor não assentava, ele ficava o dia inteiro de carteira em carteira, ajudando as crianças. Então, às vezes, usávamos um processo, tinha um processo geral que a maioria podia aceitar, mas você, às vezes, usava outro com outro menino que você via que não estava dando resultado. É trabalhoso, o professor é sacrificado, mas fazíamos isso com muito amor e muito carinho porque a criança para gente é coisa muito importante.

Você planejava suas aulas?

A gente tinha, passava por visto da diretora, os planos de aula tinham o visto da diretora todo dia. Ela mandava recolher dois, devolvia depois recolhia mais dois passava pelo visto a diretora era muito exigente.

O plano então era diário?

Era, mas fazíamos um plano juntas, o geral de todas as séries. Então fazíamos um plano geral, você pode ver que nada disso é feito hoje. Cada uma dava um palpite e todo mundo apoiava uma as outras e aí que eu falo que hoje é cada uma para si. E isso é ruim

Que avaliação você faz da(s) cartilha(s) que utilizou?

Olha, eu nunca liguei muito para cartilha não. Acho que a cartilha não é o principal, mas sim o conhecimento do professor, porque podemos dar aula sem cartilha. A cartilha é uma ajuda para a criança para ela ter uma referência em casa, para recordar aquilo que aprendeu em sala de aula, mas eu acho que não tem necessidade em uma sala de aula porque você pode passar um texto no quadro, você pode chamar a criança e trabalhar com ela. Aquelas que têm mais dificuldades, trabalhar as dificuldades. Então a cartilha é mais para o aluno do que para o professor.

Que marcas ser alfabetizadora deixou na sua vida pessoal e profissional? (trajetória)

Nossa! Eu sou uma pessoa muito feliz até hoje. Eu falo para os outros que nada me derruba, porque eu sou uma pessoa muito feliz. Já passei por muitas dificuldades financeiras, porque na escola não, eu tive muita amizade e até hoje e pude ajudar muitas professoras que entraram quando eu era vice-diretora, muitas professoras que entraram com dificuldades, eu ficava depois da aula ajudando elas. Nunca tive preguiça nem má vontade de ajudar alguém, como até hoje, quando eu dou aula não é pelo dinheiro. O dinheiro de professor não resolve muito mesmo, é mesmo pelo amor.

Você ainda tem alguma cartilha ou caderno de planejamento? Se tiver, por que guardou?

Olha eu tenho um caderno aí que era do período preparatório que eu achava muito bom nas escolas, numa época. Primeiro dávamos o período preparatório que era como se fosse... deveria ser usado hoje no pré, e agora já tem o primeiro ano introdutório, que eu guardei com muito carinho porque tínhamos um programa do Estado que nas escolas devem ter, para quem conserva! Para quem conservou, a biblioteca do Bom Jesus foi maravilhosa. Hoje não tem nem metade do que tinha porque andaram jogando fora. Sabe que livro não se joga. As pessoas

mudaram muito o conceito, porque livro não se joga fora (o interfone tocou, era a neta da Sra Sebastiana). Eu tenho um caderninho se você quiser, eu te mostro. (ela foi buscar o caderninho). Correspondência- fazer correspondência de um desenho ao outros vários tipos, até mesmo com gravuras ou a gente fazia a mão fazíamos um joguinho para cada aluno. Equipotência, terminologia, simbolização do numeral, aí que entrava o numeral conjunto unitário. Vinha conjunto vazio, que nem ensina isso hoje mais. Vinha (isso na matemática) construa o conjunto de cinco a nove elementos, comparar os conjuntos, ordenar tudo assim através de gravuras de desenhos no quadro.

Isso era para que série? Para quem estava começando, sistema de numeração, número natural de 0 a 9. Trabalhava-se com números de 0 a 9, devagar né, depois conjunto dos numerais, introdução da primeira ordem. Terceira Etapa: identificar os subconjuntos, aqui é só de matemática deixa eu ver se tem de português... agrupamento dos subconjuntos. Ah! Vinha tudo assim, tudo com gravura. O período preparatório, nossa! Como sofriamos. Aí já entrava... isso tudo aprendia no período preparatório, depois vinha deitado de forma estática coordenação grossa antigamente a gente ensinava o menino a ter coordenação. Então tem a coordenação grossa e a coordenação fina. Punha os meninos todos deitado bem quietinhos, para ver se eles conseguiam também para ensinar os meninos abrir e fechar os braços e pernas, então o professor ia dando estes exercícios dentro da sala de aula, deitado sem deslocar o corpo, rolar como um tapetinho, sentado; poderia dar em um lugar de educação física no pátio e lá no Bom Jesus tinha aquele pátio no meio, que colocávamos os meninos ali. Trabalhava com eles ali, inclinar para o lado direito para o lado esquerdo. Já ia ensinando imitar animais, ficar em uma posição ereta, engatinhar imitando animais, ficar de pé de forma estática imitar um bonequinho que se desmonta no lugar, de pé de forma dinâmica, andar, variações no andar, sem objetos e depois com objeto, pular corda. Tudo isso antes do menino aprender as primeiras noções. Você pode ver que lá em matemática já entrava, mas na parte... Aí entrava na coordenação simples, recortar, recorte a dedo, recorte com a tesoura, recorte a dedo o menino dobra e passa o dedo para recortar, desenhos e pinturas modelagem e colagem, enfiagem e alinhavo ensinava o menino a enfiar na agulha e a alinhar, linhas pequenas, curtas, cortadas, retas e contínuas ia aos poucos, movimentos das letras, fazia o menino passar dedo nas letras o A (maiúsculo) a (minúsculo), fazia ele contornar as letras para ele saber depois como ele irá fazer, se ele ia contornar errado falávamos “não! pêra aí. Você vai subir aqui depois vai fazer a perninha do a”, então a criança já ia se adaptando as essas coisas depois então é que ele começava a cópias.

Copiava do quadro? É aí já copiava, mas não lia, aqui (no caderninho) tem pouca coisa. Cada criança é uma coisa, cada uma quer uma coisa, tem um incentivo, por isso que eu te falo essa negócio de cartilha, eu tenho uma cartilha que eu gosto muito dela, eu tenho até hoje o nome dela eu não sei mais não (a capa rasgou). Você pega uma cartilha, você pode pegar qualquer cartilha, mas eu vou lá na frente e depois volto. Eu não sigo a cartilha eu vou lá na frente, porque as letras que levam a criança a trocar como f, v eu deixo para o final primeiro eu dou as mais fácies e aquele menino que tem dificuldade e mesmo o que não tem eu sempre mostro para ele que o t, o t a língua bate aqui nos dentes, porque cada letra tem um jeito de você explicar, VACA, FACA é muito diferente; “tá soprando” Faca você não precisa ver isso, mas se você fala devagar, você vai vendo. Pronto, eles vão largando. Eu já trabalhei com meninos que têm dificuldades demais. Quando é a primeira vez, eu consigo, mas quando vem com defeito, às vezes, eu consigo, mas não posso fazer muita coisa. É mais difícil.

GRUPO ESCOLAR

6)O que você sabe sobre a história do Grupo escolar Bom Jesus?

A escola funcionou no Tabocas, Patrimônio, Saraiva, Martins e no Roosevelt. Funcionou em 05 lugares. Mas o que foi que você perguntou mesmo?

Quando ele foi para o lugar que ele é hoje?

Foi em 1955, foi quando ele foi... porque ele já existia nós trabalhávamos depois que construiu e fomos para lá.

Então foi aquele local que foi construído para ser a escola? Foi, foi construído pelo governo do Estado. Ele construiu a parte de cá, entrando pelo lado direito. Ele construiu oito salas de aula e a diretoria e a sala da diretora e os banheiros funcionavam ali, tinha um pátio todo cimentado, porque antigamente não tinha quadra, quadra coberta. Trabalhávamos de maneira bem grosseiramente. Depois a diretora conseguiu com que o governo fizesse aquelas salas de lá, porque foi entrando aluno, fez uma sala do lado de trás, fez a biblioteca lá porque a biblioteca ainda funcionava numa dessas oito salas. **Eu encontrei um jornal falando que a escola tinha uma biblioteca muito boa e que a escola tinha um jornal interno. A senhora lembra desse jornal?** Lembro. A escola tinha um jornal, me deixa ver se lembro o nome. Porque o nome dele mudava, teve “infantil” “Jornal da criança” porque todo ano eu acho que de dois em dois anos elegia uma nova diretoria do jornal e, às vezes, mudava o nome.

Você lembra quem foram os alunos que estudaram neste grupo?

Ah! Têm muitos que eu lembro, mas tem um que não. Olha como eu te falei era mais filhos de gente rica. Tinham os pobres também e todo aquele pessoal que morava em volta da escola estudava lá. Às vezes eu vejo Nozela. Eu sei se é ele porque a gente não lembra do primeiro nome só lembra do sobrenome. Eu sei que Nozela estudou no Bom Jesus, eu sei que... deixa eu lembrar era muita gente. Esse médico que eu consultei com ele foi meu aluno ainda no tempo que era do município. Tem um professor do estado que dá aula de física que também foi meu aluno, o Luis Carlos. Às vezes eu lembro o nome, às vezes lembro o sobrenome. Tem a menina do Jornal que foi minha aluna também, tem muita gente aqui em Uberlândia. Você viu que eu trabalhei 36 anos. Foram muitos alunos e para todo lado, então é muito difícil guardar.

A Senhora lembra do nome de alguma alfabetizadora que trabalhou com a senhora neste período?

Professora: Obaldina Naves, Dalva Borges, Eliane Dias ela trabalhou com pré, numa época que o governo deixou funcionar o pré. (trabalhou de 1976 a 1982). Odina Bezerra (morava na primeira rua acima da Getúlio Vargas – no penúltimo quarteirão descendo para a antiga Goiânia).

Após encerrar as perguntas, mostrei à alfabetizadora algumas fotos que encontrei no arquivo da escola. Ela reconheceu quase todas as pessoas das fotos.

Após mostrar as fotos, fiz algumas perguntas relacionadas as fotos.

Tinha só meninas? Mas tinha meninos também.

Todos estudavam juntos? Sim

Só estudava gente rica? Não, tinha pobre também e a gente não fazia diferença, se fosse inteligente ia para a sala A, mas nunca falamos se era sala A, B, C.

A senhora Sebastiana esta identificando as lojas que aparecem nas fotos. A filha da senhora deu aula no Bom Jesus que período? Na década de 70.

Aqui (foto) lá funcionava o clube agrícola? É, lá tinha um espaço que plantava todas verduras para colocar no lanche dos alunos. Plantava de tudo e, às vezes, até as mães levavam para casa porque sobrava. Dávamos para elas levarem para casa.

A Nilza era muito dinâmica. Ela tinha uma capacidade para gerir a escola.

Pode ver que os meninos estavam todos limpinhos, porque a gente prezava muito isto na escola. Se o menino fosse sujo a gente dava banho, tinha roupa na escola eu mesma costurei muito uniforme para os meninos pobres da escola. Dávamos o banho e colocava o uniforme e dizia: “pode ficar com este uniforme, mas não vem mais sujo para escola”.

Eram os meninos mais pobres que vinham mais sujos. Nós cuidávamos muito deles e sofriamos para limpar a cabeça desses meninos, porque havia muito piolho naquela época. Uma vez que chegaram umas crianças na escola com tanto piolho que eu, a servente e o médico, Dr. Jair, tivemos que fazer um tratamento para acabar com os piolhos, porque as crianças não tinham a menor condição de estudar da forma como estavam. O Dr. Jair ia à escola uma vez por semana. Ele cuidava dos alunos mais pobres e ainda dava remédios. Às vezes, nós, professoras, também comprávamos os remédios para dar para as crianças, porque havia algumas realmente muito pobres. Foi ele quem receitou um remédio para passar na cabeça daquelas crianças, logo que pôde raspou a cabeça para cuidar. Eles ficaram bons. Cuidou deles, do pai e da mãe, eram três crianças. Sofriamos muito com piolho. Hoje já tem remédios bons.

Aqui eu tenho uma foto de uma cartilha que trabalha com o método global, a senhora se lembra? É eu trabalhei com o método Global. É aquele que eu te falei. Você começa com o texto. Dá um texto pequeno para a criança aí eles lêem o texto. Você pergunta: “vê se vocês lembram-se de alguma palavra”, “vê se vocês descobrem uma palavra que vocês ouviram nesse texto”. Eles vão descobrindo. Se não descobrem a gente lê de novo, lê de novo até que eles aprendem. Primeiro vão descobrindo tudo é maravilhoso. Quando a criança aprende, entra no silábico, na palavra. Ela já sabe tudo, nossa é maravilhoso, mas precisa ser criança inteligente porque senão tem dificuldades.

A senhora trabalhou com outra cartilha que não fosse o método global? Já, eu trabalhei... só com o alfabético... eu aprendi com o alfabético, mas eu não trabalhei com o alfabético porque eu acho que é perder tempo, mas ainda tem professor que começa pelo alfabeto. Não sei se ela usa o método alfabético, porque depois vai juntando. Não sei se a professora ainda usa, mas é um método. É perder tempo. Então começa do silábico, da sílaba e ele já aprende a ler juntando as vogais. Não há necessidade de ensinar o alfabeto, o método alfabético. É difícil para a criança decorar o alfabeto. Imagina a criança decorar abcdefgh, então nunca trabalhei com o método alfabético, trabalhei com o silábico, com o de palavração que vai depois para global.

A senhora tem algum livro ou material desse período?

Eu dei tudo, depois que eu aposentei definitivo, eu doe para uma escola mais pobre.

Ela me trouxe a Cartilha Alegria do Saber, Brinquedos da Noite e Burrinho Alpinista e disse: estes aqui (os 02 últimos) são para a criança aprender a ler rápido. Para ter rapidez, que é coisa que a criança, hoje, não tem na escola. Tem muita repetição, tem que repetir para aprender.

Obrigada.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
PESQUISA DE MESTRADO
História de alfabetizadoras uberlandenses: modos de fazer no
Grupo Escolar Bom Jesus – 1955 A 1971
Pesquisadora: Michelle Castro Lima
Entrevista:

1) Dados de Identificação:

Nome: Aguiar

Estado Civil: Casada

Data de Nascimento: 18/09/1946

Período de atuação: de 1964 até os dias de hoje.

Escola(s) em que atuou: E.E Bueno Brandão, EE Bom Jesus, E.E. Ignácio Paes Lemes. SESI e Pirlimpimpim/São Paschoall.

Tempo em que atuou como alfabetizadora:

Desde que abracei a profissão de professora, de forma direta e indireta, trabalho com alfabetização. Do letramento, que inicia no maternal, ao 3º ano do Ensino Médio, a alfabetização sempre me encantou.

1964 - Iniciei minhas atividades pedagógicas como professora contratada para a 1ª série An2, no então Grupo Escolar Bom Jesus, sob a direção da Senhora Nilza Guimarães Cunha.

1968 – Fui contratada para o Grupo Escolar Bueno Brandão, assumindo turmas de 1ª série.

1969 – Fui nomeada pelo Estado, para atuar como professora, na Escola Ignácio Paes Lemes.

1971 - Através de concurso ingressei no Sesi, trabalhando com as salas de pré alfabetização, momento em que me descobri apaixonada pelo Ensino Infantil.

1973 - Criamos o Jardim de Infância Pirlimpimpim, onde até hoje, respondemos pelo trabalho realizado.

Durante todos estes anos vivenciamos diferentes propostas de letramento e grandes respostas dos alunos às metodologias adotadas nas salas de Alfabetização. É de conhecimento geral que a resposta ao trabalho obtido depende muito da identificação do professor com a metodologia adotada. Em nossa trajetória profissional, trabalhamos com os métodos silábico, global, eclético e estrutural. Ainda me recordo das Cartilhas Sodrê, Caminho Suave, Miloca, Teleco e Pipoca, Alegria do Saber, os Três Porquinhos, Davi meu Amiguinho, No Reino Encantado e algumas outras.

Infância/Alfabetização

2) Você se lembra do período em que foi alfabetizada?

Sim. Eu fui alfabetizada ainda no Jardim de Infância do Grupo Escolar Bueno Brandão. Meu interesse pela leitura era acentuado e, sem que me fosse exigido, de repente, comecei a ler. Fui alfabetizada pela Cartilha Sodrê (eclético) e pelo O Livro Lili, (global).

Método de alfabetização:

É interessante destacar que nessa época, em Uberlândia, a única escola que oferecia o Ensino do Jardim de Infância era o Bueno Brandão. Recordo-me bem do carinho e serenidade de dona Ana Lúcia, minha primeira professora. Dos colegas de sala, nesse momento me recordo apenas de

duas: a Márcia Nascimento e a Vanilda, que como eu, não se separavam da nossa linda cartilha: Lili. Foi um tempo agradável, pleno de brincadeiras e descobertas. Em meio às essas descobertas, conheci o significado das letrinhas e a magia de juntar as sílabas e formar palavras. Na realidade, essa minha façanha foi nada mais, nada menos que consequência do bom trabalho preparatório que vivi junto à minha linda professora do Jardim, de quem nunca me esqueço.

Você se lembra de alguma avaliação feita no período de sua alfabetização?

No Jardim de Infância o aluno não fazia avaliação. A professora elaborava um relatório que era encaminhado aos pais. A alfabetização em si, não termina nunca. Sempre melhoramos nossa forma de ler, escrever e interpretar. Recordo muito bem da forma de aplicação das avaliações, na época do meu Curso Primário.

As avaliações eram chamadas de provas e aplicadas mensalmente. A professora passava a prova no quadro, o aluno a resolvia sem o seu auxílio. Após a correção, o aluno refazia as questões erradas no caderno de classe e levava o caderno de Provas para casa, para os pais assinarem. Depois de assinado, o Caderno era devolvido à Escola.

A professora sempre atenta ao desenvolvimento da sala, acompanhava a atividade, estimulando a leitura, corrigindo a pronúncia, a pontuação, os sinônimos e a fluência, mantendo a classe em atividades constantes.

A correção feita em sala, ora era coletiva, ora trocavam-se os cadernos e cada aluno corrigia o caderno de um colega. Ninguém se sentia constrangido com essa postura e nem mesmo quando advertido pela professora.

Errar fazia parte do aprender.

Qual a sua formação básica (Pedagogia, Magistério, Normal)? Porque você escolheu fazer esses cursos?

Desde pequenina meu sonho era ser professora. Minha tia, Lourdes Carvalho era diretora do então Grupo Escolar Bueno Brandão. Eu me encantava ao vê-la envolvida com a Escola, provas, planejamentos, professoras, alunos e com a forma firme e delicada com que se relacionava com todos. Depois de adulta percebi que essa presença ativa e participativa de minha tia, fez com que eu decidisse ser professora. Então fiz o Curso Normal. Recém formada, já comecei a dar aulas no Grupo Escolar Bom Jesus, onde havia concluído o Curso Primário. Anos mais tarde fiz Pedagogia e me graduei em Psico-Pedagogia.

Escolhi a Educação como o meu caminho profissional e, conseqüentemente, desde o Curso Normal optei por cursos relacionados a essa área. Desde as primeiras aulas do Curso Normal, apaixonei pela Educação. Hoje percebo que essa paixão vem desde a infância, pois a minha brincadeira preferida era brincar de escolinha. O interessante é que sempre encontro um motivo para estar em uma sala de aula, porque, afinal continuo apaixonada por trabalhar com a área educacional.

Em que local você estudou?

Eu iniciei meus estudos no Grupo Escolar Bueno Brandão. Concluí o Curso Primário no Grupo Escolar Bom Jesus. Fiz os cursos: Ginásial e Normal, no Colégio Nossa Senhora das Lágrimas. Formei em Pedagogia na Faculdade de Uberaba. Graduei na ABRACEC no Curso de Pedagogia-Administração Escolar

O que você mais gostou desse período? (dinâmicas e materiais)

É tão interessante falar sobre o gostar porque quando gostamos de estudar, tudo nos chama a atenção e vem ao encontro de nossas expectativas. Quem marcou muito o meu curso Normal foi a professora de metodologia. A forma como ela falava sobre a atuação do educador junto ao aluno, encantava a classe, ávida por realizar um trabalho educacional diferenciado. Aprendemos a lidar com casos considerados difíceis, como alunos com dificuldades em comportamento, aprendizagem e ou relacionamento.

Aprendemos a dar aulas de leitura, interpretação e redação. A reconhecer as posturas das crianças, a analisar seu olhar, seu sorriso, seu vocabulário e as suas necessidades. Descobrimos a importância do concreto no aprendizado matemático. Recordo, com prazer, de nossos trabalhos em grupo, dos desafios das Pesquisas e principalmente dos estágios, onde tanto as professoras como as colegas de sala se faziam presentes. Após as aulas, a professora e as alunas se reuniam para avaliar a aula dada. Nesse momento, os pontos fortes e fracos da atuação da estagiária eram ressaltados. Sob a orientação da professora, quando necessário, traçávamos outros caminhos, utilizando novos recursos para solucionar o que tivesse ficado falho. Assim, adquirimos um bom “Know how” para assumirmos uma sala.

Qual área desse curso que mais marcou suas aprendizagens?

As áreas que mais marcaram minha aprendizagem foram a psicologia e as metodologias do ensino, pois uma está intimamente relacionada com a outra. A melhor metodologia não funciona bem sem a parceria da psicologia.

Como eram feitas as suas avaliações?

Como aluna do Curso Normal, minhas avaliações constavam de testes, provas, trabalhos em grupo e aulas práticas. Normalmente envolviam três questões. A primeira era uma dissertação bem abrangente envolvendo o tema de um dos capítulos estudados. A segunda era uma pequena dissertação sobre o segundo capítulo estudado.

A terceira envolvia quatro a cinco perguntas objetivas. As provas, bem diferentes das de hoje, eram passadas no quadro e copiadas pelos alunos. Avaliava-se o conteúdo, a caligrafia, o tempo gasto e a organização. Depois das provas corrigidas, o professor lia, frente à sala, as questões que fugiam do contexto. Diziam o nome do aluno. Era legal? Não e sim. Não porque o aluno ficava um tanto quanto constrangido, mas não frustrado. Sim, pois não querendo ver seu erro exposto, o aluno se esforçava para superá-lo.

Formação Continuada

3) Você fez algum curso de formação continuada, específico para alfabetização? Como ele se deu? Em que lugar? Você aprendeu algo importante nesses cursos?

Específico para alfabetização não, mas participei e participo, até hoje, de diversos cursos, congressos, seminários, work shop e encontros. Quando fico seis meses sem participar de um evento pedagógico parece que me perco no espaço.

Atuação profissional

4) Quando e como foi sua primeira experiência como alfabetizadora?

Foi no ano de 1964. Antes de formar, indicada pela minha professora de Metodologia, assumi

uma substituição na sala An2 na Escola Bom Jesus. A minha experiência foi fantástica. Muito jovem, assumi a postura de professora exigente, que compensava as exigências com o carinho e a atenção diferenciada que dava aos alunos. Nunca deixei um aluno sair triste da sala de aula ou ir embora com raiva de mim. Também nunca deixei um aluno para trás. Até hoje, considero muito positiva essa experiência.

Quanto tempo você trabalhou na escola Bom Jesus?

Durante três anos consecutivos, como professora contratada, para o 1º ano.

E como alfabetizadora?

04 anos no Grupo Escolar Bom Jesus.

05 anos no Grupo Escolar Bueno Brandão.

02 nos no grupo Escolar Ignácio Paes Lemes.

Qual(is) a(s) cartilha(s) que você utilizou?

Recordo que nas minhas primeiras turmas utilizamos a Cartilha Sodré, trabalhando o método eclético.

Depois, sob acompanhamento da então Delegacia de Ensino de Minas Gerais, trabalhamos com o método global, usando a Cartilha Os Três porquinhos. Anos depois, com a Cartilha do Miloco, Teleco e Popoca.

Quem a(s) escolheu? Por quê?

Não me lembro quem escolheu. Com certeza, a diretora. O professor não interferia na escolha. Quando começavam as aulas, a cartilha já estava adotada.

Elas tinham manuais de orientação?

Sim. Esses manuais eram muito bons, pois facilitavam o trabalho realizado, trazendo idéias interessantes para a apresentação das lições e de exercícios de fixação. Hoje, a forma de trabalho é mais moderna, contudo o manual é uma excelente ferramenta que favorece, sobre-maneira, o trabalho do professor.

Nesse período havia cartilhas para todos os alunos?

Sim. O aluno que não podia comprar a Cartilha, a recebia da Caixa Escolar.

Como era sua sala de aulas?

A sala eram ventiladas e as carteiras duplas, colocadas em 3 fileiras, atendendo, em média, 38 alunos.

As atividades eram passadas no quadro. Os alunos as copiavam e resolviam. A correção era feita pela professora ou de forma coletiva. Recordo-me da dificuldade dos alunos do Primeiro ano, que desde o primeiro dia de aula, tinham que fazer em todos os cadernos utilizados no dia, o cabeçalho contendo completo, constando a data, o nome da Escola, da Diretora, da Professora, do Aluno e o dia da semana.

Você planejava suas aulas? Como? Por quê?

Sim! Minhas aulas eram bem planejadas e seguia a sequência organizada pelo Programa de Ensino. Como toda professora, tinha o meu caderno de Planos de Aula, onde lançava as

atividades que seriam trabalhadas no dia. Na Primeira série iniciava-se o ano, trabalhando o Período Preparatório, onde o aluno desenvolvia a percepção viso-áudio-motora e a coordenação, pré requisitos à alfabetização.

Cumpríamos a Grade Curricular do Estado e dávamos aulas de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Estudos Sociais e Artes. O grau de dificuldade era trabalhado de forma crescente. Valorizavam-se muito as Histórias Infantis, as Poesias e os Momentos Cívicos.

A diretora recolhia e analisava o Caderno de Planos e alguns cadernos de alunos. Assim, ela acompanhava o trabalho do professor e o desenvolvimento da sala. Normalmente, o professor tinha autonomia para trabalhar do seu jeito, assim como o aluno tinha o compromisso de participar das aulas, fazer todas as tarefas, cumprindo sua obrigação. Ambos tinham autonomia para fazer as suas escolhas, pois se mostravam muito responsáveis. Cobrava-se a organização do caderno, a caligrafia, parágrafo, margem e traços.

Como recreação, brincava-se de teatro, de cantar individual ou em dupla, poemas, desenhos e ginástica.

Então vocês usavam o canto na sala de aula?

Sim! Diariamente usava o canto em sala de aula. Reservava o final da aula para essa atividade.

Os alunos iam à frente da sala para cantar ou recitar um poema. Na época, recitar era muito chique. Como toda criança gosta de ser chique, todos participavam com prazer. Um recurso também muito usado era a turma cantar enquanto trocavam de caderno preparando-se para o novo conteúdo a ser trabalhado.

Que avaliação você faz da(s) cartilha(s) que utilizou?

É interessante fazer esta avaliação, pois tudo teve seu tempo e a sua magia.

As duas formas de alfabetização que trabalhei, trouxeram respostas positivas e cada uma foi única para os alunos e para mim. Com a cartilha silábica, a leitura e a escrita ocorrem mais rápidas, contudo a leitura demora a ficar fluente e a redação dos alunos é menos criativa. Já, na cartilha com o método global, a leitura e escrita ocorrem mais lentamente, mas os alunos lêem com fluência e redigem com segurança e criatividade.

Os dois métodos são importantes e positivos, pois cada criança se identifica com um deles. A resposta ao método depende da motivação e da habilidade da professora.

Você se lembra como era a Cartilha Sodré?

A Cartilha Sodré é uma cartilha que começa com as vogais. Em seguida apresenta as sílabas, depois as palavras e após, pequenos textos de frases curtas.

Então, você usava cartazes?

Sim! Os cartazes acompanhavam a cartilha. Quando não os recebíamos, nós os confeccionávamos. Fazíamos também, os cartazes das leituras complementares e as fichas de leitura incidental.

Que marcas o fato de ser alfabetizadora deixou em sua vida pessoal e profissional? (trajetória)

Tudo de bom que você possa pensar. Sou uma pessoa realizada profissional e pessoalmente. Costumo dizer que trabalhar com as crianças não nos deixa envelhecer, pois a presença delas

mantém jovem o nosso espírito. Tenho certeza de que quem trabalhou com escola nunca esquece os momentos que viveu. Para mim, ser professora é acreditar no mundo, nas pessoas e no futuro. Não se adquire vocação para ser professora alfabetizadora. Pode-se aprender, mas este dom está no sangue.

Você ainda tem alguma cartilha ou caderno de planejamento? Se tiver, por que guardou?

Infelizmente não. Sabe por quê? Eu tenho mania de limpeza e não guardo nada que deixo de usar. Contudo, neste caso, hoje me arrependo de não ter guardado pelo menos o meu primeiro caderno de aula e de plano, os recadinhos dos alunos e um caderninho deles.

GRUPO ESCOLAR

5)O que você sabe sobre a história do Grupo escolar Bom Jesus? (lugares, professores, rede física, doações)

Eu não conto muito com a minha memória para determinadas coisas. Não sei quem criou o Grupo Escolar Bom Jesus. Quando ali entrei, como aluna do terceiro ano e depois como professora, ninguém comentou e nem eu procurei saber. Minha primeira diretora foi a Senhora Nilza Guimarães Cunha.

Depois de muitos anos, meus filhos foram ali estudar e ela continuava como diretora. Hoje não sei quem dirige a Escola.

O Grupo Escolar Bom Jesus iniciou suas atividades na Praça Nossa Senhora do Carmo, no bairro Fundinho, no local onde funcionava o Batalhão do Tiro de Guerra. Depois, mudou-se para a Avenida Pais Lemes, onde funcionava a antiga Congel, uma fábrica de sorvete. Após muitos anos, a prefeitura reconstruiu a primeira instalação e o Grupo Escolar retornou ao seu local de origem, na Praça Nossa Senhora do Carmo.

Você se lembra de alguns alunos que estudaram no Bom Jesus?

Eu me lembro apenas de alguns colegas de sala: Márcia Nascimento, Roseli, Maria Lúcia Moreira, Serginho, Joaquim, Cleusa Barbosa e Ana Maria Ennes Arantes.

Qual era o nível social dos alunos. Eles moravam perto da escola?

O nível era bem diversificado. A maioria dos alunos morava perto da escola e como eu, pertenciam a classe média.

Retorno com o livro Programas (Ensino Primário Elementar):

Você lembra-se deste livro?

Sim, como poderia esquecer o Programa de Ensino. Nós utilizávamos para planejar nossas aulas. Com este material, mesmo uma professora que nunca entrou em sala de aula conseguia dar uma boa aula.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
PESQUISA DE MESTRADO
História de alfabetizadoras uberlandenses: modos de fazer no
Grupo Escolar Bom Jesus – 1955 A 1971
Pesquisadora: Michelle Castro Lima
Entrevista

Nome: Zacarias

Estado Civil: Viúva

Data de Nascimento: 29/05/1937

Período de atuação: Foi em 1965 ou um pouco antes, 64 até eu aposentar que foi 18 de fevereiro de 1987

Escola(s) em que atuou: Eu trabalhei no Grupo Escolar Bom Jesus e na EE Enéas Junqueira

Tempo em que atuou como alfabetizadora.

Foi uns dois anos mais ou menos, porque depois elas me passaram para a quarta série e de lá eu não saí mais. E na EE Enéas, eu só trabalhei na quarta série. Elas gostavam muito do meu serviço, mas disseram que os outros também eram importantes.

Infância/Alfabetização

2) Você se lembra do período em que foi alfabetizada? Da Escola, da Família, do Professor, dos Colegas, da Cartilha, da Avaliação e do Método de alfabetização.

No Bom Jesus nos usávamos o método global, porque ele já estava implantado que é o mesmo da autora do livro do “Barquinho Amarelo” a... Ieda Dias. Usamos vários livros “Os Três porquinhos”, “Sarita”, experimentamos até cair no “Barquinho Amarelo”. Teve também “o livro de LILI”, que era assim “Eu sou a Lili, Eu sou a menina Lili” essa era a primeira lição. Nós colocávamos os cartazes no quadro e liamos. As crianças tinham que repetir aquilo todos os dias, para eles irem memorizando, porque era tudo repetição.

E vinham os cartazes com os livros? Vinham, além dos livros, vinham os cartazes depois tinha o grupo de livros com as frases para a gente desmembrar e eles formarem. Tinha os encaixes, tinha o cartaz só com a figura para eles formarem as frases só pela figura, normalmente não juntávamos mais de quatro cartazes. Aqueles que já estavam identificando, sabíamos que tinham acompanhado bem, que tinham aprendido bem, mas sempre voltávamos até que todos conseguissem aprender.

E o período em que a senhora foi alfabetizada? Nossa minha história é... minha mãe que conta, foi assim: eu sou mais nova que a minha irmã que é a primeira, primogênita, e depois foi eu. Ela tinha sete anos e eu tinha cinco ela já deveria começar a estudar. E eu ainda não podia começar a estudar, então a mamãe disse a minha irmã: “eu vou te alfabetizar”. Meu pai foi à cidade, porque morávamos na fazenda, e comprou o material dela e eu fiquei louca com aquilo, mas eu não podia. E quando a mamãe ensinava para minha irmã mais velha eu ficava assim, atrás das duas, para ver. E foi assim que aprendi a ler, sem ninguém me ensinar e quando eles descobriram eu estava lendo primeiro que ela. A mamãe conta esta história para todo mundo. Minha irmã não estava dando conta de ler uma lição e eu li na frente dela e quando elas deixavam o caderno eu corria lá e lia a lição toda. No final do quintal de casa havia areia, eu ia lá e escrevia o nome de todo mundo com folhinhas de laranja. Assim, sem ter caderno ou livro, eu aprendi a ler com cinco anos sem ninguém me ensinar, sem ter tido professor para mim. Sem ter caderno ou livro, eu aprendi a ler com cinco anos, sem ninguém me ensinar, sem ter tido professor para mim.

Minha mãe é que contava isso para todo mundo, mas isso só causou muita encrenca, porque com essa contação de história da minha vida minhas irmãs todas brigavam comigo, achando que eu queria ser a mais.

Formação Básica

3) Qual a sua formação básica (Pedagogia, Magistério, Normal).

Eu fiz só o magistério de 1ª a 4ª, depois eu me especializei fiz o curso de secretaria, mas faculdade mesmo, eu não fiz não. Porque depois que eu me formei eu casei e tinha minhas filhas eu não precisava muito mesmo, eu dediquei meu tempo às minhas filhas, ao lar tanto é que eu só tinha um cargo.

Você escolheu fazer esses cursos? Não, foi determinação dos meus pais, tanto que eu comecei a fazer o clássico no Museu. Eu tinha vontade de fazer outras coisas, ir para o lado da música, das artes, mas a obediência... eu obedeci meu pai.

Em que local você estudou?

O Magistério foi no Colégio Nossa Senhora das Lágrimas.

O que você mais gostou desse período? (dinâmicas, materiais)

Eu gostava muito de conviver com as freiras, daquela disciplina que existia no colégio, tanto que hoje para mim é um problema porque meu neto é bagunceiro. Mas não tem um especial que eu possa falar eu gostei mais disso do que daquilo. Eu gostava de tudo, achava que tudo valia a pena.

Qual área desse curso que mais marcou suas aprendizagens?

Foi a filosofia da educação, a educação infantil, aquela área que envolve mais o que a criança realmente é, a educação mesmo. Penetrar no interior da pessoa, descobrir porque a pessoa não aprende, eu gostava desta parte. A metodologia de como agir. Agora Português e Matemática eu gostava porque tinha que saber, porque sem elas ninguém vai.

Como eram as avaliações?

Tinha provas tinha trabalhos, a maioria era escrita. Dificilmente tinha prova oral. No final do ano tinha prova oral, mas de modo geral era mais provas escritas. Provas dentro do contexto, do conteúdo que estudamos durante um tempo dificilmente saía daquela... as avaliações eram assim.

Formação Continuada

4) Você fez algum curso de formação continuada, específico para alfabetização? Como ele se deu? Em que lugar? Você aprendeu algo importante nesses cursos?

Eram os cursos que a escola proporcionava, porque eu já tinha aquele jeito de saber o que fazer, de como fazer, porque a primeira coisa que tínhamos que fazer no trabalho é saber se você está levando só um ou dois e o restante está ficando. Então, assim, eu gostava sempre de observar se eu estava conseguindo ajudar a todos ou a quase todos. Neste método global que eu dei aula, eu estava comentando com minha filha que ela estava falando que o filho dela custou muito tempo para alfabetizar eu falei para ela eu tinha 42 crianças para alfabetizar, eram crianças demais, mas eles escutavam, atendiam a gente, participavam. Só uma criança não aprendeu. Esse não aprendeu mesmo, aí nós fomos para a silabação, pro “BEABÁ”, aquele que ninguém fica sem, pois vai mecanizando aquilo por uns dois anos, até que acontece.

Atuação profissional

5) Quando e como foi sua primeira experiência como alfabetizadora?

Eu estava no segundo ano de magistério, teve a substituição de uma professora que saiu para ganhar neném no final do mês. A diretora mandou pedir no Colégio Nossa Senhora das lágrimas uma substituta porque este colégio ficava quase um quarteirão da escola. Você sabe onde fica o Colégio Nossa Senhora e o Colégio Bom Jesus?

Sei. Mas ele estava no prédio velho, onde era a CONGEL antigamente, onde tem o Center som, era ali.

A diretora perguntou “quem quer alfabetizar?” (Os alunos eram bem pobres) Eu fui substituir por estes três meses. Eu descobri que os alunos, não sabiam nada e já era agosto. Cheguei na diretora que chamava D. Nilza, ela já faleceu, falei “D. Nilza como ajudar este meninos, eles não estão nem... olha eles começam a escrever aqui nem acabou tudo eles já vão para a outra página, não tem margem” e eu fui contando tudo que eu queria que tivesse. Ela gostou muito desse serviço meu. Fomos tentar, mas não deu, era pouco tempo, mas eu já tinha conseguido colocar ordem para eles escreverem sem perder folha do caderno porque eles eram todos pobres. Fomos tentar, eu disse, se a senhora não se incomodar eu queria um caderno novo para cada aluno. Ela disse: “nossa é difícil!” E eu disse que iria ajudar com os cadernos. Aí ela achou que podia pedir e pediu para um político que deu os cadernos para todos os alunos. Eu fui ensinar para cada um escrever seu nome, o nome da cidade, o dia o cabeçalho. Os alunos perguntavam: “professora tem que fazer o cabeçada?” “Tem o cabeçalho, com a data com tudo”. Eu adorava, eu adoro até hoje. Quando eles começam a fazer... No ano passado a comecei a trabalhar na escola Rotary. Fui alfabetizar os aluninhos que estavam há seis sete anos sem alfabetizar, mas quando eu estava começando a me empenhar, eles me aposentaram.

Quais as escolas que você trabalhou?

Foi o Bom Jesus e a Escola Enéas, você conhece o Enéas? **Conheço.** Eu me aposentei no Enéas.

Quanto tempo você trabalhou na escola Bom Jesus?

Olha eu fui nomeada para lá. Primeiro eu fiz as substituições, depois fiz o concurso e fui nomeada para lá, e fiquei lá olha não é muito difícil não, porque minha filha nasceu em 67, quando eu fui para lá, fiquei lá até 80, depois de 86 eu aposentei.

E como alfabetizadora?

Foi em 67, não 68 mais ou menos. Eu trabalhei uns dois anos. Porque eu tinha pegado estas substituições, antes do concurso eu tinha o terceiro ano do curso. No terceiro ano eu trabalhei como contratada, o ano todo alfabetizando. Nossa, a D. Nilza adorava! Ela chamava as pessoas para ver a minha sala e eu pensava “ai meu Deus, eles não estão limpinhos nem todos tomaram banho” e eu cansava de ver aquela mulherada entrar na minha sala e ela dizia “não é porque a nossa escola esta progredindo”, ninguém contava porque aquele povo ia lá, a gente perguntava “por que vocês foram lá?” “não; fui apenas ver a escola”. Eu perguntava foi na sua sala, “não”, ia só na minha, mas que feiúra que vocês me aprontam, aqui não hoje eu estou ocupada, estou correndo, porque quando elas iam na minha sala os alunos badernavam tudo.

Qual(is) a(s) cartilha(s) que você utilizou?

Era o método Global, que era o livro da Lili, da Sarita e no final o Barquinho Amarelo.

Quem a(s) escolheu? Por quê?

Era a diretora quem escolhia as cartilhas a serem utilizadas.

Estas cartilhas tinham manuais do professor?

Tinha, mas não ficava com a gente. Eles iam dando, por etapa, o manual para gente. Nós não tínhamos o manual. Ele ficava na direção. Lá tinha o programa de ensino, que trazia todos os objetivos, mas os manuais eram na direção. A própria diretora ou a vice que entregava, eu que ia à direção e dizia “olha o meu já acabou quero mais. Abasteça-me!” eu que cobrava.

Nesse período havia cartilhas para todos os alunos?

Tinha.

A senhora lembra se era os alunos que comprava ou a escola que tinha?

Eu acho que eram compradas. Essa distribuição de livros é muito recente, mas eles compravam.

Você sabe qual foi o "método" utilizado na(s) cartilha(s)? Como eram suas aulas?

Olha, trabalhávamos muito com o material que a escola oferecia que eram os cartazes, ir ao quadro negro, as fichas e normalmente fazíamos fichas também para treinar a palavra. Eu fazia ficha de cartolina para escrever, só que as fichas que escreviamos era de letra cursiva e eles estavam ainda na letra de imprensa. Então nós tínhamos que usar os cartazes mesmo. O quadro mesmo, usávamos muito pouco. Eles copiavam direto do cartaz e para fazer a transferência que depois falávamos assim “O Barquinho Amarelo esta escrito com a letra desse jeito; então nós vamos escrever com a nossa letra” e punha direitinho e tinha que observar se colocou direito. Até uns seis meses era caderno sem pauta, porque você não tinha obrigação de escrever na linha, mas a criança organizada já escrevia quase reto. Agora tinha criança que fazia diferente, para você ver a desorganização coordenativa deles. Meu neto tem coordenação motora com muita força, ele escreve com tanta força que passa a folha eu falo para ele “pra que esta força menino, você vai furar este caderno?”

Você planejava suas aulas? Como? Por quê?

Planejava de acordo com o plano de ensino, com os objetivos, com as ações realizadas, assim as que ficavam pendentes eram trabalhadas na outra semana. De um modo geral fazíamos planos para um dia, porque dentro daquele dia tínhamos mudanças, mas na quarta série, quando eu trabalhei, fazíamos plano semanal. E sempre eu deixava um espaço para acudir o que não foi feito. E você sabe que o que mais faz a criança aprender é a repetição, aprendizagem se faz por repetição, não adianta pensar que porque já viu vai aprender é a repetição que faz aprender.

Que avaliação você faz da(s) cartilha(s) que utilizou?

Alcançávamos os objetivos que ela propunha, mas tínhamos que trabalhar. Assim a cartilha valia mais pelo esforço do professor do que por ela mesma. Agora nenhuma delas foi defeituosa para mim. A dos “Três Porquinhos” achei excelente era uma história que chamava a atenção. Agora “O Barquinho Amarelo” que era de Marcelo... chamávamos na sala quem era Marcelo para ilustrar a aula. “Quem chama Marcelo?” “Hoje a história é do Marcelo”. Motivamos com eles mesmos, com os problemas que havia, dávamos um jeito de voltar para as aulas.

Que marcas ser alfabetizadora deixou na sua vida pessoal e profissional? (trajetória)

É muito bonito quando você vê a criança lendo, aquilo dá uma alegria tão grande, tão grande que você fala: “olha ele conseguiu!” Porque você sabe que alfabetização é uma arte mais que qualquer outra porque, depois de alfabetizada, a criança vai longe. Quando eu conseguia...

começávamos em fevereiro quando era lá para maio eu já sabia quem estava conseguindo ler, mas quando era agosto todo mundo já deveria estar lendo porque tinha o programa de estudo para poder passar para a segunda série. E na segunda série se você levasse uma criança sem saber, porque você não leva todo mundo perfeito se passa alguns, ao invés do professor trabalhar com a criança ele vai xingar quem não trabalhou tudo. Então falávamos se o professor fizer tudo você vai ficar desempregada. No ano que vem você não vai ter aluno. Então tem que deixar alguma coisa para fazer na segunda série.

Você ainda tem alguma cartilha ou caderno de planejamento? Se tiver, por que guardou? Você doaria esse material para a UFU para o Centro de Memória e Documentação em Alfabetização de Minas Gerais.

Não, nenhum eu sou daquelas que passava os anos eu dava ou jogava fora. Agora minha filha é de guardar muitos cadernos, capaz que ela até tem coisas. Meus cadernos eram todos desenhados, todos enfeitados. Eu adoro desenhos. Eu tenho um caderno de oração que é todo desenhado e eu estava até completando ele.

GRUPO ESCOLAR

6) O que você sabe sobre a história do Grupo escolar Bom Jesus? (lugares, professores, rede física, doações)

Ele antes de ser construído onde ele é, na Praça Nossa Senhora do Carmo, ele funcionava precariamente na CORGEL, é onde era um depósito de gelo, ou algo assim. Era um galpão, chovia, não tinha espaço até que o governador construiu onde hoje ele funciona. Eu consegui ir para escola nova e sair da velha e ficar lá por um bom tempo.

Quando construiu o novo prédio fechou o velho?

É, o dono construiu cômodos de comércio.

É ali perto da EE Américo Renê Giannetti, em frente ao posto?

É ali, o dono construiu várias lojas, tem padaria, o Center som, uma loja de roupa é ali mesmo. E eu morava na Rua Quinze de Novembro, pertinho de tudo. Casei e fui para lá, porque quando eu era solteira morava na Princesa Izabel que era um beco. Nós morávamos ali perto, depois é que compramos esta casa aqui.

E quando se construiu a escola, como era o prédio? Havia uma boa rede, boas salas?

Foi perfeita, foi daquele jeito que é hoje. Tinha pátio, era menor porque hoje tomou um pouco mais da praça, tinha salas amplas, mas era asseadinho o piso era grosso que nem este aqui, esse aqui.

Você lembra quem foram os alunos que estudaram nesse grupo?

Ah não sei não, não ficou nenhum na lembrança. Às vezes eu encontro alguns deles e eles dizem “ah a senhora foi minha professora” e digo “ah foi mesmo”.

E a senhora lembra se eles eram de famílias abastadas ou mais pobres?

Tinha de tudo, mas a minha sala normalmente eram os meninos melhores porque quem trabalha melhor, selecionava os seus alunos. Nno tempo do concurso do Rotary, meus alunos saíam bem, eu tenho cartão, carta de homenagem lá no “Bom Jesus” que eu recebi por causa do meu trabalho. Essa homenagem é de prata, é o que povo fala, porque eu nunca vi. Depois que eu aposentei é que eles fizeram a homenagem. Eu levava muito a risca o que tinha que fazer. Na alfabetização, nem tanto, mas na quarta série pedi para escrever para as embaixadas, na época nos fomos

estudar os estados e as capitais do Brasil. Nós escrevemos para os Estados e eles enviaram as bandeiras de cada estado, as bandeira oficiais, a diretora ficou boba. Eu disse para ela “o livro sugeria esta atividade e, por isso, eu fiz. Eu fiz do meu jeito. Eu me lembro da de Pernambuco. Depois nos mandamos para o exterior para embaixada da Alemanha, a gente mandava para a secretaria de educação e de lá eles endereçavam para as embaixadas e todos nos responderam, a diretora ficou boba. Isto na quarta série.

As minhas perguntas são essas a senhora gostaria de acrescentar alguma coisa?

Não. É uma lembrança feliz que tenho desse período.

Muito obrigada.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
PESQUISA DE MESTRADO
História de alfabetizadoras uberlandenses: modos de fazer no
Grupo Escolar Bom Jesus – 1955 A 1971
Pesquisadora: Michelle Castro Lima
Entrevista:

1) Dados de Identificação:

Nome: Bezerra

Estado Civil: Divorciada

Data de nascimento: 22 de maio de 1939

Período de atuação: 1970 a 2005

Escola(s) em que atuou:

Tempo em que atuou como alfabetizadora: 25 anos

A senhora se lembra qual o período? Foi de 1970 até 1955

Infância/Alfabetização

2) Você se lembra do período em que foi alfabetizada?

A iniciação, eu tive brincando, porque meus pais eram comerciantes, então, eu ficava brincando ali do lado do balcão com meu pai e minha mãe. Meu pai era uma pessoa muito culta, quando ele viu que eu tinha idade, uns 5, 6 anos, ele começou a comprar caderno de caligrafia, já para mim desenvolver a coordenação motora e já nesse período de coordenação eu já fui introduzindo as letras, porque naquela época o caderninho trazia o alfabeto, então através daquele movimento a gente já ia memorizando, então, quando vi eu já estava lendo. Mas a escola, a escola que eu fui alfabetizada foi Adventista, em Várzea Grande, cidade do Mato Grosso perto da capital Cuiabá.

A senhora lembra de ter utilizado alguma cartilha?

Era a Cartilha Sodré.

A senhora lembra qual o método da Cartilha Sodré?

Era o analítico, porque começava das letras depois ia para as palavras.

E, por coincidência, durante o Curso Normal, a minha primeira experiência foi na aula prática, porque a gente tinha aula prática e teórica, a gente tinha, a partir do 2º ano do Normal, porque naquela época o Normal era dois anos, tivemos aula prática e teórica. Na prática, a gente ia para um colégio onde tinha classe de alfabetização. Ia a turma toda, todas as alunas a alfabetizadora e a aluna que ia dar aula naquele horário de 50min, e dentre elas eu fui a primeira e por coincidência eu usei a cartilha Sodré com que eu tinha sido alfabetizada. Felizmente muito bem.

A senhora lembra o tipo de avaliação utilizado no período que a senhora foi alfabetizada?

Era através de notas, de provas. É até hoje.

Formação Básica

3) Qual a sua formação básica (Pedagogia, Magistério, Normal). A senhora escolheu fazer esses cursos?

Terceiro Grau. **Qual o curso a senhora fez?** Pedagogia e especialização. **Especialização em quê?** Língua Portuguesa.

A senhora escolheu fazer esses cursos? Foi. A senhora fez o Normal? Sim. Onde? No Colégio Nossa Senhora das Lágrimas.

Em que local a senhora estudou? Pedagogia? Sim. Foi na Faculdade de Barretos. Qual o nome da faculdade? Eu não lembro, mas foi em Barretos.

O que a senhora mais gostou desse período? (dinâmicas, materiais)

Foram as pesquisas, como foram enriquecedoras. **A senhora fez muita pesquisa?** Nossa e como, trabalho. Pesquisa e dentro da Pesquisa o trabalho.

Qual área desse curso que mais marcou suas aprendizagens?

Olha para te dizer a verdade foram todas elas, foram bem aproveitadas. **Teve alguma específica?** Não, sabe quando a gente gosta, não tem uma específica.

Como eram as avaliações?

Através de notas, provas e trabalho.

Formação Continuada

4) A senhora fez algum curso de formação continuada, específico para alfabetização?

Bom eu fazia, fazíamos sempre que a UFU trazia alguma pessoa dentro daquela área de alfabetização.

Trouxe um professor de Mogi da Cruzes e o que eu pude explorar eu explorei ao máximo o conhecimento desse professor, e ainda tinha os cursos que a superintendência dava, que hoje não dá mais.

Como ele se deu? Em que lugar? Senhora aprendeu algo importante nesses cursos?

Cada um acrescentava uma coisa a mais, muitos a gente já tinha conhecimento, já aplicava, era uma troca, porque tínhamos a realidade e eles tinham a teoria, assim juntávamos os dois.

Atuação profissional

5) Quando e como foi sua primeira experiência como alfabetizadora?

Foi na Escola Bom Jesus. Eu caí de para-quedas. **A senhora lembra quando é que foi?** Foi em 70.

Quais as escolas que você trabalhou?

Em Minas, eu trabalhei no Treze de Maio depois eu fui alfabetizar no noturno no Osvaldo Rezende. Só. **Quanto tempo a senhora ficou nessas escolas?** No Osvaldo Rezende foi um ano, alfabetizando só adulto porque de manhã eu continuava no Bom Jesus.

Quanto tempo você trabalhou na escola Bom Jesus?

23 anos. **Este tempo todo como alfabetizadora?** Sim como alfabetizadora.

Qual(is) a(s) cartilha(s) que a senhora utilizou? Quem a(s) escolheu? Por quê?

No começo, nos tínhamos a Cartilha Caminho Suave, depois foram aparecendo novos métodos, saímos do analítico e passamos para o Global. Olha vou te falar a verdade, eu comecei realmente foi com a Cartilha Caminho Suave, mas ali eu que me fazia, não esperava, não seguia rigidamente aquela cartilha. Na proporção que ia vendo as dificuldades das crianças, eu ia mudando. Depois de um certo tempo, aí eu passei a trabalhar com aquela... Barquinho amarelo que eu trabalhei até o final, ah eu adorei essa cartilha. A senhora trabalhou com o Barquinho

Amarelo? Sim, mas sempre com alguns respaldos, eu fazia pesquisa, pegava o material de outros alunos, fazia aquela mexida para encontrar um denominador comum. Era a escola, a direção.

A senhora sabe por que a direção que escolhia as cartilhas? Era tradicional, naquela época, isso eu estou dizendo no começo, era a diretora que ditava as normas. Só tinha ela, porque depois que surgiu a supervisora.

A diretora ainda era a D. Nilza? A D. Nilza ficou muitos anos no Bom Jesus. Agora eu não me lembro a data que ela saiu. **Ela ainda estava lá quando a senhora entrou?** Estava, eu trabalhei com ela uns dez anos ou mais.

As cartilhas tinham manuais do professor?

Tinham manuais, mas eram muito confusos. Não batiam com a realidade dos nossos alunos, então tínhamos que fazer uma adaptação. O manual não batia com a realidade? Ah, não batia porque a realidade é diferente a do Estado de Minas não batia com a de São Paulo, então as realidades são diferentes. De Uberlândia não é igual de Monte Carmelo e de uma escola para outra, de uma escola do centro, do Bueno Brandão, não é igual de uma escola da periferia. Então temos que fazer adaptação.

Nesse período que a senhora começou a trabalhar tinha cartilhas para todo mundo?

No começo não, não tinha, eram os pais que compravam. Não tinha para todos não, mas sempre eu tinha isso: aquele menino que passou para a série seguinte, eu pedia o livro. Então aquele pai que quisesse doar ele doava o livro. Então eu tinha sempre no meu armário um bom estoque de livro para suprir aquele aluno que não tinha, que não podia comprar. Porque no começo eu trabalhei com crianças carentes e foi muito difícil. Depois, com o meu trabalho e desenvolvimento é que a D. Nilza me promoveu. E nessa promoção eu herdei uma sala e fiquei nela por vinte anos.

A senhora sabe qual foi o "método" utilizado na(s) cartilha(s)?

Era o analítico.

E como eram suas aulas?

Era uma palhaçada. Olha cada dia é uma coisa porque de acordo com a realidade você tem que andar com a sua turma, seja numa turma acelerada ou numa turma mais devagar. Quando era a turminha mais devagar, que dependia mais da gente, aquela ali nós tínhamos muito trabalho, porque iríamos trabalhar com fichas e a escola não tinha material; o material era todo da gente e se você quisesse um bom rendimento e que a criança não ficasse igual papagaio só repetindo, então você tinha que motivar, e para você motivar você tem que buscar algo muito longe. Eu vivia nessa Uberlândia inteirinha procurando. Algo para incentivar o aluno? É, e foi até eu aposentar.

Você planejava suas aulas?

Eu fazia o planejamento diário, mas eu não seguia de acordo com qualquer entrada eu parava e eu mudava todo o roteiro. Então você olhava meu plano de aula e estava assim aula tal continuação, porque eu acho que um professor não pode ser preso a um plano de aula. Surgiu uma dúvida você põe o aluno para conversar com você, você dá uma atividade você vai lá à família e faz uma investigação. Quando comecei a lecionar recebi o plano de desenvolvimento do ano todo, que seria o meu plano de aula, com todas as atividades que eu iria trabalhar com os alunos. Então eu

fazia uma reunião com os pais e passava tudo para eles. Havia, inclusive, várias atividades como passeios e brincadeiras, mas sempre sujeito a alterações, conforme surgissem as dificuldades.

E por que a senhora planejava as aulas?

Para mim ter um roteiro a seguir, porque você chega em uma sala sem saber o que vai dar. Então você chega e tem aquele roteiro, porque para mim o plano de aula era um roteiro não era aquela coisa sistemática.

Que avaliação você faz da(s) cartilha(s) que utilizou? Da Caminho Suave?

Se o professor não souber trabalhar ele fica igual papagaio, ela é muito repetitiva.

E do Barquinho Amarelo? A não, o Barquinho Amarelo, você tem tudo que precisa ali, é muito bom. Você tem o pré livro e depois o livro número um “Brinquedos da Noite”, você conhece?

Sim o dia que fui na D. Sebastiana ela me mostrou. Pois é porque é a continuação do Barquinho Amarelo que termina com os meninos sonhando, a Rosinha sonha com um pontinho Azul, o Marcelo com um pontinho amarelo e o Marquinho com um pontinho branco, que é o pontinho azul? o barquinho. O pontinho amarelo? A cocota. E o pontinho branco é o cavalinho. É uma sequência sabe? Porque tem o pré o 1º, 2º, 3º e o 4º livro, mas como as outras professoras não se adaptaram ao método, chegava na segunda série a criança se perdia, mas a formação já ia daqui, principalmente para produção de texto, como o livro é rico... mas você tem que saber trabalhar. Ele te dá muito respaldo.

Que marcas ser alfabetizadora deixou na sua vida pessoal e profissional? (trajetória)

A meu Deus. Foi maravilhoso! Até hoje eu estou afastada e ontem mesmo eu entrei na internet e vi “tia eu consegui, estou na UFU”. Então é gratificante.

Todo lugar que a senhora vai encontra um aluno que fala a senhora era brava.

Brava assim no sentido de crescimento do aluno. (O interfone tocou e ela foi atender o portão, logo voltou e continuou). Nossa! Hoje para todo lado que eu vou eu encontro um aluno e ele diz: “eu tenho que agradecer a senhora” “A senhora era brava, mas muito brava”. Era desse jeito. Muitos médicos, juizes todos já foram meus alunos. Eu trabalhei 45 anos só em Minas. Eu fiquei 30 anos e mais 15anos no Mato Grosso.

A senhora alfabetizou muita gente! Uhh, muita.

Você ainda tem alguma cartilha ou caderno de planejamento? Se tiver, por que guardou?

Aposentei e dei todo o meu material de escola para o pessoal que trabalhava lá.

GRUPO ESCOLAR

6) O que você sabe sobre a história do Grupo Escolar Bom Jesus? (lugares, professores, rede física, doações)

Era uma escola, naquela época, quando eu cheguei, elitizada, com um corpo docente, porque a D. Nilza cobrava. Ela era muito exigente. Era uma pessoa que você poderia contar a qualquer momento, são lembranças muito boas.

A senhora lembra o lugar em que ele funcionava?

Ele teve várias mudanças. Ele começou no Martins, depois ele foi para onde era APAE, ali perto do Bom Jesus, depois que construiu o prédio e que juntaram as salas anexas. E sobre o prédio atual o que a senhora sabe? Sobre a rede física? Péssima, hidráulica principalmente era péssima

até quando eu trabalhava lá, agora eu não sei, porque eu quase não vou lá. E as salas de aula como eram? Também. Naquela época tinha muito aluno não tinha sala para comportar tanto aluno, não tinha as coisas. Depois agente fazia campanha para pintar o prédio, era muito difícil. **Eu li em um jornal da época algumas reportagens sobre doações que o colégio recebia a senhora sabe falar sobre estas doações?** Era assim, a D. Nilza dizia Odina e fulana, vamos pintar as salas de aula e vocês são responsáveis por suas salas. Então nós íamos às lojas de tintas e pedíamos doações para poder pintar nossas salas de aula. Quando sabia que um pai tinha, a gente ia e pedia, mas isso porque nós sabíamos que o nível dos alunos era bom.

Você lembra quem foram os alunos que estudaram nesse grupo?

Tem muita gente que estudou no Bom Jesus, porque era uma escola de primeira categoria, pelo mesmo enquanto a D. Nilza era diretora. A filha do diretor do Fórum foi minha aluna.

A senhora lembra-se de alguma professora que atuou com a senhora?

A Eliana Leão e Maria José Cascão.

Obrigada.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
PESQUISA DE MESTRADO
História de alfabetizadoras uberlandenses: modos de fazer no
Grupo Escolar Bom Jesus – 1955 A 1971
Pesquisadora: Michelle Castro Lima
Entrevista:

1) Dados de Identificação:

Nome: Mancini

Nascimento: 01/07/1948

Estado Civil: Casada

Período de atuação: 1969 a 1981

Escola(s) em que atuou: Grupo Escolar Bom Jesus, Mário Florestan

Infância/Alfabetização

2) Você se lembra do período em que foi alfabetizada?

Eu sou de 48. Entrei na escola com 7 anos, por volta de 1955, 1956. Em 68 formei no Normal. E comecei a trabalhar em 69.

Este período que você foi alfabetizada foi em Tupaciguara, você lembra como foi este período, sua professora sua cartilha?

Eu lembro. Minha cartilha chamava Sarita.

Você lembra qual o método dela?

Silábico, foi aquele método bem tradicional.

Formação Básica

3) Qual a sua formação básica (Pedagogia, Magistério, Normal)? Fiz o Normal, antigo Magistério. Depois eu vim para Uberlândia e fiz a faculdade de Geografia.

Você que escolheu este curso?

Eu sempre gostei, tinha paixão mesmo por dar aula. Toda a vida eu sempre pensei que daria aula. E sempre gostei do primário das salas das primeiras séries. Depois que eu fiz faculdade é que eu fui trabalhar nas salas de 5ª a 8ª série, mas eu trabalhei nove anos dentro de primeira série.

Em que local você estudou?

Escola de 1ª a 4ª chama-se Artur Bernardes em Tupaciguara. E o Normal, no Colégio Imaculada Conceição.

O que você mais gostou desse período? (dinâmicas, materiais)

Ah, eu gostava muito das aulas de... Deixa-me ver se consigo lembrar o nome da professora. Era aquela aula que ela mostrava os métodos ensinava como dar aula, qual a postura do professor, como cuidar do aluno. Eu não lembro o nome dela, mas ela ensinava você a pegar uma cartilha e ensinava a escandir as palavras. Tudo assim, com amor aquela parte que ensinava a criança o prazer em aprender a ler ensina-se apenas o prazer e não as dificuldades.

Como eram as avaliações?

Nós tínhamos provas, tínhamos que dar aulas. Dentro da sala de aula nós tínhamos que dar aulas para as colegas. Por exemplo, ela dava matemática como ensinar a subtração, aí no final do mês

nós íamos dar aulas para nossas colegas. E dependendo do nosso desenvolvimento como professoras, nós éramos avaliadas. E tínhamos também as provas escritas da matéria de cada professor.

Formação Continuada

4) Você fez algum curso de formação continuada, específico para alfabetização? Como ele se deu? Em que lugar? Você aprendeu algo importante nesses cursos?

Fiz o Projeto ALFA, só que eu trabalhei muito pouco com ele porque logo eu fui para a vice-direção.

Você se lembra quando foi este projeto Alfa?

Foi na década de 70. Não me lembro bem mais; foi em 70, 74.

Atuação profissional

5) Quando e como foi sua primeira experiência como alfabetizadora?

Foi em Tupaciguara em uma turma multiseriada.

Quais as escolas em que você trabalhou?

Trabalhei no Bom Jesus de 1ª a 4ª, trabalhei na escola da Nelzi, Trabalhei um ano na escola da Petronilha, Grupo Escolar Padre Mário Forestan.

Quanto tempo você trabalhou na escola Bom Jesus?

12 anos no Bom Jesus.

E como alfabetizadora?

09 anos na sala de alfabetização, dois anos na segunda série e o resto em salas de primeira série.

Qual(is) a(s) cartilha(s) que você utilizou?

Foram estas daqui. Eu trabalhei com a Caminho Suave, com As mais Belas Historias e Barquinho Amarelo.

Elas tinham manuais?

Sim.

Nesse período, havia cartilhas para todos os alunos?

Olha mesmo o aluno não tendo, a direção procurava meios para dar para que todos os alunos tivessem. E eu acho importante que todos os alunos tenham a cartilha.

Você sabe qual foi o "método" utilizado na(s) cartilha(s)?

Eram o silábico e o Global

Como eram suas aulas?

Antigamente era o método alfabético mesmo. Começava das palavras, as cartilhas eram alfabéticas.

O Pré?

Então antes do prezinho, não tinha o pré nas escolas então quando abriu o "Pássaro Azul" as crianças quando chegavam na escola já estavam alfabetizadas e era pelo método Global. Nos até estranhávamos: "o que você iria ensinar para a criança de primeira série?"

Por que ela já sabia tudo?

É. Ela chegava sabendo tudo e nós não podíamos acelerá-la para a segunda série.

Mas era tão bom porque aí você iria desenvolver a parte de redação. Muita gente na escola trabalhava com o método Global ou silábico. Poucas trabalhavam com o alfabético, mas eu tive uma colega que trabalhou. Trabalhávamos é com o silábico mesmo, depois é que veio o método Global que aí você já começava a desenvolver, porque a criança vinha muito assim O Bar-quinho A-ma-re-lo. O barquinho amarelo desceu o rio. Para tirarmos isto da criança começávamos contando a história “Era uma vez um barquinho na cor tal que fez tal coisa”, assim, iniciávamos a história para a criança começar a desenvolver o pensamento dela porque ela ainda não sabia escrever.

Em Tupaciguara você trabalhou somente um ano?

Foi, depois eu vim para Uberlândia. Fiquei no Grupo Escolar Bom Jesus, mas depois fui para aquela escola ali na Rua Sacramento fiquei numa sala chamada An1. Aquela na Rua Sacramento, não me lembro o nome.

Naquela época, nós trabalhávamos demais, porque tínhamos que fazer o cartaz da cartilha e depois tínhamos que fazer um cartaz semelhante usando outras expressões para a criança começar a enriquecer aquela cartilha. Por exemplo, um suplementar. Para você fazer, um cartaz suplementar, por exemplo, “Esta é a cabrinha; Ela é uma cabrinha tão bonita”, aí você troca “Ela é uma cabritinha tão boa”, “Ela tem um cabritinho” “Ela da leite para o Nimal” mudava-se o nominho. Colocávamos um nome com a sílaba que a criança já havia aprendido, aqui colocou o ni porque a criança já tinha estudado a família do N. Então você fazia um cartaz suplementar parecido para a criança enriquecer o vocabulário. Tínhamos que fazer tudo no jornal. Pegávamos o jornal na secretaria, aquele jornal do estado e fazia com pincel. A gente tinha que copiar as imagens de cada texto da cartilha, copiava demais. Tínhamos que colocar vários cartazes na sala.

Vocês colocavam as sílabas também?

Colocávamos tudo. Por exemplo, hoje nós vamos trabalhar com a o B – BA Be Bi Bo Bu – fazíamos a letra de imprensa depois a cursiva. Nos dizíamos esta daqui é a do livro e esta é a que vamos escrever no caderno. Porque se não a criança começa a fazer só a letra de imprensa. Fazia-se tudo e colocava lá. A Sala ficava toda enfeitada, todos os dias você repetia o BA BE BI BO BU, o CA Co Cu, o DA DE DI DO DU. Hoje nós vamos estudar o FA FE FI FO FU colocávamos o desenho de uma faca. “Isto é uma faca da família do FA”, “como nos vamos fazer o fá”. Você traçava as linhas no quadro para a criança ver quantas linhas você ia gastar para ela fazer igual no caderno. Tínhamos que pegar na mãozinha, mas primeiro você começa lá do a-e-i-o-u, porque hoje você pensa o aluno leva para casa, principalmente no estadual, esta terrível. Antigamente você dava para o menino levar para casa o que tinha sido trabalhado no dia. Ele fazia lá, as vezes faziam sozinho porque não tinham ajuda da mãe porque, às vezes, não tinham condição, eram crianças pobres. Então quando chegavam, eles deixavam o caderninho com você e nos olhávamos os caderninhos, mas primeiro ensinávamos tudo e passávamos atividades para eles fazerem enquanto eles faziam nos olhávamos os cadernos deles, as vezes na própria carteira porque haviam alunos que não tinham dois cadernos. Não dava tempo de você sentar.

Professora de primeira série... eu não sei como que pode uma professora ficar sentada, porque você tem que ficar de carteira em carteira vendo se eles estão fazendo direitinho, porque toda hora eles falam tia eu não sei escrever esta palavra. Assim, você fala “que palavra você quer?” Por exemplo, essa menina se chama Marina, isso ainda não foi trabalhado aí a gente vai lá nos cartazes que estão na Parede MA ME MI MO UM , então Marina agora a próxima ri Ra RE RI RO RU, aqui ri. Então com só um r depois o na do na ne ni no nu. Então quarenta meninos...

e difícil?

Então vocês sempre começavam pelo alfabeto?

Era primeiro as vogais o a, e, i, o, u depois o alfabeto porque depois você juntava o B com o A BA. Você partia para o ba, be, bi, bo e bu. Que era o a e i o u. O Antônio que só tem três anos ela fala assim para mim “o aqui vovó o A de Antônio”, quer dizer que eles estão trabalhando as vogais com ele lá na escola. Depois que eles tiverem sabendo todas as vogais, ele já começa... já se sente importante porque o A é do nome dele. Na sala de aula a gente levanta, por exemplo, “quem aqui na sala chama-se Antônio? Tem algum Augusto? Tem algum Alfredo? Tem.” então todos começam com A. Você põe o A maiúsculo. Oh este aqui é o A maior e tem o a menorzinho, que é o a minúsculo. Quando você vai ensinar o E é do mesmo jeito e assim com todas as vogais. Na sala você faz aquele levantamento de todo mundo e vai colocando no quadro os nomes que começam com as vogais que estão sendo trabalhadas. Olha o E de fulano o E de sicrano, já lá no meio vamos ver o e no nome da Estela. Já tem A, você trabalha isto e já dá quase uma aula. Você pega uma folha e coloca no quadro, uma folha de cartolina, e colocam todos A, o menorzinho, o a maiúsculo e minúsculo na letra de imprensa e na letra cursiva. E explica que o a de anta não precisa ser grande porque é nome de animal e só o nome de pessoas, como vocês, é que precisa escrever com o A grande. Porque toda pessoa é muito importante e, por isso, escreve com o A grande. No final da semana você já ensinou todo o a, e, i, o, u. Todo mundo já consegue identificar todo mundo identificava as letrinhas. É assim que começávamos a alfabetização silábica.

Porque o Global de contos, você coloca um cartaz no quadro e a criança decora o texto depois passa para a frase depois para as sílabas. Eu não dava conta de trabalhar assim.

Você tinha que fazer o cartaz da cartilha?

Sim, nos colocávamos cartazes em toda a sala. Nós fazíamos todos os cartazes.

Mas quando você utilizava esta cartilha (Pré-livro As mais belas Histórias) como você fazia?

Ah, mas a hora que você chegava com este pré-livro eu já tinha trabalhado tudo isto aqui. Porque primeiro, no período preparatório, eu começava com as vogais e o alfabeto. Nós chamávamos esse período de preparatório. Período preparatório que fazíamos depois adotávamos a cartilha. Porque as crianças já conheciam as vogais já sabiam as sílabas. Assim, para trabalhar uma lição desta era quase que três a quatro dias. Até a criança aprender. Porque as crianças de hoje são diferentes daquela época. Naquela época elas entravam na escola sem saber. A criança não sabia fazer o O. Hoje o Antônio já faz o O. **Porque hoje tem uma escolarização mais cedo.** É se eu falar algumas coisas hoje o povo vai falar “o que é isso?” Mas naquela época.... **O país não tinham acesso a educação.** E eu comecei lá na D. Nilza com o Mobral, alfabetizando aquelas senhoras, empregadas domésticas, que não sabiam fazer o O. Alfabetização mesmo a noite. É mais difícil, tinha algumas que já tinham uma inicialização, mas a maioria tinha muita dificuldade e queriam aprender apenas a assinar o nome.

E com as crianças como era?

Depois das vogais e do alfabeto você vai ensinar a criança a escandir as sílabas. Por exemplo, Era é o E e o Ra, duas. Era uma vez, Três porquinhos ai a criança já conhecia o r. Porque aqui você parte da palavra depois para sílaba. Porque para a criança não aprender a ler escandindo as sílabas você ensina “O Palhaço ouviu o barulho”. “Quem ouviu o barulho?” “O palhaço”. “Ele ouviu o

que?” Então vamos quantas sílabas, pedacinhos tem a palavra pa-lha-ço?. Você colocava no quadro, pedia para a criança copiar do quadro, porque até a criança aprender, porque passar da letra de imprensa para a cursiva é um trabalho... Temos que ensinar a letra cursiva, porque se não eles chegam à terceira série escrevendo apenas com a letra de imprensa. Isto não pode.

Há adultos que só escrevem com letra de imprensa.

Isto acontece porque a professora da primeira série não ensinou. Então é necessário mostrar para criança que aquela letrinha é do livro e que nós vamos escrever a cursiva, a que nós podemos escrever. “Quando você for assinar seu nominho você vai escrever assim (letra de imprensa)?” Não você tem que escrever assim com letra cursiva. Então deste o primeiro ano você vai ensinando o a-e-i-o-u em letra cursiva. Você faz todo o pontilhado da letra para a criança fazer, passar o lápis por cima, em casa. Por isso, eu estou te falando é o período preparatório para depois entrar com a leitura. Porque se não, não dá.

Então acaba que estes livros como “Os três porquinhos” das Mais belas Histórias são utilizados para desenvolver a leitura?

Não só a leitura como a escrita também. Porque ele vai aprender a copiar.

Quando você dava aula na alfabetização também tinha prova, avaliação?

Mais no finalzinho, porque até então não tinha. No Bom Jesus, quando dava o finalzinho, lá para o mês de agosto a D. Nilza junto com a D. Sebastiana tomavam leitura para ver se as crianças estavam lendo. Eles quase morriam. As crianças iam para a diretora, cada sala era um mês. Porque em outubro, elas exigiam 60% de aprovação. Se não tivesse, elas quase acabavam com agente. A D. Sebastiana dava a lista com o nome das crianças que estavam lendo bem, muito bem e as fracas porque com estas deveríamos trabalhar a leitura. Tabuada cada mês era mês de tomar a tabuada de 1, de 2. Da primeira série era de mais e menos. Não tinha multiplicação, mas eles já sabiam resolver probleminhas. Começávamos a trabalhar Ciências, tinha as provinhas bem simplesinha mais tinha. Trabalhávamos tudo na primeira série: o sol, as plantinhas, fazíamos as experiências. Tinha o caderninho de ciências que eles anotavam as experiências. Tinha o feijãozinho que agente plantava e acompanhava o desenvolvimento. E no final do ano era prova mesmo. Tinha problemas, cálculos mentais (soma e subtração) a escrita dos numerais de 0 a 150. No final do ano, a criança só ia para a segunda série se soubesse ler, interpretar porque já tinha a nota da leitura e tinha também direitinho a prova de matemática e de ciências. Depois elas tinham uns critérios tão custosos que depois separavam os melhores em uma sala.

As piores salas eram minhas, da Sônia e da Angélica porque a D. Nilza sabia que nós precisávamos daquele trabalho e tínhamos que ser muito boas para continuar. Assim pegávamos as piores salas com aqueles alunos pobres, pobres que não sabiam nada. Aqueles meninos repetentes eram tudo meu e da Sônia, porque ela sabia que nós trabalhávamos e dávamos conta. Quando a D. Obaldina saiu, eu já sabia muito porque a D. Sebastiana me ajudou muito.

Você planejava suas aulas? Como? Por quê?

Planejávamos as aulas e levávamos para a escola porque a diretora ou a vice-diretora olhavam os planos semanalmente e quando qualquer coisa que elas olhassem não estivesse de acordo com o nosso planejamento semanal, este era corrigido. Fazíamos uma nova avaliação. E todo final de semana fazíamos um novo planejamento semanal, o qual sempre era avaliado.

Que avaliação você faz da(s) cartilha(s) que utilizou?

Na minha época as cartilhas que utilizei funcionavam muito bem, porque eu fui preparada para

trabalhar com este método. Porque eu trabalhei muito pouco com o Global. Cheguei a trabalhar por um ano. Porque se a criança tiver um início, como tem hoje, aquelas que vêm do prezinho, não teremos dificuldade para trabalhar com o método Global. Agora, as crianças que nós recebíamos naquele momento não sabiam nada, por isso o método silábico era o melhor.

Que marcas o fato de ser alfabetizadora deixou em sua vida pessoal e profissional?

Ah eu acho que tudo foi muito bom. Eu acho que se eu voltasse hoje voltaria para a sala de alfabetização. É o que eu sei fazer. Foram 19 anos de regência e não tem nada melhor do que você ver uma criança aprendendo a ler.

GRUPO ESCOLAR

6) Você lembra quem foram os alunos que estudaram neste grupo?

Nós tínhamos alunos muito bons, mas tínhamos alguns alunos problemas de mães que trabalhavam e não eram só esses alunos pobres. Nos tínhamos alunos filhos de médicas, de mães dentistas, mas eles eram levados e cuidados pelas empregadas. Então estes alunos eram bem cuidados chegavam bem limpinhos, mas não tinham nada dessa obrigação dos pais verem se estas crianças estavam fazendo os deveres estavam prestando atenção nas aulas. Mas as crianças em si com o cuidado e com a escola foram embora. Mas aquelas crianças que tinham mais dificuldades, dificuldades até financeira, que os pais eram analfabetos nos dávamos um reforço fora do horário de aula. Ficamos com eles depois da aula para dar reforço.

E estas crianças como elas iam para a escola? Vocês tinham que cuidar delas?

Tínhamos que tirar os piolhos. Lá nos dávamos banho tirávamos os piolhos passávamos remédio na cabecinha, fazíamos tudo. Éramos mãe na parte de higiene. Mas como a escola era central tinha muitos alunos filhos de famílias abastadas, mas tinha os pobres também.

Quando você trabalhava no Bom Jesus vocês utilizavam a biblioteca?

Muito, lá tinha uma biblioteca muito boa, acho que até hoje. Nós fazíamos leitura toda sexta-feira, era recreação. As crianças iam para a biblioteca e escolhiam o livro isto quando eles já estavam alfabetizados, isto mais no finalzinho do ano. Quando estava no início, que eles ainda não sabiam ler, nós escolhíamos os livros, colocávamos músicas e contávamos histórias toda sexta-feira. Porque sexta era o dia da leitura. Mesmo quando eles não sabiam ler eles folheavam os livros, aqueles mais simplesinhos e nós ajudávamos. Só pelas figuras eles se divertiam. Quando chegava na sala de aula, nós pedíamos para que eles contassem a história do livro que eles pegaram, o que eles viram e a partir daí eles mesmo criavam a história do livrinho que eles viram na biblioteca.

Como era a disciplina no Grupo Escolar Bom Jesus?

No Bom Jesus tínhamos muita fila. Nós íamos receber os meninos da porta da escola e já pegávamos os meninos e levávamos para a sala de aula. Dentro da escola nos trabalhávamos, nos reuníamos um sábado sim outro não.

As perguntas são somente estas. Muito obrigada pela atenção.

